



decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Cerca de 95% correspondiam à fonte por hidrelétricas, 3% por fontes térmicas, 2% por fontes eólicas e menos que 1% por fonte solar.

Em 31/12/2022, do total de capacidade instalada avançada em empreendimentos com baixa emissão de GEE no Brasil, 38% ou 54,3 GW pertenciam à Eletrobras ou contam com alguma participação acionária da Eletrobras, por meio de SPEs.



Empresa	Corporativos não renovados (a)		Corporativos renovados pela Lei 13.182/2015 (b)		Corporativos sob Regime de O&M (c)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Eletrobras Holding	9.814,52	9.814,52	-	-	-	-
Eletronorte	1.015,40	1.015,40	1.050,30	1.050,30	8.394,73	8.394,73
Chesf	1.237,20	1.237,20	2.082,00	2.082,00	4.644,60	4.644,60
Furnas	648,08	648,08	-	-	-	-
CGT Eletrosul	12.715,20	12.715,20	3.132,30	3.132,30	13.117,33	13.117,33
Total	25.730,40	25.730,40	6.232,30	6.232,30	26.006,03	26.006,03

Energia Gerada

As Empresas Eletrobras geraram, em 2022, um total de 170.268 GWh, considerando a proporção da sua participação no capital investido, e incluindo cotas, o que representou uma variação de -4,8% em relação a 2021, conforme verificado na tabela a seguir:

(Em GWh)			
Energia Gerada empresas Eletrobras	2022	2021	Varição (%)
Eletronorte	5.566,20	5.254,61	5,9%
Itaipu Binacional (1)	7.390,34	33.184,63	-77,7%
Eletronorte (2)	46.908,33	44.383,78	5,7%
Chesf	48.934,86	35.034,81	39,7%
Furnas	45.941,28	35.396,40	29,8%
Eletronuclear (1)	7.155,22	13.461,67	-46,8%
CGT Eletrosul	8.371,94	9.252,90	-9,5%
Amazonas GT (2)	-	2.842,81	-
Total Eletrobras	170.268,16	178.811,66	-4,8%

(1) Considera a energia gerada do T122 para Itaipu e até o T222 para a Eletronuclear

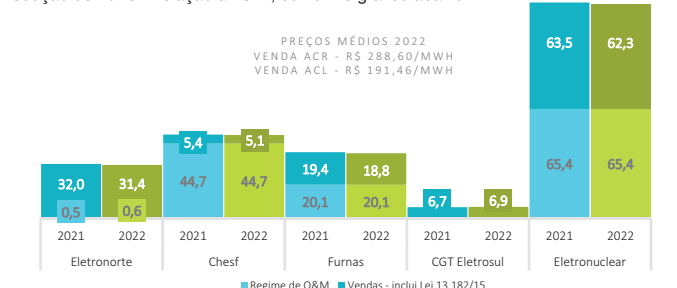
(2) A energia gerada pela Amazonas GT, em 2021, é referente ao acumulado até o T2T1. A partir do T3T1 está consolidada na Eletronorte.

Variações positivas: Destacamos a entrada em operação comercial da UG4 da UHE Curuá-Una da Eletronorte, aumento de participação acionária de Furnas na SPE Santo Antônio Energia e o recorde histórico de geração de energia na UHE Belo Monte, SPE com participações das empresas Chesf e Eletronorte; na Chesf houve aumento das vazões e enchimento dos reservatórios das usinas hidrelétricas, nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, nos períodos úmidos das temporadas 2021-2022 e 2022-2023.

Variações negativas: As reduções foram impactadas, em especial, pela transferência da Eletronuclear e Itaipu para ENBP por meio de privatização. Na CGT Eletrosul houve paradas da usina de Candia III.

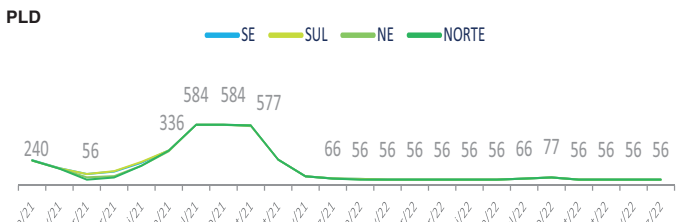
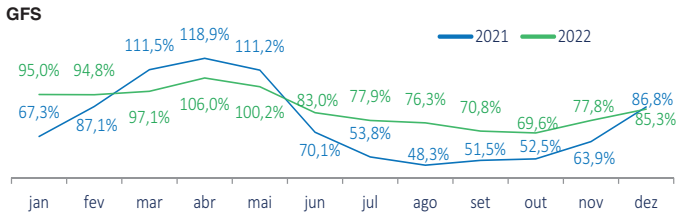
Energia Vendida

No que se refere à energia vendida, foram vendidos um total de 128 TWh, considerando os empreendimentos corporativos, incluindo cotas, o que representou uma pequena redução de 1% em relação a 2021, conforme gráfico abaixo.



Contexto Setorial 2022

Ao contrário de 2021 que foi um ano bastante severo em relação às condições hidrológicas, de 2022 foi um ano bastante favorável do nível dos reservatórios, apresentando uma recuperação iniciada ao longo de 2022 que permitiu uma conjuntura muito confortável em termos de armazenamento do Sistema Interligado Nacional (SIN). Como consequência, o GSF teve um incremento, passando de 72,9% em 2021 para 85,4% em 2022. Da mesma forma, as condições hidrológicas influenciaram diretamente o valor do PLD, de modo que, em alguns meses de 2021, o PLD chegou ao seu valor de limite máximo (583,88/MWh) e, no entanto, em 2022, permaneceu praticamente no valor de limite mínimo (R\$ 55,70/MWh) durante todo o ano. Tal melhora nas condições hidrológicas afetaram o preço de comercialização de energia, em especial no ambiente de comercialização livre, diminuindo receitas da Eletrobras da energia que se encontrava descontratada.



Comercialização de Energia

Com a privatização da Eletrobras, conforme disposto na Lei Nº 14.182/2021, foram outorgadas novas concessões, por um período de 30 anos, contadas a partir da data das assinaturas dos novos contratos de concessão, para as usinas que haviam renovado suas concessões nos termos da Lei Nº 12.783/2013 (usinas sob regime de cotas), para as usinas Itumbiara e Sobradinho (Lei Nº 13.182/2015) e para as usinas Tucuruí, Mascarenhas de Moraes e Curuá-Una.

As usinas em regime de cotas passaram ter uma nova concessão sob o regime de Produtor Independente de Energia - PIE, que ocorrerá de forma gradual, de 20% ao ano, por um período de 5 anos, a partir de 2023.

Considerando o mercado atual e o futuro da comercialização de energia elétrica das Empresas Eletrobras, com a descolização a partir de 2023 e a abertura do mercado livre a partir de 2024, a Eletrobras vem trabalhando na otimização de sua estratégia de comercialização integrada e coordenada pela holding.

A Eletrobras possui um ciclo de comercialização anual com base em metas e diretrizes de aprovação da estratégia, nível de contratação dos ativos, questões orçamentárias e de planejamento plurianual.

O planejamento da comercialização é feito com o objetivo principal de monitorar as condições de mercado e do portfólio, traçar as diretrizes e o ritmo de comercialização para as empresas Eletrobras visando, por um lado, a mitigação do risco de mercado e liquidez, com um nível de contratação controlado (energia descontratada) ao longo dos anos, e por outro maximizar o valor da comercialização de energia, de maneira que as exposições ao risco de mercado nos períodos mais próximos de suprimento sejam residuais.

As quantidades e a velocidade das vendas dependem das condições e conjunturas, dos preços de mercado e da avaliação de seu nível de equilíbrio, das perspectivas de alteração de curto e médio prazos (análises) e do tamanho das posições (liquidez). A calibragem da velocidade das vendas é dada pela revisão semanal da estratégia. A Rotina de Comercialização atende a uma lógica integrada e coordenada pela holding. O ritmo e o montante de venda, assim como prioridade de alocação do portfólio são coordenados e otimizados através da análise do portfólio global das empresas Eletrobras.

Mesmo com o cenário desafiador de 2022 para o gerador de energia, dado o preço de energia, somente uma fração relativamente pequena do portfólio das empresas Eletrobras ficou exposta aos preços de curto prazo (PLD), que atingiram os valores mínimos, justamente porque a comercialização de energia foi sendo feita de maneira antecipada e responsável, assegurando um preço médio de venda muito acima dos preços da energia para o atual ano.

Comercialização de Itaipu

Em junho de 2022, com a desestatização da Eletrobras concluída, e de acordo com a Lei Nº 5.899, de 5 de julho de 1973 (alterada pela Lei Nº 14.182, de 12 de julho de 2021), e os artigos 22 e 23 do Decreto 11.027, de 31.03.2022, que regulamentam a comercialização de energia elétrica da UHE Itaipu no Setor Elétrico Brasileiro, os direitos e obrigações relacionados ao Agente de Comercialização da Energia de Itaipu foram transferidos das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBP.

Nesta condição de desestatização, ocorrida em junho de 2022, dos 63.940 GWh previstos em 2022, a empresa repassou, de janeiro a maio de 2022, para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 17.366 GWh de energia vinculada à potência contratada, correspondendo a um faturamento de aproximadamente (de janeiro a maio de 2022) US\$ 1,27 bilhão. A potência contratada refere-se à parte mensal que cabe à

Tipo	Hidráulica		Térmica		Eólica		Solar		Tabela 1	
	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas
Corporativos não renovados	10.882,95	12	1.495,22	9	336,10	20	0,93	1	12.715,20	42
Corporativos renovados pela Lei nº 13.182/2015	3.132,30	2	-	-	-	-	-	-	3.132,30	2
Corporativos sob regime de O&M Lei 12.783/2013	13.117,33	18	-	-	-	-	-	-	13.117,33	18
Propriedade Compartilhada	1.848,14	3	-	-	-	-	-	-	1.848,14	3
SPE	23.558,25	12	-	-	618,70	23	-	-	24.176,95	35
SPE em Regime O&M Lei 12.783/13	807,50	1	-	-	-	-	-	-	807,50	1
Total Geral	53.346,47	48	1.495,22	9	954,80	43	0,93	1	55.797,42	101

A coluna "MW Alavancado" considera 100% da capacidade instalada das usinas que a Eletrobras possui alguma participação, ainda que não seja controladora, notadamente em SPEs.

Evolução Física no Sistema

- Agregações - Destaca-se, em 2022, acréscimo de 1.046 MW referente ao aumento de participação acionária de Furnas na SPE Santo Antônio, 12,5 MW referente à liberação da UG4 da UHE Curuá-Una da Eletronorte.
- Desagregações - Foram desconsiderados da Capacidade instalada da Eletrobras 8.990 MW referentes à transferência de controle das usinas Itaipu, Angra I e II no processo de capitalização da Eletrobras.

(Em MW)						
Empresa	Corporativos não renovados (a)	Corporativos renovados pela Lei 13.182/2015 (b)	Corporativos sob Regime de O&M (c)	Propriedade Compartilhada (d)	SPE (e)	SPE sob Regime de O&M (f)
Eletrobras Holding	9.814,52	9.814,52	-	-	184,98	184,98
Eletronorte	1.015,40	1.015,40	1.050,30	8.394,73	4.091,74	13.984,26
Chesf	1.237,20	1.237,20	2.082,00	4.644,60	2.642,94	13.103,37
Furnas	648,08	648,08	-	-	4.113,61	402,94
CGT Eletrosul	12.715,20	12.715,20	3.132,30	13.117,33	1.215,51	2.041,53
Total	25.730,40	25.730,40	6.232,30	26.006,03	12.248,78	42.559,35

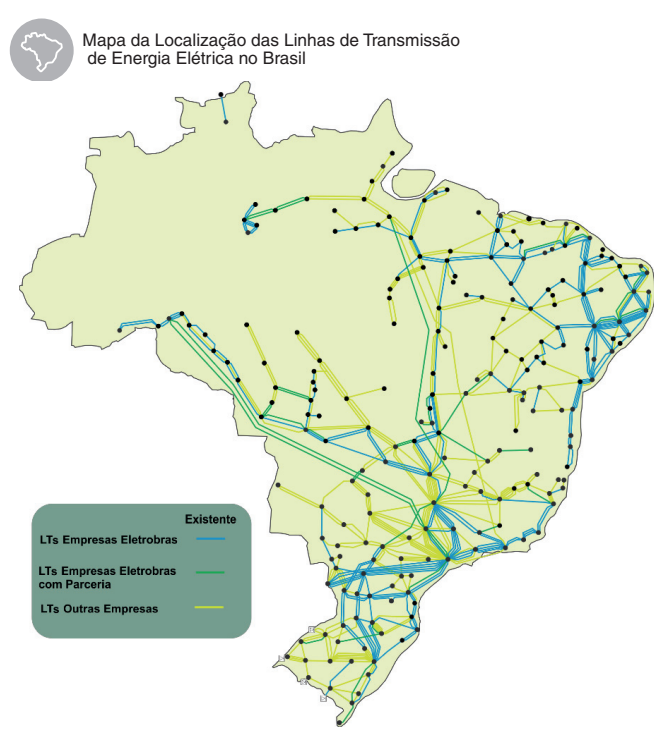
Eletrobras do total da potência de Itaipu disponível para contratação. Não houve energia não vinculada à potência contratada adquirida pela Eletrobras.

Além disso, para garantir a continuidade das atividades relacionadas à Itaipu Binacional após a desestatização, foi assinado pela Eletrobras e pela ENBP um contrato de Prestação de serviços de suporte e assessoramento necessários às atividades da ENBP de comercialização, no Brasil, da energia de Itaipu Binacional, mediante remuneração ajustada entre as partes, pelo prazo de até cento e oitenta dias, contado da data da liquidação da Oferta Pública Global da desestatização da Eletrobras, nos termos da Resolução CPPI 203/2021, com a redação ajustada pela Resolução CPPI 221/2021.

4.2 Transmissão

Em 31 de dezembro de 2022, a malha de Linhas de Transmissão (LTs) das Empresas Eletrobras atingiu um total de 73.887,42 km, sendo 10.308,05 km corporativas não renovadas; 56.630,72 km corporativas sob Regime de O&M, renovadas pela Lei 12.783/13; e 6.948,64 km correspondem à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pela Companhia por meio de SPEs. Considerando apenas as linhas com nível de tensão igual ou maior que 230 kV, a Eletrobras é responsável por 62.070,2 km, o que representa 38,49% do total de Linhas de Transmissão do Brasil nas referidas tensões.

O mapa a seguir apresenta as principais Linhas de Transmissão do sistema elétrico brasileiro existentes até 2022, destacando os empreendimentos pertencentes às Empresas Eletrobras, aqueles que contam com a participação em parceria e as que são de outras empresas.



Linhas de Transmissão e Subestações em 2022									
Empresas Eletrobras	Corporativas			SPES			Totais		
	Corporativas Renovadas em 12.783/13 km (a)	Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)	Subestações (**) (c)	SPE – Participação Eletrobras km (c)	SPE – Participação Eletrobras Subestações (**) (c)	SPE – Participação Eletrobras Subestações (**) (c)	Total km (a+b+c)	Total km (a+b+c)	Total km (a+b+c)
Chesf	2.797,21	19.012,12	137	1.810,78	4.083,70	23.810,12	3.695,48	25.694,81	25.694,81
Eletronorte	0	0	0	0	470,4	0	0	470,4	470,4
Eletronorte	2.270,85	8.650,33	48	1.044,89	2.580,54	11.966,07	2.132,42	13.053,6	13.053,6
CGT Eletrosul	3.418	8.950,67	54	0	938,6	12.368,67	0	12.368,67	12.368,67
Furnas	1.822	19.827,6	58	4.092,97	13.424,69	25.742,57	8.631,81	30.281,41	30.281,41
Total Eletrobras	10.308,06	56.630,72	297	6.948,64	21.497,93	73.887,42	14.459,71	81.398,49	81.398,49

* Alavancado pela Eletrobras: entende-se pelo total que a Eletrobras contribuiu ao sistema brasileiro, ou seja, refere-se ao total de linhas ou subestações dos projetos que a Eletrobras tem alguma participação, através de SPE, sem considerar apenas a proporção de sua participação acionária.

** Total de quantidade de subestações, sem incluir as subestações elevadoras de usinas.

*** Capacidade de transformação, incluindo transformadores elevadores (MVA)

Parcela Variável das Empresas Eletrobras			
% PV da RAP	2022	2021	2020
Anual	1,56%	2,10%	1,84%

Em 2022, os descontos de Parcela Variável (PV) apresentaram uma redução do comprometimento das Receitas Anuais Permitidas (RAP), em relação a 2021, devido a melhorias no processo de gestão das manutenções programadas e no menor número de desligamentos programados nesse período.

Evolução Física em Transmissão				
Corporativas				
Foram realizadas as seguintes energizações no Sistema Interligado Nacional (SIN):				
Total de Energização de Transmissão - Km	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPES – Participação Eletrobras (c)	Total de Evolução Física Eletrobras (a+b+c)
Chesf	53,18	132,79	42,63	228,60
Eletronorte	-177,85	0,00	0,00	-177,85
CGT Eletrosul	-155,33	552,70	-467,00	-69,63
Furnas	17,60	-70,00	-159,07	-211,47
Eletrobras Holding	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	-262,40	615,49	-583,44	-230,35

SPES

Agregações: Destaca-se a entrada em operação de 87km, com total proporcional a participação da Eletrobras (49%), de 42,63 km de LTs, e o aumento da participação na SPE Madeira Energia (UHE Belo Monte) que provocou um acréscimo de 27,91km em SPEs no total de Furnas.

Desagregações: Transmissora Sul Litorânea - SPE incorporada - redução de 467 km em SPEs; Transmissora Sul Litorânea - SPE incorporada - redução de 1.419 MVA em SPEs e Transenergia Goiás - SPE incorporada - redução de 186,98 km em SPEs

4.3 Operações no Exterior

A empresa permanece atuando para fortalecer as relações com agentes locais e com organismos multilaterais de fomento para o desenvolvimento de seus projetos internacionais. Dentre as diretrizes estratégicas estabelecidas no PDNG 2022-2026, destaca-se a de "Consolidar a liderança em G&T, com foco em energia limpa". Esta diretriz desdobra-se na iniciativa estratégica de "elaborar um Plano de Expansão da Geração atualizável com objetivo de longo prazo (10-15 anos) desdobrado em metas anuais de expansão por tecnologia de geração (incluindo novas tecnologias e negócios), região geográfica, e estágio de maturidade dos projetos (Greenfield e Brownfield)". Neste contexto, destacam-se os seguintes avanços:

- Bolívia – Estudo de Inventário Hidrelétrico Binacional, em parte da bacia do rio Madeira, pela empresa WorleyParsons Engenharia Ltda. A avaliação do potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia foi contratada, em conjunto, pela Eletrobras, Empresa Nacional de Electricidad Bolívia (ENDE) e Banco de Desarrollo de América Latina (CAF). A conclusão do estudo está prevista contratualmente para julho de 2023.
- Bolívia - Estudos para a Interconexão Elétrica Brasil-Bolívia, realizado conjuntamente por Eletrobras, ENDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que

contrataram um consórcio de empresas formado pela MRC Consultants and Advisors, SIGLA e Universidad Pontificia Comillas. A conclusão dos estudos ocorreu em 30 de setembro de 2022, data de encerramento do contrato, indicando a viabilidade do projeto. O encerramento do convênio celebrado com o BID ocorreu em 30 de novembro de 2022, após o qual foram apresentados os resultados obtidos pela firma consultora, em workshop realizado em Brasília no mês de dezembro de 2022.

- Uruguai – manutenção da parceria estratégica com a estatal urguiaia *Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas* (UTE), visando promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada na desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico Artilleros (65 MW)

No âmbito da promoção da integração elétrica regional, vale ressaltar os estudos relacionados à viabilidade do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que prevê a transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Para 2022, são esperados andamentos dos estudos de inventário hidrelétrico na Guiana e Suriname.

No que tange à comercialização internacional de energia, a Portaria MME 418/2019 autorizou a Eletrobras a exportar energia para os mercados argentino e uruguiaio e viabilizou a estruturação contratual da primeira operação de exportação do Brasil para o Uruguai. A empresa atua também como um dos agentes comercializadores responsáveis pela importação de energia da estatal urguiaia UTE no âmbito da Portaria MME 339/2018.

A Eletrobras segue atuando junto ao Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (Bracrer), o que possibilitou à empresa acesso a informações técnicas atuais referentes ao setor elétrico de quase toda a América Latina e contatos nas empresas e entidades da região.

A Companhia é também membro-fundador da *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization* (Geidco), uma organização que tem como objetivo a promoção de um sistema global de interconexão elétrica para suprimento da demanda de energia com fontes limpas e renováveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Destaca-se, desde 2020, a participação da Eletrobras no Centro para a Quarta Revolução Industrial no Brasil (C4IR Brasil), que é fruto de uma parceria público-privada entre o Fórum Econômico Mundial, o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a iniciativa privada. A Companhia é uma das fundadoras junto com a Abimed, AstraZeneca, Bracell, Facebook e Qualcomm. O centro é o primeiro desse tipo no país e tem como objetivo ser um espaço multisetorial de cooperação entre atores governamentais, empresas, sociedade civil e pesquisadores. O foco é na formulação de políticas públicas e parcerias que contribuam para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias inovadoras de maneira ética, inclusiva, acelerando e ampliando os benefícios de tecnologias emergentes, como Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina, Internet das Coisas e Transformação Urbana e Política de Dados.

4.4 Aspectos Regulatórios

Geração

Destacam-se como as principais discussões regulatórias em Geração ocorridas em 2022:

1. Indenização - A indenização referente aos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados em concessões de usinas hidrelétricas, cotistas ou não cotistas, da Eletrobras, considerando os critérios definidos pela Resolução Normativa (REN) ANEEL 596/2013 (modificada pela REN 942/2021 e consolidada pela REN 1.027/2022), se deu de forma parcial, uma vez que há valores relacionados a rubricas não contempladas na referida norma.

Contudo, o Ministério de Minas e Energia, após questionamentos apresentados pela Eletrobras, registrou a inexistência de direito à indenização futura relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados não vinculados ao projeto básico. Para aqueles vinculados ao projeto básico, somente a UHE Tucuruí fez jus à indenização, tendo seu valor considerado no cálculo do Valor Adicionado à Concessão - VAC e desconto do bônus do Outorga no processo de capitalização. Nesse sentido, os valores previstos anteriormente para as indenizações não vinculadas ao projeto básico foram considerados não existentes a partir da assinatura dos novos contratos de concessão, realizados em junho de 2022.

2. Garantia Física - Conforme previsto no Decreto nº 2.655/1998, o Ministério de Minas e Energia instaurou as Consultas Públicas nº 123 e 132, ao longo do ano de 2022, para definir a metodologia e revisar ordinariamente as Garantias Físicas das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente. De acordo com o critério de abrangência adotado para a revisão, somente usinas com garantia física vigente desde 31 de dezembro 2017 seriam revisáveis, excluindo-se do rol as usinas hidrelétricas alcançadas pela Lei 14.182/2021 e que tiveram novos contratos de concessão assinados em 12 de junho de 2022, visto que novos valores foram definidos pela Portaria MME nº 544/2021.

A consolidação das premissas e metodologia para a Revisão Ordinária ocorreu com a publicação da Portaria MME 132/2022, mantendo-se inalterado o Período Crítico vigente (nov/1949 a jul/1955).

A conclusão desta Consulta Pública ocorreu com a publicação da Portaria MME nº 709/2022, que apresentou os valores de Garantia Física revisados e vigentes a partir de 01/01/2023, representando para o MRE uma redução 1.261,3 MWmédios, equivalente a uma redução 2,21% sobre o total. Sob o portfólio de usinas da Eletrobras, a redução foi de somente 61,4 MWmédios (ou 0,44%). Ao final do processo, a representatividade da Garantia Física das usinas da Eletrobras, frente ao MRE em, resultou em um aumento de, aproximadamente, 1,76%.

3. Abertura de Mercado - o Ministério de Minas e Energia instaurou as Consultas Públicas MME nº 131 e 137, para receber contribuições à proposta de redução dos limites para contratação de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL. No primeiro processo foram documentos e diagnósticos elaborados pela ANEEL e pela CCEE para assegurar que a abertura de mercado, da forma proposta, não provocaria desequilíbrios estruturais por eventual sobrecontratação das Distribuidoras resultante de migração de clientes cativos.

Com a publicação da Portaria Normativa MME nº 50/2022, os consumidores do Grupo A (alta tensão) e sem limites de carga, poderão, a partir de 1º de janeiro de 2024, adquirir energia de qualquer concessionário, permissivo ou autorizado de energia elétrica do SIN.

Outros assuntos importantes para a Eletrobras e com relevância para a modernização do setor elétrico encontram-se em andamento e serão concluídos em 2023. Dentre esses assuntos estão o aprimoramento do desenho regulatório aplicável a serviços ancilares, submetido à Consulta Pública ANEEL nº 83/2021, cujo resultado ainda não foi publicado, e à Consulta Pública MME nº 145/2022, e o tratamento da separação de lastro e energia, objeto da Consulta Pública nº 146/2022.

Transmissão

1. Sinal Locacional - A ANEEL abriu em 2021 a Consulta Pública n.º 39/2021 com o objetivo de aprimorar a metodologia de cálculo das tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, contemplando propostas para a intensificação do sinal locacional. Esta medida, em suma, visa permitir aos SIN e seus usuários:

- Sinalizar aos novos usuários do sistema de transmissão, para que possam implantar seus empreendimentos de maneira a aproximar carga e geração e promover a racionalização do uso dos sistemas e a minimização dos custos de expansão (Art. 7º do Decreto 2.655, de 2 de julho de 1998).
- Sinalizar a situação atual dos custos, a fim de assegurar maiores encargos para quem mais onera o sistema (Inciso XVIII do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996).

Com a intensificação do sinal locacional, as usinas localizadas mais próximas ao centro de carga do Sistema Interligado Nacional - SIN passam a pagar menores tarifas, enquanto as mais distantes passam a pagar maiores tarifas. Assim, com a modificação metodológica implementada pela Anel, as usinas situadas nos subsistemas Norte e Nordeste terão TUST maiores. Por outro lado, as usinas situadas nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul terão TUST menores.

2. Revisão da RAP. Os contratos de concessão de transmissão contemplam reajustes anuais para a atualização da RAP, sendo que a correção monetária é feita pelo INPC. A ANEEL considera, ainda, eventuais ajustes que devam ser realizados, como, por exemplo, a entrada em operação de novas instalações e a correção de eventuais erros.</



conciliação de nossas atividades com a preservação do meio ambiente em todas as fases dos projetos da companhia e mantemos a conformidade com os marcos legais e regulatórios pertinentes, bem como com os atos dos quais o Brasil e as empresas são signatários.

No planejamento de nossos projetos, desenvolvemos estudos para a identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais. Fomentamos a participação da comunidade local através da implantação de programas de comunicação e interação social e de educação ambiental, da promoção de fóruns comunitários, além de articulações com agentes públicos e privados.

Os estudos realizados consideram, também, a possibilidade de mudanças no projeto de forma a evitar e a reduzir seus impactos. Nos casos em que permaneçam impactos residuais, atuamos para mitigá-los e repará-los. Para cada impacto identificado nos estudos, são propostas ações de mitigação, de compensação e de reparação, que podem ser desenvolvidas antes, durante e após a implantação dos empreendimentos, conforme apontado pelo plano básico ambiental. Os estudos e os programas, desenvolvidos no âmbito do licenciamento ambiental e submetidos à avaliação das instituições responsáveis pelo licenciamento, são apresentados às comunidades atingidas.

Destakes em 2022

- **Carbon Disclosure Project (CDP):** A classificação da Eletrobras na dimensão Mudanças Climáticas foi B, ficando acima da média regional da América do Sul (C) e do setor de Geração Renovável (C).
- **Índice Carbono da bolsa de valores (ICD2 B3).** A adesão da companhia ao ICD2 demonstra o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está se preparando para uma economia de baixo carbono.
- A companhia também recebeu conceito B na dimensão “*Water Security*” em 2022.

Ações e Projetos Ambientais

Em continuidade ao Programa Sustentabilidade 4.0, criado em 2019, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações e projetos estratégicos para a Eletrobras, foram mantidas ações do ano anterior, além dos destaques abaixo:

- Desenvolvimento de projetos pilotos para realizar análise do ciclo de vida em empreendimentos de diferentes tipologias das Empresas Eletrobras. Foram escolhidas 4 operações e um processo para realização de pegada de carbono e pegada hídrica. Para pegada de carbono foram finalizados os estudos de uma PCH e de uma térmica a gás natural.
- Realização de workshop virtual, aberto a todos os colaboradores, sobre Sistema de Gestão Ambiental, com foco em certificação ISO 14001, no âmbito do Projeto Certificação em Sistema de Gestão Ambiental, com a apresentação de experiências de empresas externas ao grupo.
- Revisão ampla de indicadores e variáveis de resíduos da dimensão Ambiental do Sistema IGS, com a inclusão de variáveis que permitirão o monitoramento da destinação de materiais específicos e o aprimoramento da gestão de resíduos.

Proteção da Biodiversidade

Participação da Eletrobras na 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), no Canadá. A participação está alinhada às estratégias e compromissos das empresas Eletrobras, a Política Ambiental e ao ODS 15 – priorizado pela empresa.

Adesão da Eletrobras à Plataforma Ação pela Natureza do CEBDS, uma iniciativa do CEBDS e parceiros desenvolvida para ajudar as empresas a identificarem e gerirem seus impactos e dependências e para acelerar soluções empresariais que preservem a natureza. Essa iniciativa está alinhada com a meta específica para o setor empresarial e financeiro, do Marco Global da Biodiversidade assinado na COP 15.

Relacionamento com os stakeholders

A hierarquia da mitigação dos impactos sociais e ambientais é adotada em todos os estudos e projetos realizados pelas empresas Eletrobras, desde a instituição das Resoluções do Conama em 1986. As medidas propostas nos procedimentos de licenciamento ambiental expressam claramente o compromisso de atuar de forma preventiva na busca de soluções de engenharia que causem o menor impacto sobre pessoas e sobre o meio ambiente, em todas as etapas dos empreendimentos - planejamento, implantação e operação.

Os estudos ambientais seguem regimentos emitidos por órgãos ambientais e orientações internas e identificam a população atingida por meio da aplicação de pesquisas qualitativas e de cadastros socioeconômicos e imobiliários. Busca-se realizar um amplo processo de interação com base nos princípios do diálogo e da transparência, de forma a contemplar as expectativas locais e incluir os grupos sociais envolvidos e as instâncias de representação – formais ou informais – indicadas pela própria população na elaboração do diagnóstico, na identificação e na avaliação de impactos e na proposição das medidas de mitigação, compensação e reparação socioambientais. Dúvidas, reclamações e denúncias podem ser também coletadas por meio dos canais de comunicação estabelecidos na Plataforma de Comunicação e Interação Social ou através de outros mecanismos como o Fale Conosco e Canais de Denúncia.

No âmbito do Comitê de Meio Ambiente, os representantes das empresas Eletrobras continuam a se reunir em 2022 e promoveram diálogos para discutir temas como licença social e protocolos para acompanhar o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental de reassentamentos causados por empreendimentos hidroelétricos.

5.2 Gestão Social (Social)

5.2.1 Responsabilidade Social

Em 2022, foram lançados três editais públicos (Cultural, Socioesportivo e Eventos do Setor Elétrico), sendo 61 projetos selecionados que reforçam o compromisso da Eletrobras com o fomento à cultura e ao esporte, o incentivo às atividades do setor elétrico brasileiro. Além disso, os projetos selecionados no edital de projetos socioambientais, que conjugam a conservação do meio ambiente com a inclusão social iniciaram suas atividades.

Demos continuidade ao Projeto “Engajamento dos Stakeholders da Cadeia de Valor para Sensibilizar sobre o Tema Direitos Humanos”, integrante do Programa Sustentabilidade 4.0 e do Programa de Reputação e Engajamento. O projeto tem por objetivo a promoção de ações de capacitação, sensibilização e avaliação de riscos relacionadas ao tema Direitos Humanos junto aos públicos de relacionamento das empresas Eletrobras, incluindo as comunidades que vivem em territórios onde atua, e cadeia de valor.

Destaca-se nesse ano o acompanhamento de dois projetos de direitos humanos (DH) pelo Conselho de Administração da Eletrobras: a *due diligence* de direitos humanos em SPes e em fornecedores com reportes trimestrais.

As ações propostas no projeto de Direitos Humanos são desenvolvidas pelo Subcomitê de Direitos Humanos, integrante do Comitê Integrado de Comunicação das Empresas Eletrobras. Juntas, as empresas planejam e executam as ações. Periodicamente são realizados encontros de alinhamento e acompanhamento do projeto, que, em sua terceira fase, possui 7 subprojetos com os seguintes destaques em 2022:

- 1) *Due diligence* de direitos humanos de operações próprias: a ser realizada no Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso;
- 2) *Due diligence* de direitos humanos de fornecedores de nível 1;
- 3) *Due diligence* de direitos humanos de sociedades de propósito específico – SPes
- 4) Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes: em 2022, após validação pela Childhood das ações realizadas no ano, todas as empresas Eletrobras foram certificadas pelo Programa Na Mão Certa, o que ratifica o compromisso das empresas com a causa. O projeto passará a ser um processo das empresas Eletrobras.
- 5) Treinamento da força de trabalho em direitos humanos;
- 6) Certificação do sistema de gestão de responsabilidade social;
- 7) Sensibilização dos Diretores, Conselheiros e Indicados das Empresas Eletrobras para Diretorias e Conselhos das Controladas, SPes e Outras Companhia. Em 2022, foi lançado o Programa de sensibilização com a realização de palestra inaugural com o tema: “Direitos Humanos e Empresas: desafios e oportunidades da indústria de energia à luz dos critérios ESG”, com a especialista Juliana Ramalho (escritório Mattos Filho), visando orientar os participantes sobre temas relevantes da Agenda ESG que precisam desenvolvidos nas empresas, permitindo à companhia a ampliação do alcance de seus compromissos e práticas, bem como monitorar melhor questões sensíveis que podem impactar as empresas. O programa prevê ações que buscam o fortalecimento institucional e versam sobre Direitos Humanos, temas socioambientais (gênero, raça, diversidade, energia limpa etc.) dentre outros afetos à sustentabilidade.

Projetos Sociais

Geração de Trabalho e Renda: Alinhado ao ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico e 5 – Igualdade de Gênero, houve o apoio ao projeto social Escola de Negócios – Treinamento Empreendedor para Artesãs e Costureiras do Rio de Janeiro com início da execução em janeiro de 2022 até abril de 2023.

Escola de Negócios - Treinamento Empreendedor para Artesãs e Costureiras do Rio de Janeiro: foi elaborada a Escola de Negócios, em parceria com o Instituto Asta, que tem por objetivo potencializar o empreendedorismo de 72 artesãs e costureiras. Inicialmente era previsto a inclusão de 60 beneficiadas, porém, com o interesse despertado nas comunidades, houve a ampliação desse número para 72 mulheres.

Formatura da turma de 2022 da Escola de Negócios Eletrobras (fonte: Instituto Asta).

Em novembro de 2022, destacamos 2 eventos: a realização da feira denominada “Arte Delas”, promovida pelas próprias artesãs na Praça da Harmonia, Zona Portuária do município, o que demonstra a evolução e maturidade do grupo; e a formatura das participantes na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com a presença de seus familiares. Valor total investido: R\$ 248,3 mil.

Projetos Socioambientais

Em 2022, foram iniciados os projetos do 1º Edital de Projetos Socioambientais das empresas Eletrobras, que teve por objetivo selecionar projetos que unissem a proteção do meio ambiente e o impacto social nas localidades de atuação, incluindo a proteção da fauna e da flora brasileira, em articulação com a inclusão social de públicos em vulnerabilidade socioeconômica.

Os projetos foram contratados em 2021 e seguem sua execução nos anos de 2022 e 2023.

Projeto selecionado pela Eletrobras: Almerigia Continuidade

Como continuidade desse trabalho, em 2022, o projeto Almerigia Continuidade, vem desenvolvendo ações do Centro Territorial de Cooperação e Educação Ambiental combinando recomposição florestal de áreas degradadas com espécies nativas, aumento da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, promovendo práticas agrícolas, pecuárias e florestais de baixo carbono. A iniciativa também viabiliza atividades de mobilização social e de formação, voltadas aos temas “agroecologia” e “sustentabilidade”, para as comunidades locais.

A Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil (Cooperbio), com o apoio da Eletrobras, está realizando o projeto para a implantação de agroflorestas do bioma Mata Atlântica nas regiões de Erval Seco, Seberi e Ametista do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. As atividades tiveram início em janeiro de 2022 e seguirão até o fim de 2023 beneficiando 900 pessoas diretamente.

Projeto Kayapó

A Eletrobras deu continuidade a sua participação no projeto com comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, sul do Pará, contemplando cerca de 1.500 indígenas e 10 aldeias. Decorrente de um compromisso assumido no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, esse projeto é realizado em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Norte Energia e o Instituto Kabu, que representa

os chamados Kayapódos. Oesteas instituições representativas dos Kayapó. Os principais resultados foram: fortalecimento institucional das associações indígenas executoras, a fiscalização e a proteção das terras indígenas envolvidas, o fomento a atividades econômicas sustentáveis, e a valorização cultural da etnia Kayapó. Os projetos são financiados pela Norte Energia, com um investimento total de R\$ 11 milhões de 2018 a 2023, cabendo à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da empresa na bacia do rio Xingu.



Foto: Integrantes da comunidade com representantes da Eletrobras (fonte: Eletrobras)

Programa Eletrobras de Voluntariado

Ao longo do ano, o programa de voluntários desenvolveu ações e campanhas, dentre elas:

- Campanhas de Doação de Sangue – Foram realizadas 2 campanhas em alusão ao Dia Nacional (14/06) e Dia Internacional (25/11) do Doador de Sangue.
- Campanha de Destinação do Imposto de Renda principalmente para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) do município do Rio de Janeiro.
- Campanha do Agasalho
- Campanha da Solidariedade – atendimento às demandas das instituições parceiras do Programa, como insumos de costura, roupas, materiais de higiene.
- Campanha de Natal – Destinou 38 kits com brinquedo, roupas, calçados para crianças e adolescentes da Creche das Mães Trabalhadoras de São Gonçalo.

Outra ação de destaque foi a participação de crianças e adolescentes do projeto Pequenas Vozes do Carmelo, projeto integrante da Rede Centro do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) no Salão de Leitura Carioca – Ler, patrocinado



Foto: Grupo de voluntários com as crianças e adolescentes do projeto Pequenas Vozes do Carmelo (fonte: Eletrobras)

Patrocínios Incentivados do Edital Cultural contratados em 2022

Patrocínios Incentivados do Edital Cultural contratados em 2022			Valor contratado (R\$)
Empresa contratante	Projeto	Contratado	
Eletrobras Holding	Homem com H	Paris Ações Culturais	400.000,00
Eletrobras Holding	People vs. Tesla	Rumo Empreendimentos Culturais Ltda.	120.000,00
Eletrobras Holding	Festival Internacional de Harpas	Carpex Empreendimentos e Produções Ltda.	280.000,00
Eletrobras Holding	Alargar o Instante	8 Produção Cultural Ltda.	200.000,00
Furnas	Banda na Praça	Ada Caroline de Assis Lessa	150.000,00
Furnas	Festival Vale do Café - 18ª Edição	Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda.	510.000,00
Furnas	Atlântida - Uma Comédia Musical	Lúdico Produções Artísticas Ltda.	300.000,00
Furnas	Turnê Regional PianOrquestra	Gaia Produções Artísticas e Culturais Ltda.	150.000,00
Furnas	Festival de Inverno	Instituto Dell'Arte	200.000,00
Furnas	Limbo	Mollica Rosa Filmes Ltda.	150.000,00
Furnas	Plano Anual de Atividades do Instituto Baccarelli 2023	Sociedade de Concertos de São Paulo	250.000,00
Furnas	Orquestra Sinfônica Brasileira - Temporada 2023	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira	800.000,00
Furnas	Tratamento de Acervo e Projeto Especial de Democratização de Acesso	Instituto Telemar	480.000,00
Furnas	Ação Social pela Música - ASM Ciclo 8	Ação Social pela Música do Brasil	200.000,00

Patrocínios Incentivados do Edital Cultural contratados em 2022			Valor contratado (R\$)
Furnas	Festival das Montanhas e Águas de Minas	Associação Livre de Cultura e Esporte	230.000,00
Furnas	Museu Nacional	Sarau Agência de Cultura Brasileira Eireli EPP	200.000,00
Furnas	Quinteto Villa-Lobos: 60 Anos de Música Brasileira	Casearas Produções Culturais Ltda.	330.000,00
CGT Eletrosul	Histórias Eletrizantes Circulação 2022/2023	Associação Cultural Casa da Árvore	165.049,69
Chesf	Acessibilidade em Museus: Preservação do Patrimônio Cultural e Difusão do Acervo entre Pessoas com Deficiência	Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES	276.000,00
Chesf	Fundação RS	Agapa Criação e Produção Cultural Ltda ME	800.000,00
Chesf	A Mãe Terra (WYVYZAR)	Cassoli Produções Ltda	698.000,00
Chesf	Série Arte, Natureza e Sustentabilidade	Kadosh Produções e Eventos Eireli	650.000,00
Chesf	Meu Mundo é Frevo	Kadosh Produções e Eventos Eireli	650.000,00
Chesf	Meu Mundo é Frevo	Associação dos Amigos em Prol da Educação, Cultura e Arte de Porto Seguro - Bahia - Ecoar	200.000,00
Chesf	Concertos Ecoar		8.439.049,69
Total			

Além dos projetos selecionados pelo Edital Cultural, a holding contratou, por escolha direta o projeto incentivado *Rio Innovation Week - 2ª edição* por R\$ 1,3 milhão.

Patrocínios Incentivados do Edital Socioesportivo contratados em 2022

Patrocínios Incentivados do Edital Socioesportivo contratados em 2022			Valor contratado (R\$)
Empresa contratante	Projeto	Contratado	
Eletrobras	Esportivamente – Ano III	Instituto Incluir	300.000,00
Eletrobras	Flamengo Olímpico V - Aquáticos e Artísticos	Clube de Regatas do Flamengo	200.000,00
Furnas	Futsal Feminino como forma de Empoderamento	Associação Desportiva de Futsal do Distrito Federal	250.000,00
Furnas	Esporte e Cidadania Judo de Ouro - Ano II	Fundação Antônio Francisco Lisboa - O Aleijadinho	201.538,99
Furnas	Excelência no Esporte VI	Olympico Club	250.000,00
Furnas	Flamengo Olímpico V - Aquáticos e Artísticos	Clube de Regatas do Flamengo	200.000,00
Chesf	Fazer o Impossível Tornar-se Possível - Ano II	Associação Paraibana dos Deficientes Visuais - APADEVI	250.000,00
Chesf	Xadrez na Escola - Ano II	Clube de Xadrez Carmelense	200.000,00
Chesf	Jogada de Futuro - Ano II	Lovetfútbol Brasil	250.000,00
Chesf	Desvendando Talentos	Instituto de Desenvolvimento de Talentos - IDT	230.000,00
Chesf		Total:	2.331.538,99

Ainda em 2022, foram contratados 27 projetos selecionados pelo Edital de Eventos do Setor Elétrico de 2022, projetos de relevância técnico-científica que fomentam o desenvolvimento tecnológico das empresas envolvidas e a troca de experiências nas diversas áreas do negócio em que atuam. O edital contou com a participação das Empresas Eletrobras: Furnas, Chesf e Eletronorte e foi lançado com investimento no valor de até R\$ 1,6 milhão.

Indicadores Sociais

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados - Consolidado – R\$			
	2022	2021 sem Itaipu	
1. Categoria Projetos e Ações sociais			
1.1 Educação	854.979	262.964	
1.2 Saúde e Segurança Alimentar	–	40.500	
1.3 Infraestrutura	–	–	
1.4 Geração de Trabalho e Renda	368.011	2.564.562	
1.5 Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	3.800	61.070	
1.6 Meio Ambiente	2.030.163	797.657	
1.7 Cultura	27.000	–	
1.8 Promoção da cidadania	864.437	10.000	
1.9 Tradicionais (Decreto 6040/07)	81.800	2.566.677	
SUBTOTAL CATEGORIA PROJETOS E AÇÕES SOCIAIS	4.230.190	6.303.430	
2.1 Doação ao Fundo para a Infância e Adolescência	1.999.910	966.825,5	
2.2 Doação para o Fundo do idoso (Lei 12.213/2010)	2.191.114	–	
2.3 Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	138.000	1.296.018,97	
SUBTOTAL DOAÇÕES	4.329.024	6.020.932	
3.1 Investimento na mobilização de voluntários	67.230	80.739	
3.2 Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	44.792	116.189	
3.3 Tempo do empregado investido no voluntariado	69.434	44.962	
SUBTOTAL VOLUNTARIADO	181.456	241.890	

Empresa	Região Norte		Região Nordeste		Região Centro-Oeste		Região Sul		Região Sudeste		Expatr.	Total
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
Eletrobras	0	0	0	0	0	0	0	0	235	457	1	708
CGT Eletrosul	0	0	0	0	3	27	198	1.073	0	0	0	1.301
CHESF	0	0	466	2.228	0	0	0	0	0	0	0	2.694
ELETRONORTE	136	1.024	16	159	230	594	0	0	2	28	0	2.189
Furnas	0	6	0	0	41	304	4	89	458	1.875	0	2.777
Eletropar	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total Geral	136	1.030	482	2.387	277	937	202	1.162	696	2.360	1	9.670

Total referente ao quadro efetivo das empresas Eletrobras composto pelos seguintes vínculos: empregados próprios e requisitados na empresa. Não estão incluídos os empregados cedidos para fora das Empresas Eletrobras, os que estão em licença sem vencimentos e os aposentados por invalidez.

Admissões – Em 2022, foram efetuadas 23 admissões nas Empresas Eletrobras, sendo 15 por reintegração judicial.

Rotatividade – O índice de rotatividade das Empresas Eletrobras em 2022 foi de 1,13%, uma redução de 1,15 p.p. em comparação aos 2,28% divulgados em 2021.

Perfil dos Colaboradores Eletrobras

Do total de 9.670 empregados das Empresas Eletrobras, 18,5% do quadro é composto de mulheres e 81,5% de homens. Nas funções gratificadas, 23,9% são ocupadas por mulheres e 76,1% por homens. No que se refere à escolaridade, 5.538 empregados possuem nível superior, sendo que destes há 1.342 pós-graduados, 436 com Mestrado e 54 com Doutorado.

Cor	Fundamental		Médio		Superior		Total Geral
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
Branca	9	163	355	2.343	807	2.066	5.743
Parda	12	275	201	1.613	224	642	2.967
Negra	0	33	31	320	41	97	522
Amarela	1	6	1	42	12	35	97
Indígena	1	8	3	15	4	3	34
Não Informado	2	13	46	88	43	115	307
Total Geral	25	498	637	4.421	1.131	2.958	9.670
Tempo de serviço	Fundamental		Médio		Superior		Total Geral
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
De 00 a 05	0	17	21	68	26	62	194
De 06 a 10	1	14	85	469	127	350	1.046
De 11 a 15	13	109	230	1.166	504	1.123	3.145
De 16 a 20	2	116	122	1.229	379	1.022	2.870
De 21 a 25	0	46	22	386	20	56	530
De 26 a 30	0	25	5	156	7	35	228
De 31 a 35	6	98	97	452	36	182	871
Mais de 35	3	73	55	495	32	128	786
Total Geral	25	498	637	4.421	1.131	2.958	9.670
Nível hierárquico	Fundamental		Médio		Superior		Total Geral
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
Função de Assessoria	0	0	3	5	34	61	103
Nível Superintendência	0	0	0	3	29	75	107
Nível Departamento	0	1	0	20	105	248	374
Nível Divisão	0	0	10	59	36	200	305
Supervisão	0	0	1	15	0	3	19
Sem função	25	497	623	4.319	927	2.371	8.762
Total Geral	25	498	637	4.421	1.131	2.958	9.670
Escolaridade	Fundamental		Médio		Superior		Total Geral
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
Fundamental	8	196	2	42	0	0	248
Ensino Médio	11	252	376	3.242	0	3	3.884
Nível Superior	4	44	202	915	674	1.867	3.706
Pós Graduação	2	6	51	196	333	754	1.342
Mestrado	0	0	6	24	106	300	436
Doutorado	0	0	0	2	18	34	54
Total Geral	25	498	637	4.421	1.131	2.958	9.670



	DRE	2022	2021
Participações societárias		2.370	1.507
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão		365	4.859
Outras Receitas e Despesas		187	1.211
		7.721	12.501
Resultado Financeiro		-4.374	-1.442
Resultado antes do Imposto		3.347	11.060
Imposto de Renda e Contribuição Social		696	5.261
Lucro Líquido Das Operações Continuadas		2.652	5.799
Lucro líquido Das Operações Descontinuadas		987	-85
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		3.638	5.714

8.1.2 Receita Operacional Consolidada

Receita Operacional de Geração - R\$ milhões

	Receita Operacional – Geração	2022	2021	%
Suprimento		14.105	11.837	19%
Fornecimento		3.926	3.335	18%
CCEE		1.159	3.090	-62%
Receita de operação e manutenção		4.677	4.220	11%
Receita de construção de Usinas		7	82	-91%
Repasse Itaipu		288	66	337%
Receitas de Geração		24.161	22.630	7%

Geração
Destacues:

A Receita do segmento de Geração de energia apresentou aumento de 7% em 2022, equivalente a cerca de R\$ 1.531 milhões, quando comparada ao ano de 2021, influenciada, principalmente, pelo:

- (i) incorporação da Saesa (+R\$ 2,46 bilhões); e
- (ii) aumento de 11% (+R\$456 milhões) na receita de Operação e Manutenção de Usinas, devido ao reajuste da RAG (Receita Anual de Geração), conforme Resoluções Homologatórias emitidas pela Aneel, e também variações na parcela da CFURH. Esses efeitos foram, parcialmente, compensados por:
- (iii) Redução de 62% (-R\$1.931 milhões) na Receita de energia elétrica de curto prazo (CCEE), causada principalmente pela menor receita oriunda da revenda de energia importada do Uruguai (-R\$ 1.408 milhões) e;
- (iv) pela queda do PLD médio (de R\$ 134,71 em 2021 para R\$ 55,70 em 2022).

Transmissão

Receita Operacional de Transmissão

	Receita Operacional de Transmissão	2022	2021	%
Receita de operação e manutenção		6.379	5.968	7%
Receita de Construção		1.494	1.536	-3%
Receita Contratual – Transmissão		7.901	9.947	-21%
Receita Operacional de Transmissão		15.775	17.450	-10%

Destacues

As Receitas do segmento de Transmissão apresentaram redução de 10% (-R\$ 1.675 milhões) em 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciadas, principalmente, por: (i) redução de 21% (2.045 milhões) na Receita Contratual de Transmissão, principalmente, em razão do reajuste ocorrido devido a troca de ciclo tarifário (ReH nº. 3.067/22) e das variações dos indexadores IPCA e IGPM, que são utilizados na atualização monetária dos saldos dos ativos e impactam o valor da atualização monetária dos Contratos;

- (ii) redução de 3% (-R\$42 milhões) nas receitas de construção. A variação da receita de construção dos períodos é decorrente dos investimentos realizados (apropriados e alocados) nos projetos de transmissão em andamento, associados aos contratos de concessão. Esses efeitos foram, parcialmente, contrabalançados pelo;
- (iii) aumento de 7% (+R\$408 milhões) na receita de operação e manutenção de linhas de transmissão, devido à entrada em operação de novos empreendimentos e em função do processo de Revisão Tarifária, com base na regulamentação vigente (REH nº. 3.067/22), que em seus anexos detalha os reajustes das RAPs (Receita Anual Permissão) das Transmissoras. Destaque para o efeito do repertilamento do componente financeiro da RBSE, que diminui a parcela de amortização redutora da receita e aplicou o Ke, tendo um impacto relevante de remensuração do ativo contratual.

Outras Receitas

	Receita Operacional	2022	2021	%
Outras Receitas		1.102	925	19%

Destacues

Outras Receitas apresentaram aumento de 19% (+R\$ 176 milhões) em 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciadas, principalmente, por:

- (i) Na Eletronorte, crescimento de receitas em R\$103 milhões, principalmente em função do aumento de Receitas da CDE e Prointa, parcialmente compensados pela menor receita de prestação de serviços;
- (ii) Na Holding, crescimento de receitas em R\$74 milhões, devido, principalmente, ao aumento da receita do Procel, dado que os projetos com maiores volume de recursos associados (do 3º PAR/PROCEL) entraram em operação e projetos do 2º PAR/PROCEL tiveram seus pagamentos postergados para 2022;
- (iii) Na Chesf, crescimento das receitas em R\$48 milhões, devido, principalmente, ao aumento nas receitas com serviços de telecomunicações de R\$ 39 milhões e ao aumento nas receitas de serviços de operação e manutenção de R\$ 4 milhões. Esses efeitos foram, parcialmente, compensados por;
- (iv) Em Furnas, redução da receita em R\$30 milhões, devido, principalmente, a redução (-R\$ -21 milhões) na receita de prestação de serviços de operação, comunicação e telecomunicação, prestados por FURNAS, onde destacamos para 2021 Mata de Santa Genebra, IE Madeira, Energia dos Ventos VI S.A. e Empresa de Energia São Manoel; e a venda da folha de pagamento de Fumas por o Banco Bradesco, pelo período de mais 5 anos, ocorrida no 4TR21 (R\$ -10,7 milhões).

8.1.2 Custos e Despesas Operacionais

	Custos e Despesas Operacionais – R\$ milhões	2022	2021	%
Energia comprada para revenda		-3.118	6	-52657%
Encargos sobre uso da rede elétrica		-2.746	-2.276	21%
Combustível p/ prod. de energia elétrica		-2.086	-1.890	10%
Construção		-1.679	-1.395	20%
Pessoal, Material, Serviços e Outros		-10.028	-7.782	29%
Depreciação e Amortização		-2.690	-1.443	86%
Provisões Operacionais		-6.928	-14.922	-54%
Custos e Despesas Operacionais Totais		-29.275	-29.702	-1%

Destacues

Custo com Energia comprada para revenda apresentou aumento de R\$3.124 milhões em 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciados, principalmente, pelo:

- (i) registro, em 2021, de crédito de cerca de R\$ 4.266 milhões, que figurou como redutor da despesa de energia comprada para revenda, em decorrência da repactuação risco hidrológico ocorrida no ano de 2021, conforme estabelecido pela Resolução Aneel 2.932/21 e 2.919/2021, com a extensão do prazo de concessão das usinas hidroelétricas, compensado, em parte, pelo registro, também em 2021, da despesa com GSF pela adesão à repactuação do risco hidrológico, no montante de -R\$378 milhões, perfazendo um impacto líquido de R\$ 3.888 milhões, evento que não ocorreu em 2022;

Os Encargos sobre uso da rede elétrica apresentaram aumento de 21% (R\$470 milhões), em 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciados, principalmente, pelo reajuste da TUST, conforme Resolução Homologatória 3.066-ANEEL de 12/06/2022 de 15%.

Pessoal, Material, Serviços e Outro – R\$ milhões

	Pessoal, Material, Serviços e Outros	2022	2021	%
Pessoal		-4.634	-4.340	6,8%
Programa de Demissão Voluntária		-1.260	0	-
Material		-269	-248	9%
Serviços		-2.065	-1.542	34%
Outros		-1.800	-1.652	9%
PMO total		-10.028	-7.782	29%

• Destacues Pessoal

A variação na conta de pessoal, se deve, principalmente, (i) ao reajuste de 12,13% (IPCA), aplicação de adicional por tempo de serviço (ATS) e a consolidação da SAESA, a partir do 3722, agregando despesa de R\$ 65 milhões/ano para o consolidado. Além disso, destaca-se provisão não recorrente relativa ao Programa de Demissão Voluntária, no montante de R\$1.260 milhões, relativa aos 2.494 empregados que aderiram ao Plano. Cerca de 160 empregados já deixado a companhia no 4722. Os valores referentes à saída dos 821 colaboradores, que deixaram a empresa no 4722 já foram lançados como despesa em Dez/22 (R\$ -373,9 milhões) nas contas Incentivo Indenizatório, dentro da rubrica PDC.

A diferença de R\$ 886,5 milhões refere-se à provisão para o quantitativo restante (1.773 colaboradores) e será baixado, como despesa, de acordo com o cronograma das saídas futuras.

• Destacues MSO

A conta de material não apresentou variação relevante. A conta de serviços teve um incremento, em especial, em Furnas, com aumento de R\$287 milhões, sendo R\$ 127 milhões por conta da consolidação da SAESA a partir do 2722. Em adição, Furnas também apresentou incrementos em: (i) Atendimento Médico, Hospitalar, Odontológico em R\$ 35,7 milhões; (ii) Despesas de R\$ 13,6 milhões com assessorias para obtenção *waiver* para aporte na SAESA, em Junho/22. Na Eletronorte, houve aumento de R\$145 milhões na conta de serviços, com destaques para:

- (i) manutenção de ativos operacionais, de R\$ 24 milhões;
- (ii) manutenção equipamento de escritório e serviço, de R\$ 15,8 milhões;
- (iii) serviços de motorista, de R\$ 11,3 milhões;
- (iv) serviços de meio ambiente, de R\$ 9,4 milhões;
- (v) serviço de terceiros de empreiteiros, de R\$ 7 milhões;
- (vi) serviço técnico TI - Software, de R\$ 6,8 milhões;
- (vii) serviço de terceiros - segurança e vigilância, de R\$ 6,7 milhões;
- (viii) despesas com serviços do sistema financeiro, de R\$ 6,1 milhões;
- (ix) serviços diversos pulverizados em R\$ 13,6 milhões.

Em "Outros", observou-se um aumento de cerca de 9% (R\$148 milhões), com destaque para:

- (i) Indenizações, perdas e danos, na controlada Furnas, nos processos da Ampla (R\$ 138 milhões) + IBDD (R\$ 63 milhões), CONVAP (R\$ 89 milhões);
- (ii) Na Chesf, aumento com despesas com benefícios a aposentados em R\$ 86 milhões, em função do aumento do custo dos juros do plano de benefícios BD e aumento de baixas para conversão de garantias de causas judiciais (R\$ 40 milhões).

Parcialmente contrabalançadas por: (iii) baixa de ativos em 2021, sem contrapartida em 2022, de R\$ 121 milhões, na Eletronorte.

depreciação e amortização – R\$ milhões

	Depreciação e Amortização	2022	2021	%
Depreciação e Amortização		-2.690	-1.443	86%

A Despesa de amortização apresentou aumento de 86%, R\$ 1.247 milhões devido a: (i) aos novos ativos de concessão decorrentes da privatização da Eletrobras (Sobradinho, Tucuruí, Curuá-Uná, Itumbiara e Mascarenhas de Moraes), em cerca de R\$ 533 milhões. A amortização dos novos contratos decorrentes das usinas que serão desotimizadas somente se iniciará em 2023, de forma não linear, conforme desotimização; (ii) consolidação da Saesa, com impacto de R\$ 466 milhões, sem comparativo com 2021.

	Provisões Operacionais – R\$ milhões	2022	2021	%
Provisão para Litígios		1.858	13.081	-86%
Perdas estimadas em investimentos		(92)	21	-545%
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório		102	108	-5%
PECLD - Financiamentos e empréstimos		3.348	639	424%
PECLD - Consumidores e revendedores		1.674	-110	-1618%
PECLD - Conta de consumo de combustíveis		-	499	-100%
Provisão para passivo a descoberto		-	189	-100%
Garantias		(230)	-26	626%
Contratos onerosos		-	13	-1316%
Provisão para passivo atuarial		35	44	-19%
Usina Candiota III - Inflexibilidade		-	10	-100%
Provisão para redução de estoques de Combustíveis		26	126	-80%
GAO melhoria		9	29	-69%
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (Impairment)		268	-475	-156%
Provisão para depósitos judiciais		-	234	-100%
Outras		119	54	121%
Total		6.928	14.922	-54%

A conta de Provisões Operacionais apresentou uma redução 54%, que se explica, principalmente, pela variação na conta de provisão para litígios, que passou de R\$13.081

milhões em 2021 para R\$ 1.858 milhões em 2021. A Provisão para Litígios foi impactada, principalmente, pelos registros de constituição relativas ao empréstimo compulsório, que passaram de uma provisão de R\$ 10.897 milhões em 2021, em especial devido à revisão de riscos ocorrida no 3º trimestre de 2021, para uma provisão de R\$ 133 milhões em 2022. Além disso, a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos e possibilitar melhor planejamento de desembolsos de caixa para otimizar o aproveitamento tributário, por meio de acordos judiciais.

Destaca-se, também, aumento de R\$2.709 milhões nas provisões para crédito de Liquidação duvidosa de Financiamentos e empréstimos, que passaram de R\$569 milhões em 2021 para R\$3.348 milhões em 2022, com destaque para à provisão dos saldos de empréstimos a receber pela holding da Amazonas Energia (Vide nota 10 das notas Explicativas). Houve ainda constituição de PECLD sobre consumidores e revendedores, no montante de R\$1.674 milhões, que se deve, principalmente, à provisão de 100% dos Instrumentos de Confissão de Dívida celebrados com a Amazonas Energia referentes a compra de energia não paga. (Vide nota 09 das notas Explicativas).

8.1.3 Remensurações Regulatórias de Transmissão

	Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão (R\$ milões)	2022	2021	%
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão		365	4.859	-92%

Em 2021, o registro nesta rubrica decorreu da remensuração do ativo da RBSE, originado pelo repertilamento rio componente financeiro e do reconhecimento complementar do custo de capital próprio (KE). Em 2022, o impacto decorreu da Revisão Tarifária Periódica - RTP ANEEL para as RAPs dos contratos de concessão 014/2011 e 016/2011.

8.1.4 Participações Societárias

	Participações Societárias – R\$ milhões	2022	2021	%
Participações Societárias		2.370	1.507	57%

A conta de participações Societárias apresentou aumento de R\$ 862 milhões, ou 57%. Esta conta é impactada pelo resultado de todas as participações minoritárias detidas pela Eletrobras e, entre essas variações, a principal foi o reconhecimento, em 2021, da baixa de investimento relativa à Arbitragem de Santo Antonio, no montante de R\$697 milhões, sem ocorrência em 2022. Destacam-se também as variações negativas na CTEEP (R\$269 milhões) e na Nessa - Norte Energia SA (R\$107 milhões) e variações positivas nas SPES ESBRI, RSC 36 milhões e IE Guaranih R\$31 milhões.

8.1.5 Resultado Financeiro

	Resultado Financeiro – R\$ milhões	2022	2021	%
Resultado Financeiro		-4.374	-1.442	203%

O Resultado Financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R\$ 1.442 milhões em 2021 para uma despesa líquida de R\$ 4.374 milhões em 2022, representando um aumento de R\$ 2.932 milhões. Essa variação deve-se, principalmente:

- (i) ao aumento dos encargos de dívidas, provocado pela consolidação da SAESA (R\$ 775 milhões) e pela captação de novos contratos de empréstimos ocorridos durante o ano de 2022;
- (ii) às despesas com Encargos financeiros e atualização do saldo devedor da obrigação junto à CDE e Projetos de revitalização - Lei 14.182/2021 que somaram uma despesa de R\$1.284 milhões, sem comparativo com ano de 2021;
- (iii) às perdas com derivativos, que passaram de uma receita líquida de R\$726 milhões em 2021 para uma despesa líquida de R\$356 milhões em 2022, influenciada pela variação da cotação do alumínio na London Metal Exchange – LME, cotado em dólar, que é utilizado como referência para pagamento do prêmio previsto no contrato junto à Albras;
- (iv) atualização monetária dos processos judiciais que discutem diferença de correção monetária de créditos escriturais (2ª fase), que são impactados pela variação na taxa Selic e cuja variação entre os períodos foi de R\$ 898 milhões, sendo R\$ 1.620 milhões em 2022 e de R\$ 701 milhões em 2021. Destaca-se que em 2021 houve aumento da base de provisão pela revisão de riscos feita pela Eletrobras, a partir do 3721, impactando apenas dois trimestres de 2021 e todos os trimestres de 2022.

8.1.6 Outras Receitas e Despesas

	Outras Receitas e Despesas	2022	2021	%
Ressarcimento do ativo Imobilizado em curso – AIC		121	589	-79
Ganho da Alienação das ações da CEEE-T (1)		454	-	-
Reembolso Ineficiência – CCC		-	622	-
Efeitos da Lei 14.182/2021(2)		-355	-	-
Outras Receitas e Despesas		-33	-	-
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		187	1.211	-85%

¹ A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022, vide 42.

² Os valores residuais das novas concessões foram baixados contra o resultado do período em razão da irrecuperabilidade apurada pelo CNPE, maiores detalhes vide nota 1.15.

8.1.7 Imposto de Renda

	Imposto de Renda	2022	2021	%
Imposto de renda e contribuição social correntes		-1.630	-1.438	13%
Imposto de renda e contribuição social diferidos		934	-3.823	-124%
Imposto de renda e contribuição social Total		-896	-5.261	-87%

8.1.8 Operações Descontinuadas

	2022	2021	%
Operações Descontinuadas	987	-85	-1258%

Conforme previsto na Lei nº 14.182/2021, a capitalização da Eletrobras estava condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, as empresas Eletronuclear e Itaipu Binacional, através da transferência de controle para a ENBpar. Assim, após a capitalização, a participação acionária da Eletrobras no capital total da Eletronuclear passou de 99,95% para 67,95%, porém a Eletrobras não tem a maioria das ações ordinárias e não tem mais o controle. Nesse sentido, desde o 2722, a Eletronuclear deixou de ser uma empresa controlada para ser uma empresa coligada.

8.1.6 EBITDA Consolidado

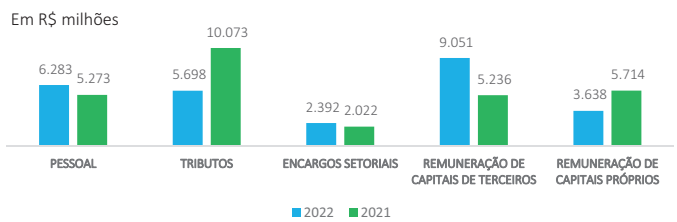
	EBITDA – R\$ milhões	2022	2021	%
Resultado do Exercício		3.638	5.714	-36%
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social		696	5.261	-87%
+ Resultado Financeiro		4.374	1.442	203%
+ Amortização e Depreciação		2.690	1.443	86%
= EBITDA		11.398	13.860	-18%

8.1.7 Dívida Bruta e Líquida

	Dívida Bruta e Líquida – R\$ milhões	31/12/2022
Dívida Bruta		59.107
(-) Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários		22.933
(-) Financiamentos a Receber		1.022
(-) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu		389
Dívida Líquida		34.763

Em 2022, a dívida da Eletrobras foi substancialmente afetada pela consolidação da dívida bruta da SAESA de cerca de R\$ 20 bilhões, na qual Furnas passou a deter 72% de participação a partir do 3722.

8.2 Demonstração do Valor Adicionado

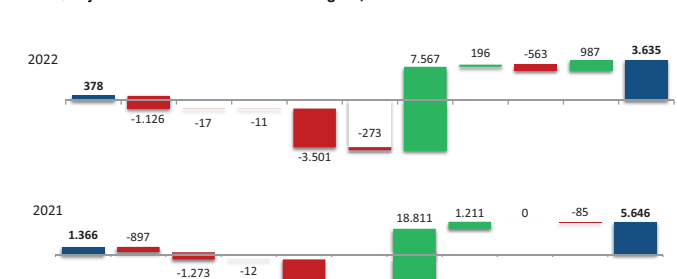


8.3 Análise do Resultado da Controladora

Em 2022, a Eletrobras Holding apresentou lucro líquido total de R\$ 3.635 milhões, sendo R\$ 2.648 milhões referentes às operações continuadas e R\$ 987 milhões referentes às operações descontinuadas, redução de 36% em comparação ao lucro líquido de R\$ 5.646 milhões registrado em 2021. Esse resultado de 2022 foi decisivamente influenciado por:

- (i) Resultado de Participações Societárias, de R\$ 7.567 milhões, principalmente pelo resultado das empresas controladas, contra um resultado de R\$ 18.811 em 2021;
- (ii) resultado das Operações Descontinuadas em R\$ 987 milhões, dado que, conforme previsto na Lei nº 14.182/2021, a capitalização da Eletrobras estava condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, as empresas Eletronuclear e Itaipu Binacional, através da transferência de controle para a ENBpar;
- (iii) aumento de R\$2.709 milhões nas provisões para crédito de Liquidação duvidosa de Financiamentos e empréstimos, que passaram de R\$639 milhões em 2021 para R\$3.348 milhões em 2022, com destaque para à provisão dos saldos de empréstimos a receber pela holding da Amazonas Energia (Vide nota 10 das notas Explicativas).

Evolução do Resultado da Eletrobras Holding – R\$ milhões



8.3.1 Participações Societárias da Controladora

Em 2022, o resultado de Participações Societárias impactou, de forma positiva, o resultado da Companhia em R\$ 7.567 milhões, redução de 60% em comparação a 2021, decorrente principalmente de: (i) resultado de equivalência patrimonial dos investimentos em controladas e coligadas, com destaque para as controladas: Eletronorte, no montante de R\$ 2.080 milhões, a Chesf, no montante de R\$ 1.700 milhões, e Furnas, que teve um resultado de participação societária de R\$ 1.653 milhões. A redução observada foi, em especial, pelo registro de crédito em 2021 referente à repactuação do risco hidrológico com o efeito na diminuição da despesa na compra de energia ocorrido em 2021, conforme resoluções da ANEEL 2.919/21 e 2.932/21, sem ocorrência em 2022.

8.3.2 Provisões Operacionais da Controladora

Em 2022, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 3.501 milhões, frente a provisão de R\$ 12.254 milhões em 2021. Essa redução é explicada, principalmente, por:

- (i) menor constituição, em Contingências, com destaque para o empréstimo compulsório no valor de R\$ 133 milhões em 2022, contra uma constituição de R\$ 10.897 milhões em 2021. No âmbito da provisão relacionada ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica ("ECE"), a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos e possibilitar melhor planejamento de desembolsos de caixa para otimizar o aproveitamento tributário. Nesse contexto, a Eletrobras criou o Comitê Executivo de Empréstimo Compulsório com objetivo de buscar acordos judiciais com deságios e quitação plena dos referidos processos. Portanto, embora tenha ocorrido uma provisão de R\$ 133 milhões em 2022 devido a decisões judiciais desfavoráveis, destacamos que, em decorrência das negociações ocorridas, a Eletrobras obteve no 4º trimestre de 2022, a redução de provisão no valor



2.2. Interação com os Fornecedores

Crterios de responsabilidade social utilizados para a seleo de seus fornecedores:

Em todos os editais de licitao, a empresa proponente apresenta as seguintes declaraes: DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n 9.854, de 27 de outubro de 1999, no emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e no emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condio de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2. No possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1, e no inciso III, do artigo 5, da Constituio da Repblica Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

1.3. No est sob os efeitos de sano restritiva de direito decorrente de infrao administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, 8, inciso V, da Lei n 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Cdigo de tica das Empresas ELETROBRAS. No permitindo principalmente, a prtica ou a manuteno de discriminao limitativa ao acesso na relao de emprego, ou negativa com relao a sexo, origem, raa, cor, condio fsica, religio, estado civil, idade, situao familiar ou estado gravdico;

Quando da apresentao da proposta, o proponente dever apresentar tambm: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Servio (CRF) e com a Justia do Trabalho (CNDT).

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta desclassificada.

O fornecedor fiscalizado quanto ao cumprimento da legislao trabalhista e previdenciria, tendo de demonstrar situao regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas institudos por lei, por meio da apresentao das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas a Seguridade Social, Justia do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Servio (FGTS), nos atos da habilitao, da adjudicao e durante a vigncia do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos clusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentvel do pas.

Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do “Balanço Social”, respeitamos em nosso critrio todos os onze temas da boa prtica de responsabilidade social:

- boas prticas de governana;
- combate a pirataria, sonegao, fraude e corrupo;
- prticas leais de concorrncia;
- direitos da criana e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associao, de negociao, a remunerao justa e benefcios bsicos, bem como o combate ao trabalho forado;
- promoo da diversidade e combate a discriminao (por exemplo: cultural, de gnero, de raa/etnia, idade, pessoa com deficincia);
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoo da sade e segurana;
- promoo de padres sustentveis de desenvolvimento, produo, distribuio e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de servio, entre outros;
- proteo ao meio ambiente e aos direitos das geraes futuras;
- aes sociais de interesse pblico.

III. Interao com o Meio Ambiente

3.1. Investimentos

	2022	2021	2022	2021
Investimentos e gastos com manuteno nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R\$ 298	R\$ 1.635	R\$ 85.116	R\$ 74.949
Investimentos e gastos com a preservao e/ou recuperao de ambientes degradados	R\$ -	R\$ -	R\$ 56.867	R\$ 62.998
Investimentos e gastos com a educao ambiental para empregados, terceirizados, autnomos e administradores da entidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 354	R\$ 41
Investimentos e gastos com educao ambiental para a comunidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.434	R\$ 2.622
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R\$ 6.925	R\$ 567	R\$ 41.737	R\$ 124.102
Total dos investimentos	7.224	2.203	188.508	264.713

3.2. Passivo Ambiental

	2022	2021	2022	2021
Valor das multas e das indenizaes relativas a matria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R\$ -	R\$ -	R\$ 76.353	R\$ 937.537
Total dos passivos ambientais	0	0	76.353	937.537
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	7	7	109	113

IV. Outras Informaes

	2022	2021	2022	2021
4.1 - Informaes financeiras	R\$ 377.721	R\$ 1.365.825	R\$ 34.074.233	R\$ 37.631.780
Receita Operacional Lquida (ROL)	R\$ 3.212.011	R\$ 5.731.106	R\$ 3.347.211	R\$ 10.994.356
Resultado Operacional (RO)				

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.927.871	7.384	10.739.126	192.659
Caixa restrito	7	2.917.849	2.544.594	3.098.401	2.710.165
Ttulos e valores mobilirios	8	3.611.904	6.026.365	12.193.654	15.475.205
Clientes	9	462.628	719.906	4.794.924	5.094.976
Ativo contratual transmissao	16	–	–	9.349.126	7.356.356
Ativo financeiro - Concessoes e Itaipu	17	389.438	–	389.438	–
Financiamentos e emprstimos	10	1.524.088	2.275.301	692.839	1.251.766
Remunerao de participaes societrias	12	3.028.085	5.028.731	707.872	443.142
Tributos a recuperar	13	857.466	456.725	1.135.913	755.906
Imposto de renda e contribuio social	14	261.321	640.191	1.749.225	1.487.777
Direito de ressarcimento	15	796.776	741.255	827.490	768.848
Almoxarifado	–	262	293	429.310	627.573
Estoque de combustvel nuclear	–	–	–	–	487.895
Instrumentos financeiros derivativos	43	–	–	501.355	690.333
Outros	–	966.804	685.320	2.326.092	2.014.705
	–	19.744.492	19.126.065	48.934.768	39.357.306
Ativos mantidos para venda	46	320.691	289.331	688.359	387.690
	–	20.065.183	19.415.396	49.623.127	39.744.996
NÃO CIRCULANTE					
REALIZVEL A LONGO PRAZO					
Caixa restrito	7	–	–	1.300.583	694.828
Direito de ressarcimento	15	2.048.517	5.529.316	2.124.907	5.627.386
Financiamentos e emprstimos	10	3.366.460	8.180.605	328.806	4.591.761
Clientes	9	–	–	703.055	993.080
Valores a Receber - ENBPAP	11	1.223.316	–	1.223.316	–
Ttulos e valores mobilirios	8	411.705	398.280	417.648	398.648
Estoque de combustvel nuclear	–	–	–	–	1.490.820
Tributos a recuperar	13	3.705	3.365	439.196	449.258
Imposto de renda e contribuio social diferido	14	–	–	3.541.162	1.500.987
Cauoes e depósitos vinculados	18	6.402.122	6.393.647	8.558.013	8.247.485
Ativo contratual transmissao	16	–	–	51.703.084	52.158.612
Ativo financeiro - Concessoes e Itaipu	17	–	428.865	–	2.601.027
Instrumentos financeiros derivativos	43	–	–	485.507	653.022
Adiantamentos para futuro aumento de capital	19	20.596.029	3.932.463	–	–
Fundo de descomissionamento	–	–	2.055.713	–	2.055.713
Outros	–	1.755.305	2.024.412	1.063.250	1.087.508
	–	35.807.159	28.946.666	71.888.527	82.550.135
INVESTIMENTOS					
Avaliados por equivalncia patrimonial	20	112.079.558	86.966.083	32.224.264	25.769.172
Mantidos a valor justo	–	1.657.261	1.774.539	1.761.258	1.878.609
	–	113.736.819	88.740.622	33.985.522	27.647.781
IMOBILIZADO					
INTANGVEL	22	231.883	235.453	34.739.705	33.367.981
	–	67.817	61.387	79.900.581	4.992.176
	–	149.843.718	117.984.128	220.594.335	148.558.073
TOTAL DO ATIVO	–	169.908.901	137.399.524	270.217.462	188.303.069

DEMONSTRAO DO RESULTADO DOS EXERCICIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
OPERAES CONTINUADAS					
Receita operacional lquida	39	377.721	1.365.825	34.074.233	34.626.834
Custos operacionais	40	(16.685)	(1.273.156)	(15.857.610)	(9.678.430)
RESULTADO BRUTO	–	361.036	92.669	18.216.623	24.948.404
Despesas operacionais	40	(4.638.745)	(13.162.674)	(13.417.697)	(20.023.861)
Remensurao regulatrias - Contratos de transmissao	–	–	–	365.178	4.858.744
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	–	(4.277.709)	(13.070.005)	5.164.104	9.783.287
RESULTADO FINANCEIRO	41	(272.650)	(1.220.245)	(4.373.595)	(1.441.954)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAES SOCIETARIAS	–	(4.550.359)	(14.290.250)	790.509	8.341.333
Resultado das participaes societrias	–	7.566.709	18.810.602	2.369.777	1.507.418
Outras receitas e despesas	42	195.661	1.210.754	186.924	1.210.754
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	–	3.212.011	5.731.106	3.347.210	11.059.505
Imposto de renda e contribuio social correntes	14	(563.419)	–	(1.630.034)	(1.437.671)
Imposto de renda e contribuio social diferidos	14	–	–	934.421	(3.822.971)
LUCRO LQUIDO DAS OPERAES CONTINUADAS	–	2.648.592	5.731.106	2.651.597	5.798.863
Parcela atribuda aos controladores	–	2.648.592	5.731.106	2.648.592	5.731.106
Parcela atribuda aos no controladores	–	–	–	–	67.757
OPERAES DESCONTINUADAS					
LUCRO (PREJUIZO) LQUIDO DA OPERAO DESCONTINUADA	47	986.785	(84.965)	986.785	(85.230)
Parcela Atribuda aos Controladores	–	986.785	(84.965)	986.785	(84.965)
Parcela Atribuda aos No Controladores	–	–	–	–	(265)
LUCRO LQUIDO DO EXERCICIO	–	3.635.377	5.646.141	3.638.382	5.713.633
Parcela Atribuda aos Controladores	–	3.635.377	5.646.141	3.635.377	5.646.141
Parcela Atribuda aos No Controladores	–	–	–	–	67.492
RESULTADO POR AO					
Resultado por ao - bsico (ON)	–	R\$1,83	R\$3,54	R\$1,83	R\$3,54
Resultado por ao - bsico (PN)	–	R\$2,00	R\$3,89	R\$2,00	R\$3,89
Resultado por ao - diluido (ON)	–	R\$1,80	R\$3,48	R\$1,80	R\$3,48
Resultado por ao - diluido (PN)	–	R\$1,98	R\$3,82	R\$1,98	R\$3,82
Operaes Continuadas					
Resultado por ao - bsico (ON)	–	R\$1,33	R\$3,59	R\$1,33	R\$3,59
Resultado por ao - bsico (PN)	–	R\$1,46	R\$3,95	R\$1,46	R\$3,95
Resultado por ao - diluido (ON)	–	R\$1,31	R\$3,53	R\$1,31	R\$3,53
Resultado por ao - diluido (PN)	–	R\$1,44	R\$3,88	R\$1,44	R\$3,88

DEMONSTRAO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	1.511.873	1.637.666	42.237.697	47.671.549
Receita de construção	–	–	1.501.631	1.618.045
PECLD - Consumidores e Revendedores	–	–	(1.674.333)	(804.865)
Outras receitas e despesas operacionais	195.661	1.210.754	1.083.582	1.210.754
	1.707.534	2.848.420	43.148.577	49.695.483
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(532.146)	(471.428)	(4.223.223)	(3.750.215)
Energia comprada para revenda	(16.685)	(1.273.156)	(3.117.655)	5.932
Encargos sobre uso da rede elétrica	–	–	(2.846.243)	(2.461.443)
Custo de Construção	–	–	(1.678.631)	(1.395.066)
Combustível para produção de energia elétrica	–	–	(2.331.229)	(2.338.395)
Provisões/Reversões operacionais	(3.501.113)	(12.254.011)	(5.315.327)	(14.088.174)
	(4.049.944)	(13.998.595)	(19.512.308)	(24.027.361)
	(2.342.410)	(11.150.175)	23.636.269	25.668.122
VALOR ADICIONADO BRUTO				
RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(11.195)	(11.852)	(2.977.917)	(2.081.459)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO				
PRODUIZIDO PELA ENTIDADE	(2.353.605)	(11.162.027)	20.658.352	23.586.663
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	7.566.709	18.640.740	2.301.287	1.867.546
Receitas financeiras	2.857.161	1.738.203	4.103.153	2.864.244
	10.423.870	20.378.943	6.404.440	4.731.790
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8.070.265	9.216.916	27.062.792	28.318.453
PESSOAL				
Remuneração direta	362.844	268.060	4.610.360	3.590.809
Benefícios	76.255	46.553	901.431	663.533
FGTS	19.708	11.736	270.866	282.136
Outros	–	–	500.994	736.566
	458.807	326.349	6.283.251	5.273.044
TRIBUTOS				
Federal	710.786	271.841	4.584.348	8.938.675
Estadual	–	–	1.103.091	1.124.432
Municipal	–	–	10.688	9.936
	710.786	271.841	5.698.127	10.073.043
ENCARGOS SETORIAIS				
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	–	–	2.392.454	2.022.289
Juros	3.129.811	2.873.551	8.833.738	4.920.583
Aluguéis	9.145	11.635	10.402	151.165
Outras	126.339	87.399	206.438	164.696
	3.265.295	2.972.585	9.050.578	5.236.444
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS				
Dividendos	863.402	1.340.958	863.402	1.340.958
Lucros retidos	2.771.975	4.305.183	2.771.975	4.305.183
Participação dos não-controladores	–	–	3.005	67.492
	3.635.377	5.646.141	3.638.382	5.713.633
	8.070.265	9.216.916	27.062.792	28.318.453



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	RESERVAS DE LUCROS				Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
			Legal	Retenção de Lucros	Estatutárias	Investimentos			Controladora	Controladores	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	39.057.271	13.867.170	1.968.512	10.539.662	409.825	17.972.166	—	(7.693.402)	76.121.204	295.560	76.416.764
Aumento de Capital	30.756.468	—	—	—	—	—	—	—	30.756.468	—	30.756.468
Gastos com emissão de ações	(108.185)	—	—	—	—	—	—	—	(108.185)	—	(108.185)
Ajustes acumulados de conversão	—	—	—	—	—	—	—	(93.408)	(93.408)	—	(93.408)
Ajuste Benefício pós-emprego	—	—	—	—	—	—	—	203.953	203.953	—	203.953
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	—	—	—	—	—	—	206.222	(418.901)	(212.679)	—	(212.679)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	142.426	142.426	—	142.426
Ajuste de Controladas / Coligadas	—	—	—	—	—	—	41.871	881.171	923.042	225.275	1.148.317
Constituição de reservas	—	—	181.769	248.093	—	2.590.206	(3.020.068)	—	—	—	—
Dividendos propostos	—	—	—	—	—	—	(863.402)	—	(863.402)	—	(863.402)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	3.635.377	—	3.635.377	3.005	3.638.382
Em 31 de dezembro de 2022	69.705.554	13.867.170	2.150.281	10.787.755	409.825	20.562.372	—	(6.978.161)	110.504.796	523.840	111.028.636

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em milhares de Reais)

	Capital Social	AFAC	Reservas de Capital	RESERVAS DE LUCROS				Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
				Legal	Retenção de Lucros	Estatutárias	Reserva Especial de Dividendos			Controladora	Controladores	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	39.057.271	—	13.867.170	1.666.204	9.427.502	353.364	2.291.889	15.149.095	(8.354.188)	73.478.307	272.987	73.751.294
Ajustes acumulados de conversão	—	—	—	—	—	—	—	—	19.190	19.190	—	19.190
Ajuste Benefício pós-emprego	—	—	—	—	—	—	—	—	211.030	211.030	—	211.030
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	—	—	—	—	—	—	—	—	(237.372)	(237.372)	—	(237.372)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	80.706	80.706	—	80.706
Ajuste de Controladas / Coligadas	—	—	—	—	—	—	—	(31.183)	587.232	556.049	(44.919)	511.130
Constituição de reservas	—	—	—	282.307	1.112.161	56.461	—	2.823.071	(4.274.000)	—	—	—
Dividendos propostos	—	—	—	—	—	—	—	(1.340.958)	—	(1.340.958)	—	(1.340.958)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO	—	—	—	—	—	—	(2.291.889)	—	—	(2.291.889)	—	(2.291.889)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	5.646.141	5.646.141	67.492	5.713.633	5.713.633
Em 31 de dezembro de 2021	39.057.271	—	13.867.170	1.968.511	10.539.663	409.825	—	17.972.166	(7.693.402)	76.121.204	295.560	76.416.764

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras" ou "Controladora") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro (RJ), registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC), com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Madri (LATIBEX) e New York (NYSE).

A Eletrobras exerce a função de *holding*, participando no capital de outras sociedades de forma direta e indireta, dedicadas primariamente na geração e transmissão de energia elétrica, vide nota 4, e ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (em conjunto, "Companhia") e participação direta na Rouar S.A., além de participações diretas e indiretas em 73 Sociedades de Propósito Específico (SPE).

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção, transmissão, comercialização ou distribuição de energia elétrica.

Os prazos de duração das concessões nos segmentos de geração e transmissão de suas controladas e controladas em conjunto estão descritos na nota 3.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 13 de março de 2023.

1.1 - Reestruturação societária

Em 12 de julho de 2021, houve a aprovação da Lei nº 14.182/2021, que dispõe sobre a desestatização da Eletrobras e que definiu condicionantes a serem aprovadas por sua assembleia geral de acionistas, a qual foi realizada em 22 de fevereiro de 2022. A Companhia iniciou seu processo de transformação para cumprir as condições legais definidas no processo de desestatização da Eletrobras. Foi realizada a reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, empresas, instalações e participações, detidas ou gerenciadas pela Eletrobras, especificamente Eletronuclear S.A. ("Eletronuclear") e Itaipu Binacional ("Itaipu") ("Reestruturação Societária"). Em 19 de setembro de 2021, através do Decreto 10.791, foi criada a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), empresa pública detida exclusivamente pela União, que manterá o controle da Eletronuclear e, também, a participação brasileira em Itaipu Binacional.

O processo de Reestruturação Societária se deu através dos seguintes componentes:

(a) Eletronuclear:

O controle societário detido pela Eletrobras na Eletronuclear foi transferido para a ENBPar mediante as seguintes operações: (i) aporte de capital no montante de R\$ 3.500.000 realizado pela ENBPar; (ii) integralização de capital, pela Eletrobras, no montante de R\$ 6.232.330, demonstrado no quadro abaixo; e (iii) adesão pela Eletrobras ao programa de conversão facultativa das ações ordinárias (ON) em preferenciais (PN) na proporção de 1:1.

Integralização de capital social na Eletronuclear			
Integralização do AFAC	3.665.521		
Capitalização dos dividendos a receber	2.512.286		
Aporte de caixa e equivalentes de caixa	54.523		
Investimentos em participações societárias	6.232.330		

Acionista	Ordinárias		Eletronuclear Preferenciais		Capital Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	37.651.030	99,98	10.528.730	99,85	48.179.760	99,95
Outros	7.137	0,02	15.969	0,15	23.106	0,05
Total	37.658.167	100,00	10.544.699	100,00	48.202.866	100,00

Após a reestruturação societária, as ações ordinárias detidas pela Eletrobras passaram de 99,98% para 35,90% e as preferenciais para 99,99%, perfazendo uma participação total de 67,95% sendo minoritariamente participante nas ações ordinárias da Companhia, conforme quadro abaixo:

Acionista	Ordinárias		Eletronuclear Preferenciais		Capital Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	79.488.850	35,90	221.396.243	99,99	300.885.093	67,95
ENBPar	141.916.224	64,10	—	—	141.916.224	32,04
Outros	7.137	0,02	15.969	0,01	23.106	0,01
Total	221.412.211	100,00	221.412.212	100,00	442.824.423	100,00

Em razão da perda do controle, os ativos, passivos e as participações de não controladores na Eletronuclear, passaram a não compor o balanço consolidado da Companhia. Em função da participação societária mantida, a Eletronuclear se tornou uma coligada da Eletrobras. A participação remanescente foi reconhecida pelo valor justo, na rubrica de Investimentos.

(b) Itaipu Binacional:

A Itaipu é uma entidade binacional criada e regida pelo tratado assinado em 26 de abril de 1973 (aprovado pelo Decreto Legislativo nº 23/1973), entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

A Eletrobras atuava como um veículo utilizado pelo Governo brasileiro para adquirir e comercializar o aproveitamento hidroelétrico gerado pela usina.

Com a Lei nº 14.182/2021 e a Resolução nº 203/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), com as modificações da Resolução CPPI nº 221/2021, a Companhia transferiu a totalidade da sua participação, que representava 50% do capital da Itaipu à ENBPar pela contraprestação de R\$ 1.082.275, equivalentes a US\$ 208.262, definida pela Resolução CPPI nº 221/2021 e pelo contrato de transferência de participação societária, celebrado entre a Eletrobras e a ENBPar.

A Eletrobras receberá da ENBPar a contraprestação em 240 parcelas mensais, corrigidas pela variação cambial e acrescidas de juros de 4,76% a.a..

A transferência acionária impactou o resultado da Companhia em R\$ 896.658 conforme demonstrado abaixo:

Contraprestação pela transferência	1.082.275
Baixa na participação societária	(185.617)
Ganho na transferência	896.658

A transferência da Eletronuclear e de Itaipu para a ENBPar, atingiu os requisitos de operação descontinuada, de acordo com o Pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e tem os seus efeitos no resultado e no fluxo de caixa divulgados como operações descontinuadas, sendo assim, a Eletrobras não considera os efeitos da consolidação da Eletronuclear, visto não ter mais o controle dessa investida. Vide nota 4.

1.2 - Capitalização da Eletrobras

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu sua oferta pública de ações, que consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaragadas de quaisquer ônus ou gravames, através da B3, simultaneamente no Brasil e no exterior. O preço de subscrição da ação foi de R\$ 42,00 (US\$ 8,63 sob a forma de ADS que corresponde ao preço por ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US\$), incluindo taxas de emissão do ADS, com base na taxa de câmbio de venda (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil), perfazendo o montante total de R\$ 30.756.468, sendo:

(a) oferta primária - 627.675.340 ações ordinárias no valor de R\$ 26.362.364 de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADS), representados por *American Depositary Receipts* (ADR), sendo:

• no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior; e

• no exterior, mediante uma oferta pública de distribuição primária de ações, sob a forma de ADR, representados por ADR, nos termos do *U.S. Securities Act of 1933*.

(b) secundária de ações - 69.801.516 ações ordinárias perfazendo o valor de R\$ 2.931.664 de titularidade do BNDESPAR, realizada no Brasil; e

(c) em julho de 2022, a Companhia realizou a emissão do lote suplementar de ações, que consistiu em 15% do total de ações inicialmente ofertadas, correspondendo a um total de 104.621.528 ações representando o valor de R\$ 4.394.104, conforme previsto na Instrução da CVM nº 400/2003. Com a emissão do lote suplementar, a oferta pública realizada pela Eletrobras compreendeu uma distribuição primária final de 732.296.868 ações ordinárias de emissão da Companhia incluindo sob a forma de ADS e uma distribuição secundária final de 69.801.516 ações de titularidade do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Não foi realizado qualquer registro da oferta ou das ações, incluindo sob a forma de ADS, representados por ADR, em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM, e no Estados Unidos da América, junto à SEC.

Após a conclusão da oferta de ações, o controle da Eletrobras foi pulverizado passando a ser da iniciativa privada. Em 31 de dezembro de 2022, a União detém, direta e indiretamente, o percentual de ações ordinárias de 42,67% (72,33% em 31 de dezembro de 2021).

Desta forma, o processo de oferta pública de ações, após emissão do lote suplementar de ações, acrescentou o montante líquido dos gastos com emissão de ações, de R\$ 30.648.282 no caixa da Eletrobras, conforme os itens (a) e (c) anteriormente descritos, conforme demonstrado abaixo:

Subscrição de ações	30.756.468
Gastos com emissão de ações	(108.186)
Impacto no capital social	30.648.282

1.2.1 - Novos contratos de concessões

A Lei nº 14.182/2021 condicionou a desestatização da Eletrobras à celebração de novos contratos de concessão de energia elétrica, por trinta anos, em substituição aos contratos vigentes, para as usinas hidrelétricas:

a) que tenham sido prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 (usinas cotistas); e
b) Tucuruí, Sobradinho, Itumbiara, Curuá-Una, e Mascarenhas de Moraes.

A Companhia celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, vide nota 3. Os novos contratos possibilitaram a alteração do regime de exploração, cotas, para produção independente de energia (PIE), nos termos da Lei nº 9.074/1995, inclusive quanto às condições de extinção das outorgas, da encampação das instalações e das indenizações.

Os novos contratos geraram aumento no ativo intangível da Companhia no montante de R\$ 75.021.259, vide nota 22, originado pelo direito de explorar os potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, a Companhia efetuou pagamento à União, a título de bônus de outorga, firmou compromissos de pagamentos à conta de desenvolvimento energético (CDE) e para desenvolvimento de projetos determinados pela Lei nº 14.182/2021, bem como realizou os créditos da aquisição de combustível e das indenizações de Tucuruí e Curuá-Una, conforme detalhado abaixo:

Bônus de outorga (a)	26.622.905
Obrigações com a CDE (b)	33.735.216
Obrigações com a revitalização das bacias hidrográficas (c)	6.693.921
Indenizações das UHEs Tucuruí e Curuá-Una (d)	5.062.717
Reembolso aquisição de combustível - Lei nº 12.111/2009 (e)	2.906.500
Ativo Intangível	75.021.259

(a) o valor do bônus de outorga em 17 de junho de 2022 referente aos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica no montante de R\$ 26.622.905. Os recursos obtidos pela oferta pública de ações (oferta primária) foram utilizados para essa finalidade;

(b) obrigações ao longo dos próximos 25 anos, de repassar recursos à CDE no montante de R\$ 33.735.216, vide nota 35;

(c) obrigação, ao longo dos próximos 10 anos no montante total de R\$ 6.693.921, de desenvolver os projetos que vão compor os seguintes programas, vide nota 35:

- revitalização dos recursos hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, pela controlada Chesf;
- redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal e para navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins, pela controlada Eletronorte; e
- revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, pela controlada Furnas.

(d) créditos no montante de R\$ 5.062.717 relativos às indenizações de bens reversíveis das Usinas de Tucuruí e Curuá-Una. Essas usinas tiveram novos contratos de concessão assinados; e

(e) créditos no montante de R\$ 2.906.500 relativos ao reembolso de combustível das distribuidoras que anteriormente eram controladas pela Eletrobras, que foram comprovadas e não reembolsadas, eficiência econômica e energética de que trata a Lei nº 12.111/2009. Esses ativos estavam registrados na conta de Direito de Resarcimento e foram compensados com os valores a pagar a título de bônus de outorga nos termos definidos pela Lei nº 14.182/2021.

O montante relativo ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, registrado no ativo intangível, está demonstrado abaixo:

Usinas Hidrelétricas (UHE)	Ativo intangível
Xingó	11.267.333
Complexo Paulo Afonso	10.590.724
Luiz Gonzaga (Itaparica)	4.693.535
Boa Esperança	876.032
Sobradinho	874.546
Furnil - BA	28.489
Pedra	7.124
Valor adicionado Chesf	28.337.783
Tucuruí	25.542.126
Coaracy Nunes	582.030
Curuá-Una	160.582
Valor adicionado Eletronorte	26.284.736
Marimbondo	4.416.843
Furnas	4.025.234
Estreito (Luís Carlos B. de Carvalho)	3.177.816
Itumbiara	2.958.106
Mascarenhas de Moraes (Peixoto)	2.476.008
Corumbá I	1.431.622
Porto Colômbia	1.322.485
Furnil - RJ	590.624
Valor adicionado Furnas	20.398.738
Valor adicionado consolidado	75.021.259

1.2.2 - Impactos no resultado

Com a assinatura dos novos contratos de concessão, as concessionárias passaram a não fazer jus às indenizações por investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Os investimentos ainda não amortizados, relativos às concessões não renovadas pela Lei nº 12.783/2013, foram considerados pelo CNPE para utilização na aquisição dos novos contratos de concessão. De acordo com os cálculos do CNPE, foi considerada indenização para as UHE Tucuruí e Curuá-Una. Para as UHEs Sobradinho, Itumbiara e Mascarenhas de Moraes, não foram previstos valores a indenizar.

Adicionalmente, os novos contratos de concessão não incluíram remuneração para os ativos de modernização que se encontravam registrados como ativo financeiro de indenização a receber e que haviam sido objeto de consulta pública da ANEEL em outubro de 2019.

A seguir os efeitos no resultado da Companhia por regime de exploração do empreendimento:

	Valor contábil líquido	Indenização Líquida de Tributos	Resultado
Usinas Hidrelétricas			
Usinas não cotistas			
Curuá-Una	630	17.741	17.111
Tucuruí	2.990.633	4.576.672	1.586.039
Impacto Eletronorte	2.991.263	4.594.413	1.603.150
Usinas cotistas			
Boa Esperança	98.219	—	(98.219)
Apolônio Sales (Moxotó)	38.250	—	(38.250)
Paulo Afonso I	92.612	—	(92.612)
Paulo Afonso II	107.093	—	(107.093)
Paulo Afonso III	66.259	—	(66.259)
Paulo Afonso IV	20.832	—	(20.832)
Luiz Gonzaga (Itaparica)	15.150	—	(15.150)
Xingó	28.174	—	(28.174)
Furnil - BA	12.626	—	(12.626)
Pedra	8.067	—	(8.067)
Usinas não cotistas			
Sobradinho	131.948	—	(131.948)
Impacto Chesf	619.230	—	(619.230)

Usinas cotistas			
Corumbá I	(4.497)	—	4.497
Estreito	479.561	—	(479.561)
Furnil - RJ	8.110	—	(8.110)
Furnas	566.098	—	(566.098)
Marimbondo	15.844	—	(15.844)
Porto Colômbia	1.912	—	(1.912)
Usinas não cotistas			
Itumbiara	62.492	—	(62.492)
Mascarenhas de Moraes	209.462	—	(209.462)
Impacto Furnas	1.338.982	—	(1.338.982)

Impacto líquido	4.949.475	4.594.413	(355.062)
-----------------	-----------	-----------	-----------

1.2.3 - Transferência dos programas de governo

A Eletrobras é a atual responsável pelos programas de Governo descritos a seguir:

(



Contrato	Centrais Geradoras Eólicas (EOL)	Capacidade instalada (MW)*	Localização	Ano
Portaria MME nº 446/2012	FORTIM - São Clemente - Energia dos Ventos VIII S.	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	FORTIM - São Januário - Energia dos Ventos V S.A. (5)	21	CE	2047
418/2012	Caicara II	18	RN	2047
219/2014	Coqueirinho II	16	BA	2049
286/2014	Tamandua Mirim II	16	BA	2049
141/2012	Cerro Chato V	12	RS	2047
152/2014	Angical II	10	BA	2049
154/2014	Calitú II	10	BA	2049
174/2014	Cararaá	10	BA	2049
176/2014	Corrupião III	10	BA	2049
177/2014	Calitú III	10	BA	2049
139/2012	Cerro Chato IV	10	RS	2047
153/2014	Taiú II	8	BA	2049
103/2012	Cerro dos Trindade	8	RS	2047
150/2014	Acuaú	6	BA	2049
151/2014	Arapapá	4	BA	2049
213/2014	Papagaio	10	BA	2049

Contrato	Parques Eólicos	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
204/2014	Parque Eólico Coxilha Seca	30	RS	2049
210/2014	Parque Eólico Capão do Inglês	10	RS	2049
192/2014	Parque Eólico Galpões	8	RS	2049
Contrato	Usinas Termelétricas (UTE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Resolução Aneel 4950/2014	Mauá III	591	AM	2044
004/2004	Santa Cruz	350	RJ	2026
Portaria MME nº 304/2008	Candiota III (Fase C)	350	RS	2041
207/2019	Aparecida	166	AM	2030
Portaria MME nº 420/1989	Senador Arnon Afonso Farias de Mello	86	RJ	2030
004/2004	Campós (Roberto Silveira)	30	RR	2027
Resolução Autorizativa 5.682/2016	Araguaia 1	23	MT	2019

Contrato	Usinas Termelétricas (UTE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Resolução Aneel 6.883/2018	Anori	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	Codajás	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	Caapiranga	2	AM	2030
Registro CEG: UTE. GN.AM.000092-2.02	Anamá	2	AM	2030

1 Descontratação da usina em sua totalidade, autorizada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 331 de 14/08/2018. O processo referente à revogação da outorga de autorização encontra-se em andamento na ANEEL.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

II – Concessões de transmissão de energia elétrica

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)	Participação	Localização	Ano	SE ²
062/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	20067	100%	RJ/SP/RM/MG/GO/TO/DF/ES/MT	2043	50
061/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	19251	100%	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042	96
058/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9253	100%	AC, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	2043	56
057/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	26803	100%	MP/PR/RS/SC/SP	2043	37
013/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A.	4769	25%	RO/SP	2039	-
014/2014	LT Xingu/Estreito e Estações Conversoras junto às respectivas subestações	4152	25%	PA/TO/GO/MG	2044	-
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II	4859	25%	RO/SP	2039	2
014/2014	LT Xingu/Estreito	2092	25%	PA/TO/GO/MG	2044	2
021/2009	Arquemes - Samuel - Porto Velho	979	100%	MT/RO	2039	7
007/2013	LT Barreiras II - Rio das Egua; Luziânia; Pirapora 2-Quinta; LT Salto Santiago - Itá; LT Itá -	953	25%	BA/MG/GO	2043	-
004/2012	Nova Santa Rita	785	100%	PR/RS/SC	2042	1
003/2012	LT Lechuga/Ecuador/Boa Vista	715	49%	RR/AM	2042	3
009/2009	Quirinópolis - Jataí C1 e C2; LT Barra dos Coqueiros	708	49%	MS/GO/MT	2039	5
034/2001	LT Ibiúna - Batéias	664	100%	SP/PR	2031	-
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns; LT Garanhuns II - Campina Grande III; LT Garanhuns - Pau Ferro; LT Garanhuns - Angelim I	633	49%	AL/PE/PB	2041	2
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza	546	49%	PI/CE	2034	-
022/2009	LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco - C2	488	100%	AC/RO	2039	3
002/2010	LT Rio Verde - Trindade; LT Trindade - Xavantes; LT Trindade - Carajás	479	49%	GO	2040	1
020/2012	LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo - Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; LT Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR) - Cascavel D'Oeste (PR)	1928	100%	RS	2042	3
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau	372	100%	PR	2034	-
012/2007	LT Paraíso - Açú II; LT Picos - Tauá II - C. Mirim II - João Câmara II; LT Extremoz II - C. Mirim; LT Açú III - Açú II; LT Mossoró II - Açú III - 230 kV, C2;	2240	100%	SC	2035	1
019/2010	LT Paraíso - Açú II	311	100%	RN	2040	2
004/2013	LT Marimbondo II - Assis	298	49%	SP/MG	2043	-
008/2011	LT Ceará-Mirim II - João Câmara II; LT Ceará-Mirim II - Campina Grande III; LT Ceará-Mirim II - Extremoz II; LT Campina Grande III - Campina Grande II	286	100%	RN/PB	2041	3
007/2014	LT Santo Angelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapeço C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapeço C2	273	100%	RS/SC	2044	1
008/2010	LT Mesquita - Viçosa; LT Viçosa 2 - Viana	270	49%	MG/ES	2040	1
003/2006	LT Simplicio - Rocha Leão; LT Anta - Simplicio	264	100%	2036	-	-
005/2006	LT Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	257	100%	RS/SC	2036	-
004/2008	LT Presidente Médici - Santa Cruz	237	100%	RS	2038	-
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Tourois II; LT Mossoró II - Mossoró IV; LT Russas II - Banabuiú	210	100%	RN	2042	2
007/2005	LT Milagres - Tauá	208	100%	CE	2035	1
028/2009	LT Serra da Mesa - Niquelândia - Barro Alto	187	100%	GO	2039	-
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	180	100%	MG	2039	-
014/2013	LT Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2; LT Brasília Geral - Brasília Sul - C3; LT Brasília Sul - Samambaia - C3	163	39%	GO/DF	2043	1
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	100%	BA	2038	1
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	100%	BA	2039	-
010/2000	LT Manso - Nobres; LT Manso - Nobres	136	100%	RN	2035	-
019/2010	LT Paraíso - Açú II	123	100%	CE/PB	2040	-
008/2005	LT Milagres - Coremas	120	100%	CE/PB	2035	-
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II	115	100%	BA	2040	2

NOTA 4 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais da controladora e as demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Eletrobras. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 - Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas, julgamentos e críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 - Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Eletrobras. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 - Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações normativas emitidas pelo IASB e pelo CPC:

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
19	CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.	01/01/2022
20	CPC 11/IFRS 4 - Contratos de seguro, CPC 21/IAS 34 - Demonstração Intermediária, CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 49/IAS 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.	01/01/2023
21	Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	01/01/2023

4.5 - Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio.

Os reflexos destas reclassificações estão apresentados a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	
	Divulgado	Ajuste	Divulgado	Ajuste	
Receita operacional líquida	1.365.825	-	1.365.825	-	
Custos operacionais	(1.273.156)	-	(1.273.156)	-	
Resultado bruto	92.669	-	92.669	-	
Despesas operacionais	(13.162.674)	-	(13.162.674)	-	
Remunerações regulatórias - Contratos de transmissão	-	-	4.858.744	-	
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(13.070.005)	-	(13.070.005)	-	
Resultado financeiro	(1.135.343)	(84.897)	(1.220.245)	(9.972.395)	
Resultado antes das participações societárias	(14.205.353)	(84.897)	(14.290.250)	(9.972.395)	
Resultado das participações societárias	18.640.740	169.862	18.810.602	614.385	
Outras receitas e despesas	1.210.754	-	1.210.754	-	
Resultado operacional antes dos tributos	5.646.141	84.965	5.731.106	625.277	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-	-	(5.280.723)	-	
Lucro líquido das operações continuadas	5.646.141	(84.965)	5.731.106	-	
Prejuízo líquido das operações descontinuadas	-	-	(84.965)	-	
Lucro líquido do exercício	5.646.141	-	5.646.141	-	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA					
	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO		
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	
	Divulgado	Ajuste	Divulgado	Ajuste	
Atividades Operacionais	-	-	-	-	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais das operações continuadas	8.230.605	596.358	8.826.963	-	
Caixa líquido usado nas atividades operacionais das operações descontinuadas	-	(600.800)	(600.800)	-	
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	8.230.605	(4.442)	8.226.163	-	
Atividades de Financiamento	-	-	-	-	
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações continuadas	(8.448.540)	282.108	(8.166.432)	-	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA					
	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO		
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	
	Divulgado	Ajuste	Divulgado	Ajuste	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento das operações descontinuadas	-	-	2.105.924	2.105.924	
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(8.448.540)	2.388.032	(6.060.508)	-	
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	-	-	-	-	
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações continuadas	123.987	(879.930)	(755.943)	-	
Caixa líquido usado nas atividades de investimento das operações descontinuadas	-	(1.503.660)	(1.503.660)	-	
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	123.987	(2.388.590)	(2.259.603)	-	
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(83.948)	-	(83.948)	-	

Contrato	Transmissora	Extensão (KM) ¹	Participação	Localização	Ano	SE ²
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo	110	100%	SE/AL	2038	-
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II; LT Pau Ferro - Santa Rita II	96	100%	PE/PB/AL/RN	2039	3
001/2008	SPE Madeira Energia S.A.	95	43%	RO	2038	1
001/2009	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	95	100%	MA/PI	2039	2
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares	95	100%	ES	2040	-
010/2007	LT Ibicoara - Brumado	95	100%	BA	2037	2
021/2010	LT Acaará II-Sobral III	91	100%	CE	2040	1
006/2005	LT Campos - Macaé 3	90	100%	RJ	2035	-
002/2006	LT Batalha - Paracatu	85	100%	MG	2036	1
007/2006	LT Tijoco Preto - Itapeti - Nordeste	71	100%	SP	2036	1
003/2014	LT Barro Alto - Itapaci	69	50%	GO	2044	-
446/2012	SPE Brasil Ventos Energia S.A	69	100%	CE	2047	1
220/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	67	100%	BA	2049	1
129/2001	SPE Serra do Facão Energia S.A.	66	49%	GO	2036	1
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II	65	100%	RN/CE	2041	2
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê	64	100%	BA	2041	1
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III; LT Igaporã III - Pindaí II	60	100%	BA	2042	2
ECE						
554/2010	LT Candiota/Melo; LT Presidente Médici	60	100%	RS	2040	-
014/2011	LT Xavantes - Pirineus C2	50	100%	GO	2041	-
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - Suape III; LT Suape III - Suape II	49	100%	PE	2039	2
017/2011	LT Teresina II - Teresina III	46	100%	PI	2041	1
007/2006	SPE Retiro Baixo Energética S.A.	45	49%	MG	2036	1
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro; LT Messias - Maceió II	41	100%	SE/AL/BA	2042	3
002/2014	SPE Empresa de Energia São Manoel	40	33%	PA	2049	1
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi	37	100%	RS	2040	-
007/2008	LT São Luís 2 - São Luís 3	36	100%	MA	2038	2
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III	34	100%	MA/CE	2040	5
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3	30	100%	AM	2042	2
009/2010	LT Jorge Teixeira - Lechuga (ex-Cariri) - 230 kV	30	100%	AM	2040	2
CCCT						
101130082	LT Cerro Chato - Livramento 2	25	100%	RS	2045	-
010/2009	LT Coletora Porto Velho - Porto Velho - C1 e C2 - 230kV	22	100%	RO	2039	2
130/2001	SPE Empresa de Energia São Manoel	20	40%	TO	2036	1
002/2011	SPE Teles Pires Participações S.A.	19	24%	MT/PA	2041	1
128/2001	SPE Teles Pires Participações S.A.	6	40%	SC/RS	2036	-
001/2006	LT Marabá - Itacaiunas; LT Itacaiunas - Colinas; LT Itacaiunas - Carajás	3	15%	MG	2036	-
003/2011	SPE Caldas Novas Transmissão S.A. ³	-	50%	GO	2041	-
015/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A. ³	-	25%	RO/SP	2039	-
007/2010	SE Camapuã IV - 500/230 kV ³	-	100%	BA	2040	1
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kV ³	-	100%	AL	2040	1
014/2010	SE Polo 230/69 kV ³	-	100%	BA	2040	1
017/2012	SE Miruiera II 230/69 kV; SE Jaboatão II 230/69 kV ³	-	100%	PE	2042	2
150/2014	SE GPXPAN ³	-	100%	BA	2049	1
002/2009	SE Miranda II - 500/230 kV (450 MVA) ³	-	100%	MA	2039	1
012/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - 500±600 kV - 3150 MW - Estação Inversora nº 01 CC/CA -600/500 kV - 2950 MW ³	-	100%	RO, SP	2039	2



Com a conclusão do processo de capitalização da Companhia, a responsabilidade pela comercialização da energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica de Itaipu foi transferida para a ENBPAr.

A Companhia manterá pelo prazo de até doze meses, contados a partir de junho de 2022, a continuidade da gestão dos contratos de comercialização no âmbito do PROINFA, RGR e da administração da conta PROCEL, que posteriormente serão transferidos à ENBPAr. Maiores detalhes, vide nota 1.2.3.

(a) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste – FESC

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a aquisição/ formação destas SPES podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

(b) Fundo de Energia do Nordeste – FEN

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015. Os recursos revertidos para o fundo são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Chesf e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de SPES. A Chesf usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPES podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

Prática contábil

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Companhia possa movimentá-los livremente.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

NOTA 9 - CLIENTES

	CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	2.549.255	233.871	745.377	39.600	3.568.103	2.793.981
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	103.787	140.207	92.620	—	336.614	299.162
Uso da Rede Elétrica (c)	951.285	11.020	62.095	—	1.024.400	860.986
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão PROINFA (d)	399.572	12.637	145.147	—	557.356	511.372
Parcelamento	462.608	—	—	—	462.608	524.939
(-) PECLD (e)	686.410	217.724	83.783	987.917	633.751	—
	(1.103.360)	(344.650)	(669.027)	(25.037)	(2.142.074)	(529.215)
	4.049.557	270.809	459.995	14.563	4.794.924	5.094.976
Não Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	—	—	9.548	1.563.810	1.573.358	1.834.667
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	—	—	280.138	—	280.138	293.560
Uso da Rede Elétrica (c)	—	—	4.348	—	4.348	4.348
(-) PECLD (e)	—	—	(294.034)	(860.755)	(1.154.789)	(1.139.495)
	—	—	—	703.055	703.055	993.080
	4.049.557	270.809	459.995	717.618	5.497.979	6.088.058

(a) Suprimento/Fornecimento de Energia
Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL.
O aumento do saldo de Suprimentos decorreu principalmente devido à obtenção de controle da Madeira Energia S.A. por Furnas em julho de 2022, que acrescentou um montante de R\$ 474.234 ao Consolidado.
(b) Energia Elétrica de Curto prazo - CCEE
Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.
(c) Uso de Rede Elétrica
Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.
(d) PROINFA
A fim de assegurar a continuidade operacional, comercial, financeira, regulatória e administrativa, bem como permitir a transferência das competências da Eletrobras para a ENBPAr, as partes celebraram um contrato de transição e transferência da gestão dos programas setoriais, que determinou os termos e as condições que serão aplicáveis durante a transição, em atendimento às disposições da Lei nº 14.182/2021 e do Decreto nº 10.791/2021.
(e) Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD
As movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

	CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.668.710	2.635.209
(+) Constituição	1.891.966	619.232
(-) Reversão	(217.633)	(738.732)
(-) Baixa	(46.180)	(855.403)
Transferências	—	8.404
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	3.296.863	1.668.710

NOTA 10 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	TAXA MÉDIA		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Elettronorte	13,30	6,73	2.140.388	2.072.281	—	—
CGT Eletrosul	7,83	5,76	1.273.880	1.277.658	—	—
Furnas	7,27	5,83	454.635	611.165	—	—
Amazonas Energia S.A.	14,81	7,59	4.596.971	4.009.587	4.596.971	4.009.587
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	15,65	5,69	389.979	1.135.749	389.979	1.135.749
Itaipu Binacional	5,23	5,43	84.133	688.884	84.133	688.884
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	12,74	5,34	354.779	687.679	354.779	687.679
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	15,15	6,29	1.229	411.595	1.229	411.595
Boa Vista S.A.	13,49	7,02	148.219	143.896	148.219	143.896
Eletroonuclear	5,00	5,00	8.168	65.1276	8.168	—
Outras	—	—	174.256	154.476	174.256	154.476
(-) PECLD	—	—	(4.736.089)	(1.388.340)	(4.736.089)	(1.388.340)
Total	—	—	4.890.548	10.455.906	1.021.645	5.843.527
Principal	—	—	1.456.681	2.234.352	671.236	1.232.745
Encargos	—	—	67.407	40.949	21.603	19.021
Circulante	—	—	1.524.088	2.275.301	692.839	1.251.766
Não Circulante	—	—	3.366.460	8.180.605	328.806	4.591.761
	—	—	4.890.548	10.455.906	1.021.645	5.843.527

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e preveem, substancialmente, atualização com base em índices de IGP-M e IPCA. Em fevereiro de 2023, a Companhia recebeu a totalidade dos recursos devidos pela Itaipu Binacional, conforme previsto no Anexo C do Tratado de Itaipu.

10.1 - Movimentação de empréstimos a receber

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	10.455.906	17.134.396	5.843.527	10.924.899
Amortização principal	(3.139.819)	(6.547.954)	(2.100.842)	(4.800.916)
Juros, encargos, variações monetária e cambial incorridos	1.182.105	1.258.534	753.367	815.326
Juros recebidos	(455.463)	(851.657)	(93.965)	(558.369)
PECLD	(3.347.749)	(633.338)	(3.347.749)	(633.338)
Desreconhecimento do passivo com a RGR	(573.008)	24.119	(573.008)	24.119
Perda com baixa de recebíveis Itaipu	(46.751)	—	(46.751)	—
Efeitos da desconsolidação Eletroonuclear	—	—	587.067	—
Liberação	815.328	71.806	—	71.806
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	4.890.548	10.455.906	1.021.645	5.843.527

10.2 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de empréstimos a receber

As movimentações das estimativas de perda dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.388.340	755.002
(+) Complemento	3.347.749	633.338
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	4.736.089	1.388.340

Em 31 de dezembro de 2022 a estimativa de perda esperada registrada foi no valor total de R\$ 4.736.089. Deste montante, R\$ 4.596.971 refere-se à Amazonas Energia, que teve provisionamento integral de seus créditos.

A Eletrobras vem acompanhando a situação econômica, financeira e operacional da distribuidora Amazonas Energia levando em consideração as informações relatadas pela distribuidora no plano de resultados ao órgão regulador no qual inicialmente foi demonstrado equilíbrio operacional somente a partir do ano de 2025. No exercício de 2022 os créditos da Amazonas Energia tiveram seu risco agravado por questionamentos jurídicos imprevistos pelo devedor e da piora da situação financeira e operacional.

Apesar das constantes interações entre as duas empresas no sentido de equalizar a dívida da distribuidora não houve acordo entre as partes.
A análise desses fatos, em conjunto com a inadimplência histórica do devedor levaram a uma análise de provisão sendo feito o complemento de perda esperada para a totalidade do valor a receber.

Prática contábil

A Companhia reconhece inicialmente os financiamentos e empréstimos a receber pelo valor da transação e subsequentemente pelos juros, correção monetária e variações cambiais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

Para o registro das perdas esperadas - PECLD, a Companhia avalia individualmente os devedores em relação ao risco de inadimplimento, levando em consideração a situação patrimonial da empresa devedora e o histórico de inadimplência.

NOTA 11 - VALORES A RECEBER - ENBPAr

Nos termos da reestruturação societária estabelecida pela Lei nº 14.182/2021, a Companhia, em junho de 2022, realizou a transferência da totalidade da participação societária sobre Itaipu à ENBPAr. A movimentação apresentada compreende o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021	—	—
Adições	1.283.731	—
Atualizações	29.734	—
Recebimentos	(51.096)	—
Variação cambial	1.690	—
Saldo final em 31 de dezembro 2022	1.264.059	—
	44.717	—
Circulante	40.743	—
Não circulante	1.223.316	—

As adições no montante de R\$ 1.283.731 representam a contraprestação atualizada de R\$ 1.082.275 (Vide nota 1.1) a ser paga pela ENBPAr à Eletrobras, conforme resolução MME nº 221/2021. Esta operação gerou um resultado positivo para a Companhia no montante de R\$ 896.658, uma vez que o valor justo superou o valor contabilizado como investimento mensurado pela equivalência patrimonial na data da transferência das ações. Vide nota 4.7.

As parcelas dos recebíveis da ENBPAr têm seu fluxo de recebimento a valor presente de acordo com os vencimentos assim programados:

	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO	
	31/12/2022	
2023	40.743	
2024	42.684	
2025	44.717	
2026	46.847	
2027	49.078	
2028 a 2042	1.039.990	
	1.264.059	

Títulos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Letra do Tesouro Nacional	221.763	5.407.449	468.267	9.823.486
Nota do Tesouro Nacional - série F	4.245	49.842	15.986	143.768
Letra Financeira do Tesouro Nacional	2.072.392	—	2.216.621	690.470
Títulos de Renda Fixa	—	—	7928.308	3.182.447
Aplicações em Cotas de Fundos	—	—	210.950	—
Operações Compromissadas	1.257.849	569.074	1.272.316	1.489.807
Outros	55.655	—	81.206	145.227
	3.611.904	6.026.365	12.193.654	15.475.205
Não Circulante				
Partes Beneficiárias (a)	407.556	393.747	407.556	393.747
Outros	4.149	4.533	10.092	4.901
	411.705	398.280	417.648	398.648
	4.023.609	6.424.645	12.611.302	15.873.853

(a) Partes Beneficiárias

Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e CEB Lajeado Energia S.A., pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais da capital social das referidas empresas. Esses títulos são ajustados a valor presente.

Prática contábil

Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

	CONSOLIDADO				
	31/12/2022			31/12/2021	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total
Circulante					
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	2.549.255	233.871	745.377	39.600	3.568.103
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	103.787	140.207	92.620	—	336.614
Uso da Rede Elétrica (c)	951.285	11.020	62.095	—	1.024.400
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão PROINFA (d)	399.572	12.637	145.147	—	557.356
Parcelamento	462.608	—	—	—	462.608
(-) PECLD (e)	686.410	217.724	83.783	987.917	633.751
	(1.103.360)	(344.650)	(669.027)	(25.037)	(2.142.074)
	4.049.557	270.809	459.995	14.563	4.794.924
	—	—	—	—	—
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	—	—	9.548	1.563.810	1.573.358
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	—	—	280.138	—	280.138
Uso da Rede Elétrica (c)	—	—	4.348	—	4.348
(-) PECLD (e)	—	—	(294.034)	(860.755)	(1.154.789)
	—	—	—	703.055	703.055
	4.049.557	270.809	459.995	717.618	5.497.979

Ao longo do exercício de 2022, foi constituído o montante de provisão R\$ 1.891.966, deste total, R\$ 1.357.111 corresponde à recebíveis da Amazonas Energia. A constituição visa refletir o risco observado em função da manutenção da inadimplência dos instrumentos de confissão de dívidas (ICD). A Eletroonorte possui 4 ICDs, os quais estão 100% provisionados.

A constituição e a reversão da PECLD foram registradas e apresentadas no resultado do exercício como despesas operacionais de forma líquida, vide nota 40.1.

Prática contábil

As contas a receber de clientes são contabilizados inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

A Companhia adota a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Companhia e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, a Companhia, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo a chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual de cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico da cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

TAXA MÉDIA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
90	6,73	2.140.388	2.072.281	–	–
33	5,76	1.273.880	1.277.658	–	–
27	5,83	454.635	611.165	–	–
81	7,59	4.596.971	4.009.587	4.596.971	4.009.587
65	5,69	389.979	1.135.749	389.979	1.135.749
53	5,43	84.133	688.884	84.133	688.884
54	5,34	354.779	687.679	354.779	687.679
15	6,29	1.229	411.595	1.229	411.595
49	7,02	148.219	143.896	148.219	143.896
00	5,00	8.168	65.1276	8.168	–
–	–	174.256	154.476	174.256	154.477
–	(4.736.089)	(1.398.340)	(4.736.089)	(1.398.340)	–
–	4.890.548	10.21.645	1.021.645	–	5.843.527
–	1.458.681	2.234.352	617.039	1.232.745	–
–	67.407	40.949	21.603	19.021	–
–	1.524.088	2.275.301	692.839	1.251.766	–
–	3.366.460	8.180.605	328.806	4.591.761	–
–	4.890.548	10.455.906	1.021.645	5.843.527	–



A Eletrobras e a Eletronorte receberam os valores em 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA, sendo iniciado os pagamentos a partir de janeiro de 2022. A variação no ano deve-se a utilização de parte dos créditos para pagamento das obrigações relacionadas aos novos contratos de concessão.

(b) Ressarcimento do ativo imobilizado em curso – AIC

Referem-se a valores a receber de ativo imobilizado das distribuidoras que eram controladas pela Eletrobras. Os valores serão recebidos em até 48 meses e são atualizados pela taxa SELIC ou IPCA.

(c) PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito PROINFA geraram um saldo líquido positivo de R\$ 1.075.679 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 536.912 negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), não produzindo efeito no lucro líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

15.1 - Movimentação do direito de ressarcimento

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	6.270.571	5.583.447
Adições	130.546	610.098
Amortizações¹	(3.772.887)	(42.492)
Ressarcimento CDE	—	(67.584)
Atualizações	217.063	757.471
PECLD	—	(637.953)
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	2.845.293	6.270.571

¹ Do total das amortizações, o valor de R\$ 2.906.499 se refere a utilização dos créditos de ineficiência para a aquisição dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, conforme a lei nº 14.182/2021. Esta transação não impactou o caixa da Companhia.

15.2 - Fluxo de recebimento do direito de ressarcimento a valor presente

	CONSOLIDADO
	31/12/2022
2023	822.277
2024	801.806
2025	667.946
2026	658.191
2027	2.177
	2.952.397

NOTA 16 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.044.369	14.477.124	10.092.792	4.774.239	51.388.524
Aquisição do controle de investida¹	—	—	—	1.022.102	1.022.102
Receita de construção	764.804	519.125	116.786	135.125	1.535.840
Receita financeira	4.238.573	2.922.291	1.836.475	949.287	9.946.626
Remensurações regulatórias - Transmissão	1.364.564	2.942.521	312.819	238.840	4.858.744
Baixa²	—	—	(241.241)	(53.240)	(294.481)
Amortização	(3.917.889)	(2.732.905)	(1510.376)	(781.214)	(8.942.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.494.418	18.128.156	10.607.255	6.285.139	59.514.968

	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.494.418	18.128.156	10.607.255	6.285.139	59.514.968
Receita de construção	480.112	605.344	143.735	265.116	1.494.307
Receita financeira	3.252.503	2.403.532	1.399.382	845.839	7.901.256
Remensurações regulatórias - Transmissão	19.874	228.155	21.890	95.259	365.178
Transferências	—	—	—	20.762	20.762
Amortização	(3.483.290)	(2.504.388)	(1.399.078)	(857.505)	(8.244.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.763.617	18.860.799	10.773.184	6.654.610	61.052.210

¹ A incorporação refere-se à aquisição de controle da investida Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. pela CGT Eletrosul, ocorrida em maio de 2021; e

² Foi encerrado o contrato de concessão de transmissão da incorporada Amazonas GT, a qual foi indenizada no valor de R\$ 239.300.

A Companhia utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital – WACC da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Companhia compara o saldo do ativo de cada contrato com o fluxo previsto de RAPs futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são deaproximadamente, em média, 8,08% ao ano, para os contratos renovados, e 7,51% para os licitados.

Os saldos dos contratos são atualizados (Atualização monetária) substancialmente pelo IPCA, exceto para os contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001, que são atualizados pelo IGPm.

Em 2022, as RAPs de 17 concessões da Eletrobras foram reajustadas em razão de Revisão Tarifária Periódica – RTP, impactando o ativo contratual da transmissão e o resultado da Companhia em R\$ 365.178, na rubrica Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão.

Em julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução nº 3.067/2022, homologou os valores das RAPs parao ciclo 2022/2023:

Empresas Eletrobras	RAP homologada
Furnas	5.439.877
Chesf	4.230.451
Eletronorte	2.580.273
CGT Eletrosul	1.634.642
	13.885.243

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL publicou a Nota Técnica nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e repêrtilmento da RBSE. A produção de efeitos dessa Nota Técnica depende de adequação instrução processual para que o mérito seja analisado pela diretoria colegiada da ANEEL. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R\$ 36.041.147 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE – Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O fluxo estimado pela Companhia para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado, por ciclo, no quadro a seguir:

Ciclos	CGT Eletrosul	Chesf	Eletronorte	Furnas	Total
23-24	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
24-25	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
25-26	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
26-27	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
27-28	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
Total	2.399.610	12.859.820	5.647.175	21.066.430	41.973.095

Prática contábil

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Segundo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado acumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a Companhia identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la – O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica, a Companhiaé remunerada pela Receita Anual Permitida – RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destina à remuneração da atividade Operação e Manutenção – O&M.

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Companhia reconhece, na rubrica de ativo o contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, naproporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valoresdas RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPm), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas – RAPs dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – RTP, que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual apósa RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado àsatisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por issoua amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Companhia cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão.

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Companhia reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

NOTA 17 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
Ativo Financeiro Itaipu (a)	389.438	—
Ativo Não Circulante		
Concessões de Geração Indenizáveis (b)	—	—
Ativo Financeiro Itaipu (a)	389.438	428.865
Passivo Circulante		
Passivo Financeiro Itaipu (a)	—	—
	—	—

(a) Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO
	31/12/2022
Ativo / Passivo Circulante	
Contas a Receber	—
Direito de Ressarcimento	1.738.746
Fornecedores de Energia - Itaipu	—
Obrigações de ressarcimento - Comercialização de energia	—
Obrigações de ressarcimento - Fator de ajuste	(1.349.308)
	389.438
Ativo / Passivo não circulante	
Contas a Receber	—
Direito de Ressarcimento	—
Obrigações de ressarcimento	—
	—
	389.438

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e detalhados a seguir:

• Fator de ajuste

Os saldos decorrentes do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inseridos nas rubricas de ativo e passivofinanceiros estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	US\$
Ativo regulatório - Ativo circulante	1.738.746	333.240
Ativo regulatório - Ativo não circulante	—	—
Total do ativo	1.738.746	333.240
Obrigaçã de ressarcimento - União - Passivo circulante	(1.349.308)	(258.602)
Obrigaçã de ressarcimento - União - Passivo não circulante	—	—
Total do passivo	(1.349.308)	(258.602)
Ativo financeiro líquido	389.438	74.638
Taxa Adotada:	31/12/2022	31/12/2021
USD	5,22	5,58

O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2024, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada em 2023.

Com a conclusão do processo de capitalização da Companhia, a responsabilidade pela comercialização da energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica de Itaipu foi transferida para a ENBpar.

(b) Concessões de Geração Indenizáveis

De acordo com os novos contratos de concessão assinados em junho de 2022, não há previsão para asindenizações por investimentos ainda não amortizados referentes aos projetos básicos e investimentos vinculados a bens reversíveis das usinas hidrelétricas, ainda não amortizados ou não depreciados, cujasconcessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Desta forma os ativos pendentes de indenização foram baixados via resultado da Companhia. Vide nota 1.2.

	CONSOLIDADO
	31/12/2022
Controlada	Usina
Furnas	UHE Furnas
Furnas	UHE Luiz Carlos de Barreto de Carvalho
Chesf	UHE Paulo Afonso I, II, III e IV
Chesf	UHE Boa Esperança
Furnas	UHE Marimbondo
Chesf	UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)
Furnas	UHE Funil
Furnas	UHE Porto Colômbia
Chesf	UHE Xingó
Chesf	UHE Funil
Chesf	UHE Pedra
Eletronorte	UHE Coaracy Nunes
Furnas	UHE Corumbá
	—
	2.172.162

Prática contábil

O direito da Companhia originado pelo fator de ajuste de Itaipu Binacional, são atualizadosperiodicamente pela inflação americana, com reconhecimento no resultado financeiro.

NOTA 18 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
Outros	—	—
	—	—
Ativo Não Circulante		
Cíveis	5.523.526	5.991.258
Trabalhistas	—	—
Tributárias	—	—
Outros	878.596	402.389
	6.402.122	6.393.647
	6.402.122	6.393.647

NOTA 19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Eletrobras apresenta no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuroamento de capital (AFAC) nas seguintes investidas, conforme movimentação a seguir:

	Participações
	31/12/2022
AES Tietê Energia S.A.	6,80%
Companhia Energética do Ceará -COELCE	7,06%
Energisa Holding	2,06%
Auren Energia S.A.²	1,03%
Companhia Energética de São Paulo - CESP²	10,75%
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	0,56%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	0,99%
Equatorial Energia Pará	16,07%
Neoenergia Pernambuco³	—
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	0,18%
Rio Parapananema Energia	0,47%
Companhia Energética de Brasília - CEB	2,10%
Outros	Entre 0,06% a 0,31%
	749.691

Mensurados a valor justo

	Participações
	31/12/2022
AES Tietê Energia S.A.	6,80%
Companhia Energética do Ceará -COELCE	7,06%
Energisa Holding	2,06%
Auren Energia S.A.²	1,03%
Companhia Energética de São Paulo - CESP²	10,75%
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	0,56%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	0,99%
Equatorial Energia Pará	16,07%
Neoenergia Pernambuco³	—
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	0,18%
Rio Parapananema Energia	0,47%
Companhia Energética de Brasília - CEB	2,10%
Outros	Entre 0,06% a 0,31%
	749.691

¹ Valor patrimonial conforme participação da Eletrobras e das suas controladas sobre o capital social das empresas;

² A Companhia Energética de São Paulo (CESP) foi incorporada pela Auren Energia S.A. em janeiro de 2022; e

³ A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na Neoenergia Pernambuco em outubro de 2022.

20.1 - Perdas estimadas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em quetenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos. Maiores informações, vide nota 23;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

¹ O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentescaso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

	CONSOLIDADO
	31/12/2022
Teles Pires Participações S.A. - TPP	468.478
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	92.192
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	139.677
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	—
Empresa de Energia São Manoel S.A.	177.516
Transnorte Energia S.A.	122.787
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	141.393
Outros	16.652
	981.179

20.2 – Combinação de negócios: aquisição de controle da Madeira Energia S.A. (MESA)

Em razão das divergências entre a SAESA e o Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA), em novembro de 2015, a SAESA, buscando declarar a responsabilidade do CCSA em relação aos custos de recomposição de lastro aos contratos de compra e venda de energia celebrados pela SAESA no âmbito da antecipação do cronograma contratual, instaurou processo de arbitragem contra o CCSA na "International Chamber of Commerce - ICC". Em fevereiro de 2022, a Corte Internacional de Arbitragemproferiu sentença desfavorável, gerando obrigações de desembolsos à SAESA.

Para atender as obrigações financeiras decorrentes da perda imposta à Santo Antônio Energia S.A. (SAESA), controlada integral da MESA, Furnas, em junho

20.3 - Mutação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2021	Transferência para ativo mantido para venda/Baixa	Ganhos/Perdas de capital
Furnas	26.703.790	—	2.672
Chesf	20.562.574	—	(203.076)
Eletronorte	19.536.381	—	453
CGT Eletrosul¹	8.132.619	—	5.838
Eletro nuclear	2.568.797	—	880.647
Eletropar	178.047	—	148
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.357.895	—	—
Norte Energia S.A. - NESA¹	1.916.058	(1.854.472)	—
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEET-²	644.208	(648.271)	—
Itaipu³	279.025	(279.025)	—
Rouar S.A.	134.264	—	(9.089)
Lajeado Energia S.A.	99.516	—	67
CEB Lajeado S.A.	74.160	—	18
Paulista Lajeado Energia S.A.	37.925	—	—
Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	38.320	—	—
Outros	1.702.504	(344.643)	—
	86.966.083	(3.126.411)	8.963

¹ A CGT Eletrosul incorporou a TSLE em abril de 2022;



CONTROLADORA									
Participações societárias e outros investimentos	Saldo em 31/12/2020	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021		
Furnas	23.721.704	586.469	—	—	(1.668.703)	4.064.320	26.703.790		
Chesf	16.250.487	159.939	—	—	(1.293.289)	5.445.437	20.562.574		
Eletronorte	15.113.339	(24.394)	—	—	(2.970.076)	7.417.512	19.536.381		
CGT Eletrosul	7.884.123	80.811	—	—	(69.143)	236.828	8.132.619		
Eletronuclear	3.500.657	(401.870)	—	—	—	(529.990)	2.568.767		
Norte Energia S.A. - NESA	1.980.979	—	—	—	—	(64.921)	1.916.058		
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.235.422	(3.898)	9.082	—	(829.990)	947.279	4.357.895		
Rourar S.A.	128.315	10.990	(5.338)	—	(5.099)	5.396	134.264		
Lajeado Energia S.A.	90.340	175	—	—	(126.889)	135.890	99.516		
CEB Lajeado S.A.	67.956	18	—	—	(25.769)	31.955	74.160		
Paulista Lajeado Energia S.A.	38.056	—	—	—	(19.502)	19.371	37.925		
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	31.179	—	—	—	(5.348)	12.489	38.320		
Outros	2.484.226	198.607	—	(31.739)	(334.419)	487.109	2.803.784		
	75.526.783	606.847	3.744	(31.739)	(7348.227)	18.208.675	86.966.083		

CONSOLIDADO									
Participações societárias e outros investimentos	Saldo em 31/12/2021	Efeitos da desconsolidação	Transferência para ativo mantido para venda/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Perda estimada em investimentos	Saldo em 31/12/2022
Eletronuclear	—	6.571.987	—	474.581	—	—	141.460	—	7.188.028
Norte Energia S.A. - NESA	6.384.303	—	—	—	—	(323.481)	—	—	6.060.822
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.451.016	—	—	75.855	(11.244)	(250.310)	742.599	—	5.007.916
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	3.295.627	—	—	—	—	(41.692)	—	309.617	3.563.552
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	1.895.036	—	—	—	—	(66.400)	177.172	—	2.005.808
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	1.409.983	—	—	—	—	(123.598)	231.063	218.219	1.735.667
Empresa de Energia São Manoel S.A.	428.168	—	—	—	—	—	(16.771)	177.516	588.913
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	634.284	—	—	—	—	(74.570)	55.915	(67.525)	548.104
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	349.256	—	—	—	—	—	(38.037)	215.223	526.442
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	413.106	—	—	—	—	(7.415)	96.399	—	502.090
Teles Pires Participações S.A. - TPP	789.994	—	—	—	46.336	(52.467)	—	(468.478)	315.385
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	258.272	—	—	—	—	(52.964)	63.909	—	269.217
Enerpeixe S.A.	266.309	—	—	—	—	—	(4.520)	—	261.789
Chapcoense Geração S.A.	454.259	—	—	—	—	(369.709)	169.083	—	253.633
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	188.675	—	—	—	—	(10.433)	43.927	—	222.169
Goiás Transmissão S.A.	177.274	—	—	—	—	(9.188)	38.687	—	206.773
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	182.828	—	—	—	—	(5.145)	22.063	—	199.746
MGE Transmissão S.A.	168.273	—	—	—	—	(9.934)	37.615	—	196.954
Retiro Baixo Energética S.A.	168.726	—	—	—	—	(37.513)	24.257	—	155.470
Lajeado Energia S.A.	99.516	—	—	67	—	(115.640)	112.094	—	96.037
Rourar S.A.	134.264	—	—	(9.089)	—	(4.734)	13.387	—	133.828
Transenergia Renovável S.A.	97.461	—	—	—	—	(13.514)	12.165	—	96.112
CEB Lajeado S.A.	74.160	—	—	18	—	(37.123)	57.784	—	94.838
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	79.406	—	—	—	—	(6.240)	16.694	—	89.120
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	38.320	—	—	—	—	(5.700)	15.130	—	47.550
Paulista Lajeado Energia S.A.	37.925	—	—	—	—	(13.690)	(9.713)	—	14.522
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T¹	644.208	—	(648.271)	—	—	4.063	—	—	—
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	291.327	—	(286.776)	—	—	(65.154)	60.603	—	—
Itaipu²	279.025	—	(279.025)	—	—	—	—	—	—
Construtora Integração Ltda³	2.056.644	—	(2.187.9)	—	—	—	352	—	—
Outros	25.769.172	6.571.987	(1.580.783)	23.414	13.110	(266.278)	360.132	648	1.842.838
	25.769.172	6.571.987	(1.580.783)	564.846	48.202	(1.540.189)	2.005.809	385.220	32.224.264

¹ A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022;

² A Eletrobras, em junho de 2022, realizou a transferência da totalidade de sua participação acionária sobre Itaipu à ENBpar. Os valores a receber pela transferência podem ser identificados na nota 10; e

³ Em agosto de 2022, foi encerrada a SPE Construtora Integração Ltda.

CONSOLIDADO											
Participações societárias e outros investimentos	Saldo em 31/12/2020	Integralização de capital	Transferência para ativo mantido para venda / Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Aquisição de controle	Aumento / Redução de Capital	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Norte Energia S.A. - NESA	6.600.626	—	—	—	—	—	—	—	—	(216.323)	6.384.303
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.314.282	11.843	—	(4.084)	—	—	9.082	—	(846.968)	966.861	4.451.016
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	3.250.575	—	—	—	—	—	—	—	—	(77.581)	3.295.627
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	1.702.719	—	—	—	—	—	—	(43.996)	(37.963)	162.902	1.895.036
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	1.375.039	—	—	—	—	—	—	279	(132.921)	267.906	1.409.983
Madeira Energia S.A. - MESA	906.289	—	—	—	—	—	—	—	—	(972.661)	66.372
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE	795.287	—	(740.382)	—	—	—	—	29.441	—	—	(108.092)
Teles Pires Participações S.A. - TPP	746.820	38.679	—	—	—	—	—	—	—	4.495	789.994
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	555.783	—	—	—	—	—	—	—	—	(69.907)	(136.620)
Empresa de Energia São Manoel S.A.	434.379	—	—	—	—	—	—	—	—	(26.162)	19.951
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	534.167	—	—	—	—	—	—	—	(13.559)	82.921	634.284
Chapcoense Geração S.A.	373.740	—	—	—	—	—	—	—	(93.861)	174.380	459.760
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	324.674	—	—	—	—	—	—	—	(14.532)	64.695	38.069
Enerpeixe S.A.	265.711	—	—	—	—	—	—	—	1.725	(1.127)	266.309
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	244.444	—	—	—	—	—	—	—	(50.894)	97.777	291.327
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	171.632	17.194	—	—	(200.605)	—	—	—	(13.041)	24.820	—
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	217.861	—	—	—	—	—	—	36.322	(46.226)	50.315	258.272
Goiás Transmissão S.A.	212.431	—	—	—	—	—	—	—	(79.724)	44.567	177.274
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	173.434	—	—	—	—	—	—	—	(5.732)	20.973	188.675
Rourar S.A.	128.315	—	10.990	—	—	(5.338)	—	—	(5.099)	5.396	134.264
Transnorte Energia S.A.	25.498	—	—	—	9.800	—	—	—	—	(11.177)	(24.121)
MGE Transmissão S.A.	137.148	—	—	—	—	—	—	—	(7.332)	38.457	168.273
Transenergia Renovável S.A.	116.395	—	—	—	—	—	—	—	(33.401)	14.467	97.461
Retiro Baixo Energética S.A.	157.183	—	—	1.225	—	—	—	—	(3.214)	13.532	168.726
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	126.654	—	—	—	—	—	—	34.220	(3.920)	25.874	162.628
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	64.019	—	—	—	—	—	—	—	—	15.367	79.406
Lajeado Energia S.A.	90.340	—	175	—	—	—	—	—	(126.889)	135.890	99.516
CEB Lajeado S.A.	67.956	—	18	—	—	—	—	—	(25.769)	31.955	74.160
Paulista Lajeado Energia S.A.	38.056	—	—	—	—	—	—	—	(19.502)	19.371	37.925
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	31.179	—	—	—	—	—	—	—	(5.348)	12.489	38.320
Fronteira Oeste Transmissora de Energia	79.003	—	—	—	(105.018)	—	—	(67.637)	—	2.134	23.881
Outros	2.734.404	35.593	(20.831)	196.657	11.025	(305.623)	3.744	(11.371)	(404.263)	525.216	3.001.404
	26.996.243	103.309	(761.213)	203.756	11.025	(305.623)	3.744	(11.371)	(1.968.433)	1.431.588	25.769.172

20.4 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

31/12/2022											
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido	
Controladas em conjunto											
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.760.261	41.668.551	43.428.812	2.254.754	29.070.142	12.103.916	43.428.812	5.565.305	(647.346)	
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	1.210.513	19.354.405	20.564.918	1.058.167	10.597.876	8.908.875	20.564.918	3.116.478	(104.235)	
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,00%	1.140.735	7.679.713	8.820.448	630.800	4.096.162	4.093.486	8.820.448	954.985	360.022	
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	931.271	6.251.143	7.182.414	634.666	2.817.425	3.730.323	7.182.414	735.154	471.557	
Coligadas											
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,74%	4.670.170	27.573.380	32.243.550	1.293.346	14.413.723	16.536.481	32.243.550	5.450.570	2.319.791	
Eletronuclear	67,95%	4.610.349	18.373.593	22.983.942	2.434.613	9.970.923	10.578.406	22.983.942	3.963.282	308.977	

31/12/2021											
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido	
Controladas em conjunto											
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.489.913	41.641.146	43.131.059	1.678.941	28.705.845	12.746.273	43.131.059	4.836.435	(432.814)	
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	567.089	19.816.570	20.383.659	730.876	10.639.673	9.013.110	20.383.659	2.783.506	(193.955)	
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,50%	1.073.113	7.438.788	8.511.901	546.168	4.098.559	3.867.174	8.511.901	896.974	326.221	
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,50%	928.778	6.088.383	7.017.161	610.022	2.896.130	3.511.009	7.017.161	920.715	546.746	
Madeira Energia S.A. - MESA	43,00%	927.739	23.286.096	24.213.835	2.309.383	20.412.415	1.492.037	24.213.835	3.757.969	(12.386)	
Coligadas											
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,08%	3.747.849	25.228.890	28.976.739	1.229.194	12.954.810	14.792.735	28.976.739	5.534.129	3.037.808	

20.5 - Valor de mercado das coligadas que possuem cotação em bolsa de valores

Empresas de capital aberto	Participação	Valor Justo¹	
		31/12/2022	31/12/2021
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial			
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,74%	5.566.247	5.775.156
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	33,41%	1.348.024	2.238.434
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEET-7²	-	-	1.180.812
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	40,44%	1.015.837	1.095.497
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	4,62%	119.615	152.108



CONSOLIDADO							
	31/12/2022				31/12/2021		
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada
Direito de Uso							
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,71%	236.911	(97629)	139.282	10,97%	239.806	(69.175)
Máquinas e equipamentos	4,81%	1.801.469	(997676)	803.793	3,87%	1.858.559	(996.582)
Outros¹	3,73%	14.502	(2.428)	12.074	2,40%	13.997	(2.301)
		2.052.882	(1.097.733)	955.149		2.112.362	(1.068.058)
						1.044.304	
		82.365.222	(45.088.682)	34.739.705		86.027.150	(45.695.565)
						33.367.981	

¹ O valor é composto, substancialmente, por terrenos, veículos, móveis e utensílios e obrigações especiais.

² *Impairment* – Perda estimada por irrecurabilidade de ativos.

Maiores informações acerca da perda estimada por irrecurabilidade de ativos (*impairment*), vide nota 23.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado incialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 23.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. A Companhia considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Companhia não está classificada no Imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide a nota 16.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

NOTA 22 – INTANGÍVEL

A Companhia celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, conforme destacado nas notas 1.2.1 e 3, em substituição aos contratos de concessão vigente à época para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021, no processo de capitalização da Eletrobras, os quais estão apresentados a seguir:

CONSOLIDADO							
	Saldo em 31/12/2021	Efeitos da desconsolidação - e-letronuclear	Aquisição de controle - MESA	Adições/ Constituições	Baixas/ Reversões	Amorti-zações	Transfe-rências
Intangível em serviço							
Concessões (a)	4.169.739	–	880.584	75.021.254	(1.156)	(1.013.732)	–
Software	120.097	(18.790)	463	7.183	–	(18.198)	21.778
Agio	158.460	–	–	–	–	(8.196)	(57.625)
Uso do Bem Público	88.068	–	134.741	–	–	(5.005)	–
Outros	69.008	–	109.794	10.726	(7.754)	(42.934)	9.531
	4.605.372	(18.790)	1.125.582	75.039.163	(8.910)	(1.088.065)	(26.316)
							79.628.036
<i>Impairment</i> ¹	(70.092)	–	–	(100.153)	17.257	–	–
							(152.988)
	4.535.280	(18.790)	1.125.582	74.939.010	8.347	(1.088.065)	(26.316)
							79.475.048
Intangível em curso							
Software	275.941	(60.403)	4.448	112.645	–	–	(27.792)
Outros	180.955	–	–	48.997	(5.002)	–	(24.256)
	456.896	(60.403)	4.448	161.642	(5.002)	–	(52.048)
							505.533
	4.992.176	(79.193)	1.130.030	75.100.652	3.345	(1.088.065)	(78.364)
							79.980.581

¹ *Impairment* – Perda estimada por irrecurabilidade de ativos

Os intangíveis provenientes dos novos contratos de concessão, cujo regime de exploração previsto nos contratos originais era de Produção Independente de Energia – PIE, são amortizados de forma linear, iniciado a partir de julho de 2022 até junho de 2052. Os novos contratos de concessão, cujo regime era de cotas de garantia física, serão amortizados, entre janeiro de 2023 a junho de 2052, na proporção da redução imposta pela restrição do direito de livre comercialização de energia, estabelecida pela Resolução CNPE nº 015/2021 (cotas de garantia física).

O fluxo consolidado anual de amortização das novas concessões se dará da seguinte forma:

2023	2024	2025	2026	2027 a 2051	2052
1.379.845	1.692.644	2.005.443	2.318.242	2.631.042	1.315.521

Prática contábil

O intangível é mensurado incialmente pelo seu custo e subsequentemente deduzido pela amortização e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 23.

O intangível da Companhia é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga, em conexão com o processo de desestatização da Eletrobras, ocorrido em 2022.

O custo inicial dos intangíveis provenientes do processo de desestatização da Eletrobras foi formado com base no valor das obrigações e indenizações determinadas pela Lei 14.182/2021, vide a nota 1.2.1. A amortização desses ativos serão realizadas de forma linear pelo período dos respectivos contratos, sendo que os que tiveram a alteração do regime de cotas para comercialização de energia serão amortizados de forma progressiva, de acordo com a projeção de evolução das receitas associadas, tendo em vista que a legislação determina o volume de comercialização de energia limitado a 20% a partir de 2023 e com acréscimo de 20% ao ano, atingindo o volume máximo em cinco anos.

NOTA 23 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após os impostos, específica para os segmentos testados: 4,82% e 5,58% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2021, 4,70% para geração não renovada sem o benefício SUDAM/SUDENE, 5,23% para a geração não renovada e 5,20% para a geração renovada com o benefício), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 4,27% e 15,31%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Geração	Administração	Geração	Administração
Imobilizado	2.536.835	2.536.835	6.963.604	6.963.604
Intangível	83.917	152.988	102	70.092
	2.620.752	2.689.823	6.964.625	7.033.696

A movimentação de *impairment* nas UGC é como segue:

Unidades Geradoras de Caixa	31/12/2022		31/12/2021	
	Gerção	Administração	Gerção	Administração
UTN Angra 3	4.508.764	(4.508.764)	–	–
UTE Candioti	1.054.306	–	(11.113)	–
UTE Santa Cruz	279.379	–	287.874	–
UTE Candioti Fase B	305.778	–	(23.684)	–
UHE Batalha	148.953	–	(70.302)	–
Edíca Casa Nova I	257.579	–	(22.846)	–
UHE Coaracy Nunes	71.007	–	–	(71.007)
UTE Mauá Bloco 4	49.372	–	–	–
UTE Aparecida Óleo	46.258	–	–	–
Edíca Coxilha Seca	1.264	–	(1.264)	–
UTE Mauá Bloco 1	41.040	–	–	–
PCH Funil	–	–	39.098	–
PCH Pedra	–	–	12.445	–
Edíca Ventos de Angelim S.A.	–	–	31.914	–
Outros	200.925	–	(6.224)	–
	6.964.625	(4.508.764)	235.898	(71.007)

Unidades Geradoras de Caixa	31/12/2020		31/12/2021	
	Adições/ (Reversões)	Baixas	Transferências	31/12/2021
UTN Angra 3	4.508.764	–	–	4.508.764
UTE Candioti	796.045	258.261	–	1.054.306
UTE Santa Cruz	402.769	(123.390)	–	279.379
UTE Candioti Fase B	321.020	(15.242)	–	305.778
UHE Batalha	298.058	(149.105)	–	148.953
Casa Nova I	292.763	(35.184)	–	257.579
Livramento	126.294	(422)	–	(125.872)
Complexo Edíco Pindai	100.428	(100.428)	–	–
UHE Samuel	98.804	(98.804)	–	–
UHE Coaracy Nunes	71.007	–	–	71.007
PCH João Borges	42.103	(42.103)	–	–
UTE Mauá Bloco 4	49.372	–	–	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	–	–	46.258
Edíca Coxilha Seca	27.462	(26.198)	–	1.264
UTE Mauá Bloco 1	41.040	–	–	41.040
UHE Passo São João	34.987	(34.987)	–	–
Edíca Casa Nova II	49.154	(49.154)	–	–
PCH Rio Chapéu	32.752	(32.752)	–	–
Edíca Casa Nova III	25.730	(25.730)	–	–
Outros	201.530	(168)	(437)	200.925
	7566.340	(475.406)	(437)	(125.872)

Abaixo, destacamos a unidade geradora de caixa que sofreu maior impacto após a avaliação do valor recuperável pela empresa em 31 de dezembro de 2022:

UTE Santa Cruz

O montante adicionado de *impairment* refere-se principalmente ao aumento expressivo do gás, impactando assim o seu custo variável unitário (CVU) e, por consequência, o despacho da usina pelo ONS.

Geradora Edíca Ventos de Angelim S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou a unidade geradora de caixa (UGC) do projeto Geradora Edíca Ventos de Angelim S.A., quanto aos aspectos do *impairment* e, por falta de expectativa de geração de receitas na unidade geradora de caixa ocasionados principalmente por motivos de inviabilidade técnica, constituiu provisão no montante de R\$ 31.914.

PCH Funil e Pedra

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia observou indicativo de registro de provisão para as UGCs Funil e Pedra, devido, principalmente, à redução da garantia física dessas usinas. Dessa forma, foi constituída uma provisão no montante de R\$ 51.543.

a) O saldo de concessões é composto pelos valores da repactuação do risco hidrológico e as adições provenientes dos novos contratos de concessão assinados em junho de 2022. Maiores informações, vide nota 1.2.1.

CONSOLIDADO							
	Saldo em 31/12/2020	Adições / Constituições	Baixas / Reversões	Amortização	Ativo mantido para venda	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2021
Intangível em serviço							
Repactuação do Risco Hidrológico	155.140	3.893.389	(27.440)	(223.848)	–	372.498	4.169.739
Software	123.339	877	(2.518)	(52.712)	–	51.111	120.097
Agio	306.602	57.626	–	(10.700)	2	(195.070)	158.460
Servidões	83.223	6.799	–	(1.954)	–	–	88.068
Uso do Bem Público	31.210	80.320	(41.213)	(4.814)	(476)	3.981	69.008
Outros	699.514	4.039.011	(71.171)	(294.028)	(474)	232.520	4.605.372
<i>Impairment</i> ¹	(305.292)	(684)	40.814	–	–	195.070	(70.092)
	394.222	4.038.327	(30.357)	(294.028)	(474)	427.590	4.535.280
Intangível em curso							
Software	185.487	11.617	(12.174)	–	–	(8.989)	275.941
Servidões	882	–	–	–	(227)	(655)	–
Outros	204.903	393.472	(181)	–	–	(417.239)	180.955
	391.272	505.089	(12.355)	–	(227)	(426.883)	456.896
	785.494	4.543.416	(42.712)	(294.028)	(701)	707	4.992.176

¹ *Impairment* – Perda estimada por irrecurabilidade de ativos

Taxa média de amortização e custo histórico:

CONSOLIDADO							
	Taxa média de Amortização	Custo Histórico	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Taxa média de Amortização	Custo Histórico	Valor Líquido
Intangível em serviço							
Concessões	6,12%	80.484.396	(1.427.707)	79.056.689	10,16%	4.557.858	(388.119)
Software	22,62%	473.331	(360.798)	112.533	20,00%	585.584	(465.487)
Agio	3,39%	241.527	(148.888)	92.639	3,56%	300.512	(140.693)
Uso do Bem Público	2,75%	306.888	(89.084)	217.804	3,53%	107.547	(19.479)
Outros	21,31%	322.737	(174.366)	148.371	18,65%	169.665	(100.657)
		81.828.879	(2.200.843)	79.628.036		5.721.166	(1.114.435)
<i>Impairment</i> ¹	–	–	(152.988)	–	–	–	(71.451)
		81.828.879	(2.200.843)	79.475.048		5.721.166	(1.114.435)
Intangível em curso							
Software		304.839	–	304.839		275.941	–
Outros		200.694	–	200.694		180.955	–
		505.533	–	505.533		456.896	–
		82.334.412	(2.200.843)	79.980.581		6.178.062	(1.114.435)

¹ *Impairment* – Perda estimada por irrecurabilidade de ativos

CONTROLADORA					
	31/12/2022		31/12/2021		
	Taxa a.a.	Circulante	Não Circulante	Taxa a.a.	Não Circulante
Bônus					
Vencimento 04/02/2025	3,63%	38.616	2.594.669	3,63%	41.302
Vencimento 04/02/2030	4,63%	73.904	3.846.327	4,63%	79.043
		112.520	6.440.996		120.345
					6.871.521
Notas Comerciais					
Eletrobras - Vencimento 20/06/2024	CDI + 1,35%	16.853	6.000.000	–	–
Debêntures					
Eletrobras - Vencimento 25/04/2022	–	–	0,70%	1.113.080	–
Eletrobras - Vencimento 25/04/2024	DI + 1,00%	40.090	2.200.000	DI + 1,00%	27.053
Eletrobras - Vencimento 25/04/2026	DI + 1,20%	18.487	1.000.000	DI + 1,20%	12.567
Eletrobras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18%	5.576	866.533	IPCA + 5,18%	5.447
Eletrobras - Vencimento 15/04/2026	DI + 1,80%	37.365	1.200.000	DI + 1,80%	24.304
Eletrobras - Vencimento 15/04/2031	IPCA + 4,91%	16.818	1.690.763	IPCA + 4,91%	16.232
		118.336	6.957.296		1.198.683
					6.821.795
		3.682.702	22.269.941		5.310.178

Avaliação de seus ativos e por acreditar que os do mercado se aproximariam do valor real, a Companhia admite como valor e ao valor presente dos fluxos de caixa e ao valor da avaliação atual de mercado e ao efeito da moeda no tempo e os riscos						CONSOLIDADO					
						31/12/2022			31/12/2021		
						Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira											
Banco Mundial											
2,41% 139.563 – 2,41% 149.904 148.21											
Banco Interamericano de Desenvolvimento											
2,93% 40.214 315.109 1,22% 42.349 379.147											
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KfW											
4,19% 61.760 431.645 4,77% 65.423 542.639											
241.537 746.754 257.676 1.070.000											
Moeda Nacional											
RGR Devolução¹											
5,00% 250.802 752.406 5,00% 250.802 1.003.208											
RGR Controladas¹											
5,00% 19.983 3.124 5,00% 83.275 602.157											
RGR CCEE¹											
5,00% 9.105 – 5,00% 11.187 –											
BNDES											
8,58% 615.535 7495.258 5,63% 458.015 4.668.486											
Caixa Econômica Federal											
14,12% 288.316 2.350.637 8,22% 806.317 3.072.622											
Banco do Brasil											
15,08% 515.116 4.002.284 6,92% 957.151 1.079.149											
Bradesco											
14,53% 337.405 416.666 5,27% 265.124 1.077.681											
Petrobras											
13,65% 2.557.970 1.730.519 9,15% 1.299.910 3.327.920											
Vibra Energia S.A.											
13,65% 24.317 16.592 9,15% 21.941 31.908											
State Grid											
10,00% 94.855 579.337 10,00% 91.196 647.597											
Itaú											
14,68% 69.580 1.317.360 9,15% 4.017 500.000											
Banco do Nordeste do Brasil											
8,12% 109.755 1.585.159 7,18% 66.187 987.810											
BASA											
12,22% 27.360 652.150 8,52% 12.425 344.624											
BASA FNO											
8,50% 50.302 431.510 – –											
Santander											
14,10% 37.076 822.789 – –											
Cigás											
393.920 156.147 393.920 193.249											
Outras Instituições Financeiras											
12,55% 501.234 1.359.801 6,51% 481.255 506.579											
5.902.568 23.671.739 6.102.722 18.042.995											
CONTROLOADORA CONSOLIDADO											
2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021											
331 63.840 1.870.754 2.602.086											
611 710.018 1.632.529 1.381.544											
– – 13.890 47.902											
922 773.858 3.517.173 4.031.532											
– – – 16.555											
– – – 16.555											
922 773.858 3.517.173 4.048.087											
apresentou um saldo de R\$ 3.517,17 (2021) de fornecedores. Do montante de Bens, Materiais e Serviços, o valor foi desconsolidado no exercício de 2022.											
Companhia são reconhecidas pelos valores das não há juros embutidos nessas obrigações.											
CONTROLOADORA CONSOLIDADO											
2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021											



- (ii) Banco do Brasil, no valor de R\$ 500.000, taxa de juros de CDI + 1,65% a.a., realizada em maio de 2022 e prazo de pagamento em 2 anos; e
- (iii) Banco do Brasil, no valor de R\$ 1.500.000, taxa de juros de CDI + 2,0% a.a., realizada em junho de 2022 e prazo de pagamento em 7 anos, mediante eventual identificação de necessidade de seu desembolso pela Controlada.

Os recursos obtidos por meio dessas captações serão destinados ao cumprimento do programa de investimentos de 2022, ao pagamento de dívidas mais onerosas e para eventuais necessidades de caixa da Controlada.

Quitação antecipada de Cédulas de Crédito Bancário (CCB)

Em maio de 2022, a Eletrobras realizou a quitação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário (CCB) emitidas pela Companhia em favor da Caixa Econômica Federal. A possibilidade de quitação antecipada do saldo devedor do empréstimo é prevista contratualmente no documento "Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças", não envolvendo necessidade de nova negociação contratual com o credor. A quitação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário compreende o prêmio contratualmente previsto de 0,2% sobre o saldo devedor quitado, perfazendo um montante total de R\$ 204.078.

Emissão Notas Comerciais

Em dezembro de 2022, a Companhia emitiu 6.000.000 notas comerciais escriturais no valor unitário de mil reais, em série única, para distribuição pública, no montante total de R\$ 6.000.000 na data de emissão. As notas comerciais terão prazo de vencimento de 18 meses e juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI + 1,35%.

26.1 – Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	24.605.138 27.998.275	44.015.645 47.002.033
Efeitos da desconsolidação – Eletronuclear	–	– (6.380.128)
Aquisição de controle MESA	–	– 19.979.111
Captação	6.000.000 2.700.000	8.500.000 4.828.697
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	1.472.767 2.391.849	3.716.921 2.936.377
Juros Pagos	(1.503.945) (1.327.451)	(3.306.894) (2.545.458)
Amortização do Principal	(4.048.309) (7.181.654)	(6.849.396) (8.429.427)
Custos de transação apropriado	–	– 744 (13.825)
Transferência	–	– 3.527 213.129
Desreconhecimento RGR	(573.008) 24.119	(573.008) 24.119
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	25.952.643 24.605.138	59.106.522 44.015.645

Furnas realizou a aquisição do controle de MESA em julho de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o montante da consolidação de MESA é de R\$ 20.041.448.

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a	Total
Controladora	3.682.702	10.244.254	3.001.340	2.472.278	310.320	6.241.749	25.952.643
Consolidado	7.524.770	13.863.268	4.803.839	4.783.522	2.467.857	25.663.266	59.106.522

26.2 – Garantias

A Companhia participa, na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é composta pelas garantias fornecidas para coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 28.799.328 em 31 de dezembro de 2022, apresentadas no quadro abaixo:

EMPRESAS NÃO CONTROLADAS			
Garantidora	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Belo Monte – Norte Energia	14.203.901	2042
Eletrobras	UHE Jirau – ESBR	3.310.366	2034
Eletrobras	Angra III (b)	3.255.476	2036
Eletrobras	Angra III (b)	2.907.853	2038
Eletrobras	Teles Pires	1.138.175	2036
Eletrobras	UHE Jirau – ESBR	909.306	2035
Eletrobras	Mata de Santa Genebra	738.527	2041
Eletrobras	UHE Sinop	576.744	2038
Eletrobras	Empresa de Energia São Manoel	545.002	2038
Eletrobras	Amazonas Energia (a)	377.367	2026
Eletrobras	Teles Pires	243.256	2032
Eletrobras	Angra I (b)	103.392	2027
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	101.659	2033
Furnas	Mata de Santa Genebra	94.201	2030
Chesf	UHE Sinop	75.335	2032
Eletronorte	UHE Sinop	75.335	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí II	72.087	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí I	68.765	2032
Eletrobras	Caldas Novas Transmissão	2.581	2028
Garantias empresas não controladas		28.799.328	

(a) Instrumento particular oriundo de processos judiciais cuja origem é anterior à privatização e desverticalização da Amazonas Energia, com vistas ao equacionamento de dívidas anteriores em que a Eletrobras é parte dada sua condição de garantidora.

(b) A Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, estabeleceu que a Eletrobras e as suas subsidiárias permanecem obrigadas a manter a garantia oferecida a terceiros, em contratos firmados anteriormente à desestatização. Em decorrência de tal previsão, ficam mantidas em sua integralidade as garantias oferecidas pela Eletrobras em operações da Eletronuclear, mesmo após a conclusão do processo de Capitalização e consequente alteração de Controle Direto da Eletronuclear. Tal situação se aplica aos contratos de dívida firmados pela Eletronuclear nos quais, no âmbito da estrutura de Garantias, a Eletrobras figura diretamente como Garantidora e/ou Obrigada à Prestação integral de Suporte de Acionista em caso Inadimplemento da Tomadora.

As garantias fornecidas para as investidas controladas são apresentadas de forma segregada por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante garantido para as controladas de R\$ 19.679.390 é apresentado no quadro abaixo:

EMPRESAS CONTROLADAS			
Garantidora	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Santo Antônio (c)	9.934.931	2040
Furnas	UHE Santo Antônio (c)	3.772.714	2038
Eletrobras	Emissão de Debêntures – Furnas	972.260	2029
Eletrobras	Belo Monte Transmissora de Energia	674.190	2029
Eletrobras	UHE Santo Antônio (c)	454.955	2024
Eletrobras	Emissão de Debêntures – Furnas	305.787	2024
Furnas	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos	355.324	2031
CGT Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea de Energia	315.084	2029
Eletrobras	UHE Simplicio	279.697	2026
Eletrobras	Complexo Eólico Livramento – Entorno II	261.208	2028
Eletrobras	Diversos – Furnas	211.286	2023
Eletrobras	UHE Santo Antônio (c)	348.907	2030
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão	231.712	2034
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	199.707	2029
Eletrobras	Linha Verde Transmissora	144.884	2033
Eletrobras	Eólicas Casa Nova II e III	143.012	2031
Eletrobras	UHE Mauá	137.534	2028
Eletrobras	Plano de Investimentos 2012 – 2014	132.489	2029
Eletrobras	Transmissora Sul Brasileira de Energia	119.001	2028
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro	111.801	2024
Chesf	Transmissora Delmiro Gouveia	98.401	2032
Eletrobras	UHE São Domingos	93.826	2029
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	64.411	2026
Eletrobras	UHE Passo de São João	59.822	2026
Eletrobras	UHE Batalha	58.982	2025
Eletrobras	Financiamento Corporativo	56.872	2023
Chesf	Transmissora Delmiro Gouveia	45.842	2031
Eletrobras	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	27.957	2023
CGT Eletrosul	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	16.122	2029
Eletrobras	UHE Baguari	15.630	2026
Eletrobras	RS Energia	14.896	2027
CGT Eletrosul	Interligação Brasil x Uruguai	12.101	2029
Eletrobras	RS Energia	7.805	2027
Garantias empresas controladas		19.679.390	

(c) No exercício findo de 31 de dezembro de 2022 a UHE Santo Antônio passou a constar na base de empreendimentos com garantias consolidadas, em decorrência da elevação da participação acionária detida por Furnas na SPE MESA para 72,36%. Com isso, ocorreram as devidas formalizações dos instrumentos aditivos contratuais de equalização das garantias à nova participação acionária detida por Furnas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha o montante de R\$ 176.130 registrado em seu passivo não circulante referente às provisões para garantias.

26.3 – Obrigações assumidas – Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais covenants são referentes a: (i) dívida líquida sobre EBITDA, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), (iii) garantias corporativas, (iv) requisitos para alteração de controle societário e (v) limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referente às empresas controladas pela Companhia.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e atualizados subsequentemente pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

Para fazer frente aos riscos de eventual execução das garantias fornecidas pela Eletrobras para financiamentos de empresas não controladas, a Companhia provisiona entre 1% e 5% do saldo devedor, considerando o grau de risco envolvido, que é calculado com base no histórico de execução de garantias e no capital circulante líquido da empresa detentora da dívida.

NOTA 27 – ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a contratos de compra de energia firmados com os Produtores Independentes de Energia (PIE) que possuem a transferência de parcela significativa de riscos e benefícios ao final dos contratos, além destes, também estão incluídos imóveis, veículos e equipamentos.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	903.484 1.053.194
Efeitos da desconsolidação – Eletronuclear	– (9.539)
Aquisição de controle – MESA	– 2.223
Novos contratos/Remensurações	– 46.686 60.824
Juros incorridos	– 535.185 377.482
Pagamentos	– (724.871) (588.016)
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	– 753.168 903.484

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	– 224.319	209.774
Não Circulante	– 528.849	693.710
	– 753.168	903.484

Os aluguéis fixos e variáveis, bem como aqueles relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor, foram os seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	CONSOLIDADO
	31/12/2022 31/12/2021
Arrendamentos de curto prazo	– 2.886 3.667
Arrendamentos de baixo valor	– 18.674 23.827
Despesas variáveis de arrendamento	– 4.505 885

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO
	2024 2025 2026 2027 2028 2029 a 2045
	233.988 127.317 49.434 34.701 34.596 48.813
	– 528.849

A seguir é apresentado o quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme o período previsto para pagamento.

	CONSOLIDADO
	31/12/2022 31/12/2021
Contraprestação do arrendamento	724.871 588.016
PIS/COFINS potencial (9,25%)	67.051 54.391

O saldo de direito de uso está apresentado no Imobilizado, vide nota 21.

Prática contábil

A Companhia reconhece inicialmente os passivos de arrendamentos pelo valor presente do fluxo futuro de pagamentos dos arrendamentos, sem refletir a inflação projetada. Subsequentemente, os passivos de arrendamentos são atualizados pelos juros, correção monetária estabelecidas pelos contratos e pelos pagamentos de arrendamentos realizados.

A taxa de juros utilizada para calcular o valor presente das obrigações com arrendamentos é formada pela taxa de juros do tesouro americano (taxa livre de risco) mais o spread de risco da Eletrobras menos percentual de deságio decorrente das garantias envolvidas nos contratos de arrendamentos.

Os juros transcorridos são reconhecidos na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

As correções monetárias dos arrendamentos são reconhecidas no Direito de Uso, no grupo de Imobilizado, sem transitar, portanto, na demonstração de resultados.

NOTA 28 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

a) Compulsório não quitado

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei nº 4.156/1962, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado somente a partir de 1964. Com o advento do Decreto nº 1.512/1976, a incidência do empréstimo compulsório passou, durante o período de 1977 a 1993, a recair somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, assim, considerados aquelas industriais com consumo mensal superior a 2.000 Kwh. Nessa fase, o Empréstimo Compulsório era representado por créditos escriturais, e não mais por Obrigações.

A arrecadação ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Eletrobras, tendo sido realizadas 4 assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados. Porém, alguns contribuintes questionaram a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório e depositaram judicialmente os valores do tributo.

A Eletrobras assume a obrigação de devolução do valor principal, registrada no passivo circulante, sendo remunerada à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E.

b) Provisão para ações a entregar

Existe ainda um passivo da Controladora referente ao montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, utilizadas como pagamento em processos judiciais que envolvem correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório convertidos através das quatro assembleias realizadas pela Eletrobras.

Considerando que os contribuintes precisam se cadastrar junto ao procedimento administrativo de Solicitações de Ações – SAC da Eletrobras, demonstrando sua legitimidade ao recebimento dessas ações, existem muitos contribuintes que ainda não tiveram as ações convertidas implantadas em seu nome, ficando as referidas ações registradas no patrimônio líquido da Eletrobras, assim como no Banco Custodiante, sob a rubrica de "ações com acionistas a identificar", não tratando de ações em tesouraria, mas sim ações objeto das conversões dos créditos de Empréstimo Compulsório, com o objetivo de quitação de tais créditos.

A partir de 2008, a Eletrobras utilizou-se do saldo de ações de acionistas ainda não identificados para o pagamento dos processos judiciais de diferenças de correção monetária dos créditos do Empréstimo Compulsório.

Contudo, à luz de novo parecer jurídico, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, o que for mais vantajoso.

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.216.335 1.047.109
Ingresso de recursos	– 44.746 –
Provisão para Implantação de Ações	– 101.813 107.652
Encargos sobre dívida	– 9.360 30.791
Pagamento de juros	– (11.518) (1.328)
Atualização monetária	– 26.632 32.111
Baixas	– (97.766) –
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	1.289.602 1.216.335

Prática contábil

A Eletrobras registra a obrigação com remuneração à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de correção monetária com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. No caso da provisão para implantação de ações, o valor é corrigido pelo preço da ação.

NOTA 29 – TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022 31/12/2021	31/12/2022 31/12/2021
Passivo circulante		
PIS/COFINS	334.229 133.085	538.341 372.631
IRRF/CSRF	16.314 112.372	489.883 265.956
ICMS	– –	24.453 22.843
INSS/FGTS	77.19 5.452	150.734 82.170
PAES/REFIS	– –	35.064 23.362
ISS	– –	17.054 14.168
Outros	12.477 8.427	16.171 23.355
	370.739 259.336	1.271.700 804.485

Passivo não circulante		
PAES/REFIS	– –	130.822 145.448
PIS/COFINS	– –	477.118 13.936
IR/CS parcelamento	– –	115.776 101.016
Outros	– –	– 212
	– –	723.716 260.612

NOTA 30 – ENCARGOS SETORIAIS

	Consolidado
	31/12/2022 31/12/2021
Circulante	
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE	583.855 235.492
Quota RGR	223.120 196.584
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	122.029 80.617
Quota CDE	28.448 13.809
Quota PROINFA	23.753 74.38
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	15.405 8.973
	996.610 542.913
Não circulante	
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE	464.330 649.303
Quota RGR	– 28 38
	464.358 649.341
	1.460.968 1.192.254

30.1 - Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

30.2 - Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitada 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

30.3 - Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos - CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

Prática contábil

A Companhia reconhece como obrigações a recolher os encargos setoriais calculados com base na recatibração do período, de acordo com os percentuais estabelecidos pelas leis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita líquida, como reduções da receita bruta.

NOTA 31 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022 31/12/2021	31/12/2022 31/12/2021
Dividendos do exercício de 2022	863.402 –	875.008 –
Dividendos do exercício de 2021	– –	1.340.958 –
Dividendos de exercícios anteriores	49.616 40.153	49.636 40.165
	913.018 1.381.111	924.644 1.406.891

O valor de dividendos aprovados pela 62ª AGO ocorrida em abril de 2022, foi atualizado com base na variação da taxa SELIC, *pro rata temporis*, desde 31 de dezembro de 2021

a setembro de 2022, quando ocorreu o pagamento de Dividendos constantes da Proposta de Administração, no valor total de R\$ 1.449.097, aos acionistas da Companhia, titulares de ações preferenciais de classes "A" e "B" e de ações ordinárias, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Prática contábil

A Eletrobras possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

As ações preferenciais das classes A e B possuem prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 8% e 6% ao ano, respectivamente, sobre o capital pertencentes a essas espécies e classes de ações, rateados igualmente entre elas.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 32 – CONTRATOS ONEROSOS

	Saldo em 3
--	------------



As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.923.035	2.062.421	27.983.826	31.394.339
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	—	—	—	(3.664.089)
Benefícios pagos durante o exercício	(263.423)	(262.294)	(2.537.463)	(2.554.573)
Contribuições de participante veridas durante o exercício	466	1.882	(8.061)	33.707
Contribuições do empregador veridas durante o exercício	29.542	23.368	287.381	294.489
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(158.753)	(24.582)	(526.396)	(3.224.499)
Rendimento esperado dos ativos no ano	192.217	122.240	2.245.029	2.040.363
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	1.723.084	1.923.035	23.780.226	27.983.826
Rendimento efetivo dos ativos no ano	33.464	97.658	1.718.633	(1.184.136)

33.1.2 - Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		31/12/2022	31/12/2021
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,42% a 6,17%	2,87% a 5,47%	
Projeção de aumento médio dos salários	1,00% a 2,01%	1,00% a 2,01%	
Taxa média de inflação anual	4,00%	4,00%	
Expectativa de retorno dos ativos do plano (i)	4,00%	3,27%	

(i) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

Hipóteses Demográficas		31/12/2022	31/12/2021
Taxa de rotatividade	Nula; 0,00%; Experiência Nucleos 2018	Nula; 0,00%; Experiência Nucleos 2018	
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Segregada por sexo e suavizada em 10%; AT-2000 Feminina (Agravada em 15%); AT- 2000 Segregada por sexo; AT-2000 Basic, segregada por sexo; AT-2000 Masculina	AT-2000 Segregada por sexo e suavizada em 10%; AT-2000 Feminina (Agravada em 15%); AT-2000 Segregada por sexo; AT-2000 Basic, segregada por sexo; AT-2000 Masculina	
	RRB-1983; AT-49 Desagravada em 2 anos; AT-49 Basic Segregada por sexo; MI-2006 Segregada por sexo e suavizada em 10%; MI 85 por sexo; AT-83 (IAM) Masculina	RRB-1983; AT-49 Desagravada em 2 anos; AT-49 Basic Segregada por sexo; MI-2006 Segregada por sexo e suavizada em 10%; MI 85 por sexo; AT-83 (IAM) Masculina	
Tábua de invalidez	Light Fraca; Álvaro Vindas Suavizada em 50%; Álvaro Vindas; TASA 1927; TASA 1927 agravada em 20%; Light (Média)	Light Fraca; Álvaro Vindas Suavizada em 50%; Álvaro Vindas; TASA 1927; TASA 1927 agravada em 20%; Light (Média)	

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos dos planos previdenciários em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 33.464 positivo (R\$ 97.658 positivo em 2021) na Controladora e R\$ 1.718.633 positivo (R\$ 1.184.136 negativo em 2021) no Consolidado.

33.1.3 - Planos de saúde e seguro de vida

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais (a)	59.708	35.689	255.180	245.457
Passivo (Ativo) líquido	59.708	35.689	255.180	245.457
Demonstração do Resultado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	118	247	757	5.214
Custos dos juros líquidos	3.443	183	20.741	14.467
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	3.561	430	21.498	19.681

(a) Valor presente das obrigações atuariais
As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos desauê e seguro de vida, são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	35.689	2.756	245.457	225.471
Efeitos da desconsolidação	—	—	(25.745)	—
Custo de serviço corrente	118	247	757	5.214
Juros sobre a obrigação atuarial	3.443	183	20.741	14.467
Benefícios pagos no ano	(179)	(96)	(10.349)	(22.085)
Desreconhecimento de benefício	—	—	(26.005)	—
Custo de Serviço Passado	—	41.378	—	52.662
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	20.637	(8.779)	24.319	(4.267)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	—	(1.045)	38.026	146.397
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(7.358)	(8.526)	(21.655)	(111.260)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	27.994	792	7.948	(39.404)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	59.709	35.689	255.181	245.457

33.1.4 - Resultados consolidados atuariais

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de viadereconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	203.953	211.030	660.673	1.154.355

33.1.5 - Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2022, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 2 (R\$ 2 em 2021) e R\$ 13,087 (R\$ 12,495 em 2021) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2022, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R\$ 27.709 (R\$ 23.365 em 2021) e R\$ 281.866 (R\$ 281.994 em 2021) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R\$ 28.819 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R\$ 2.295.411 no Consolidado. A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 67 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 64 anos. Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós- emprego para os próximos 10 anos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2024	2025	2026
Programa Previdenciário	235.537	216.814	199.126	182.463
Controladora	235.537	216.814	199.126	182.463
Consolidado	2.431.839	2.266.482	2.106.224	1.949.875
	1855.354	16.748.104	27.357.876	

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Controladora

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 138.857 ou aumento de R\$ 159.232, respectivamente;
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 1.079 ou teria uma redução de R\$ 995, respectivamente.

Consolidado

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.757.686 ou aumento de R\$ 2.040.169, respectivamente;
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 63.133 ou teria um aumento de R\$56.874, respectivamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
	(+1%)	(-1%)	(+1%)	(-1%)
Obrigação de benefício definido	(138.857)	159.232	(1.757.686)	2.040.169
Expectativa de crescimento salarial	1.079	(995)	(63.133)	56.874

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

33.2 - Obrigações com pessoal

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Provisão de férias	60.403	60.896	359.243	360.525
Programa de demissão voluntária	25.008	—	1.018.275	155.046
Folha de pagamento	881	649	413.758	193.170
Encargos sobre férias	14.693	14.441	189.729	193.940
Participações nos Lucros/ Resultados	15.508	28.409	227.605	526.105
Encargos sobre 13º salário	1.662	1.663	5.785	78.848
Contribuição previdenciária	46.231	46.277	54.087	52.849
Outros	1.951	1.233	49.964	42.464
Não circulante	166.337	153.568	2.318.554	1.602.947
Programa de demissão voluntária	—	—	4.697	63.024
	166.337	153.568	2.323.251	1.665.971

Prática contábil

Planos previdenciários

A Eletrobras e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

- Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

- Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, comodidade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrarcom o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O plano presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda emque os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Obrigações com pessoal

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

NOTA 34 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas civil e trabalhista, que se encontram em vários estágios de julgamento. As principais ações se referem a:

- Processos civis – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) Valor do principal e correção dos juros remuneratórios e de mora sobre o Empréstimo Compulsório, (ii) processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplimentos, (iii) ações civis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas;
- Processos trabalhistas – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, (ii) ações vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego;
- Processos tributários – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) compensações não homologadas de PIS e COFINS, (ii) cobrança de contribuição previdenciária indevida, (iii) autuações pela escrituração extrapreneira de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga, (iv) apuração e compensações de prejuízos fiscais relacionados ao IRPJ e à CSLL;
- Processos regulatórios – Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas a caducidade de contratos de concessão; e
- Processos ambientais – Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas aos licenciamentos e danos ambientais de operações e projetos da Companhia.

34.1 – Provisões para litígios

A Eletrobras e suas controladas constituem provisões no montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Cíveis	2.639.850	2.262.622	2.702.135	2.262.622
Trabalhistas	6.861	5.027	7.026	5.027
	2.646.711	2.267.649	2.709.161	2.267.649
Não Circulante				
Cíveis	21.818.356	23.479.694	26.945.065	27.747.381
Trabalhistas	265.692	186.581	2.069.861	2.233.654
Tributárias	—	—	586.489	569.640
Regulatórios	—	—	945.790	554.804
Ambientais	—	—	76.353	36.723
	22.084.048	23.666.275	30.623.558	31.742.222
	24.730.759	25.933.924	33.332.719	33.409.871

As provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.933.924	—	33.409.871	—
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	—	—	(210.891)	—
Aquisição de Controle - MESA	—	—	122.779	—
Constituição de provisões	1.832.768	—	4.605.577	—
Reversão de provisões	(1.682.297)	—	(2.653.485)	—
Atualização Monetária	1.720.733	—	2.207.161	—
Depósitos judiciais	—	—	74.213	—
Pagamentos	(3.074.369)	—	(4.222.506)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.730.759	—	33.332.719	—

Os litígios, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada provável, são apresentadas a seguir:

34.1.1- Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais civis com a estimativa provável de perdas de R\$ 29.647.200 (R\$ 30.010.003 em 31 de dezembro de 2021). Destacam-se:

• Empréstimo Compulsório

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Eletrobras, no qual o maior valor de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Controladora, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras possuía 3.703 processos provisionados relativos a este tema específico de correção monetária de créditos escriturais (3.689 processos em 31 de dezembro de 2021). Para maiores informações, vide nota 28.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes à: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC, incidente sobre principal, correção dos juros pagos e juros remuneratórios).

34.1.2- Cíveis

	31/12/2022	31/12/2021
Principal	6.150.499	6.403.710
Correção dos juros pagos	39.902	47.316
Juros remuneratórios	4.040.093	4.748.235
Juros moratórios	13.081.861	13.116.780
Honorários advocatícios	1.028.103	747.994
Outras verbas	83.747	646.213
Total	24.424.205	25.710.228

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante de R\$ 132.979, totalizando R\$ 24.424.205, referente aos processos do empréstimo compulsório.

• Empréstimo compulsório – Acordos judiciais

No âmbito da provisão relacionada ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica (ECE), a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos e possibilitar melhor planejamento de desembolsos de caixa para otimizar o aproveitamento tributário.

Nesse contexto, a Eletrobras criou o Comitê Executivo de Empréstimo Compulsório com objetivo de buscar acordos judiciais com deságios e quitação plena dos referidos processos. Em decorrência dessas negociações, a Eletrobras obteve no 4º trimestre de 2022, a redução dessa obrigação no valor de R\$ 1.300.130, sendo que R\$ 563.130 impactou positivamente o resultado a título de deságios obtidos em acordos que já foram assinados e R\$ 736.999 em decorrência de pagamentos efetuados, no âmbito de acordos que já tiveram as respectivas homologações judiciais, com o devido trânsito em julgado.

• Nulidade parcial de aditivo - Fator K de correção analítica de preços (Chesf)

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor histórico de aproximadamente R\$ 350.000, em dobro. As rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela empresa. O fator K refere-se a cobrança de um índice de reajuste de preços em face a necessidade de compensar os efeitos inflacionários causados pelos planos econômicos instituídos no final da década de 1980. Os efeitos dos reajustes dos preços trouxeram prejuízos para a empresa, ensejando superfaturamento dos valores, além de inexistir previsão no edital da contratação do Consórcio. Não há previsão de tempo para o desfecho completo desta lide.



A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 35 – OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo às controladas Furnas, Eletronorte e Chesf obrigações de: (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas e projetos na Amazônia Legal.

CONSOLIDADO			
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	Revitalização das Bacias Hidrográficas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Adição	33.735.216	6.693.921	40.429.137
Atualização monetária	197.580	23.017	220.597
Encargos	1.097.038	187.023	1.284.061
Juros pagos	(22.731)	-	(22.731)
Amortização do principal	(5.251.610)	-	(5.251.610)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	29.755.493	6.903.961	36.659.454
Circulante	597.722	874.940	1.472.662
Não circulante	29.157.771	6.029.021	35.186.792

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos avalor presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	31/12/2022										CAPITAL TOTAL									
	ORDINÁRIAS			PREFERENCIAIS			Golden Share				QUANTIDADE			VALOR						
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%		%		%		%			%					
União	667.888.884	33,05	-	-	493	0,00	1	100,00	667.889.378	29,02	20.765.980	29,74								
BNDES	74.545.264	3,69	-	-	18.262.671	6,52	-	-	92.807.935	4,03	2.772.392	3,97								
BNDESPAR	71.956.435	3,56	-	-	18.691.102	6,68	-	-	90.647.537	3,94	2.702.566	3,87								
BlackRock	98.319.628	4,86	-	-	13.027.180	4,65	-	-	111.346.808	4,84	3.391.250	4,94								
GIC Private	92.090.802	4,56	-	-	7643.805	2,73	-	-	99.734.607	4,33	3.053.569	4,37								
American Depositary																				
Receipts – ADRs	50.903.042	2,52	-	-	4.846.843	1,73	-	-	55.749.885	2,42	1.703.333	2,44								
Fundos 3G Radar	963.132	0,05	-	-	30.451.076	10,88	-	-	31.414.208	1,37	788.001	1,13								
Outros	964.472.277	4,771	146.920	100,00	187.018.223	66,81	-	-	1.151.637.420	50,05	34.646.649	49,64								
Gastos com emissão de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.186)	-								
	2.021.139.464	100,00	146.920	100,00	279.941.393	100,00	1	100,00	2.301.227.778	100,00	69.705.554	100,00								

37.3 Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

37.4. Reservas de Lucros

37.4.1 - Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

37.4.2 - Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

37.4.3 - Reservas Estatutárias

A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício:

I - até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado à reserva para investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

37.5. Remuneração aos acionistas

O estatuto da Eletrobras estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

Destinação do Exercício	31/12/2022	31/12/2021
Saldo para destinação do exercício	3.635.377	5.646.141
Reserva Legal	(181.769)	(282.307)
Realização de reserva de reavaliação	-	2.351
Ajustes reflexos da cisão da CEEE GT	-	(33.534)
Dividendos Obrigatórios	(863.402)	(1.340.958)
Subtotal a distribuir	2.590.206	3.991.693
Constituição de reservas estatutárias e retenção de lucros	(2.590.206)	(3.991.693)
Saldo a Distribuir do exercício	-	-

Em setembro de 2022, em cumprimento ao deliberado na 62ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), a Eletrobras realizou o pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2021, no valor atualizado de R\$ 1.449.087, às pessoas físicas e jurídicas registradas como proprietários ou usufrutuários de ações ordinárias e preferenciais classes "A" e "B" (ON, PNA e PNB, respectivamente).

Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

NOTA 38 – RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico
O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Eletrobras e sua média ponderada da quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JCP) quanto às ações ordinárias.

31/12/2022				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	2.239.391	215	408.987	2.648.592
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	834.329	80	152.376	986.785
Lucro do Exercício	3.073.720	295	561.363	3.635.377
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.686.088	147	279.941	2.074.176
% de ações em relação ao total	85,75%	0,01%	1,57%	14,24%
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	1,33	1,46	1,46	1,46
Resultado por ação básico da operação descontinuada (R\$)	0,50	0,54	0,54	0,54
Resultado por ação básico (R\$)	1,83	2,00	2,00	2,00

NOTA 40 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	-	(415.808)	(415.808)	-	(326.349)	(326.349)
Plano de demissão voluntária (40.2)	-	(42.999)	(42.999)	-	-	-
Material	-	(603)	(603)	-	(504)	(504)
Serviços	-	(246.249)	(246.249)	-	(224.573)	(224.573)
Energia comprada para revenda	(16.685)	-	(16.685)	(1.273.156)	-	(1.273.156)
Depreciação e amortização	-	(11.196)	(11.196)	-	(11.852)	(11.852)
Doações e contribuições	-	(126.339)	(126.339)	-	(87.399)	(87.399)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (40.1)	-	(3.501.113)	(3.501.113)	-	(12.254.011)	(12.254.011)
Outros	-	(294.438)	(294.438)	-	(257.986)	(257.986)
	(16.685)	(4.638.745)	(4.655.745)	(1.273.156)	(13.162.674)	(14.435.830)

(a) As constituições de depreciação e amortização no exercício de 2022 se devem, principalmente, aos novos contratos de geração celebrados em junho de 2022 para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021.

40.1 - Perdas estimadas/Provisões Operacionais

	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Litígios (a)	(150.471)	(10.902.242)	(1.857.566)	(13.080.540)
Perdas estimadas em investimentos	(67.429)	(66.760)	92.226	(20.712)
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	(101.813)	(107.652)	(101.813)	(107.652)
PECLD - Financiamentos e empréstimos (b)	(3.347.749)	(638.894)	(3.347.749)	(638.894)
PECLD - Consumidores e revendedores (c)	-	-	(1.674.333)	110.282
PECLD - Conta de consumo de combustíveis	-	(580.342)	-	(498.630)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	(705.864)
Garantias	188.590	25.976	188.590	25.976
Contratos onerosos	-	-	229.582	16.219
Provisão para redução de estoques de Combustíveis	-	-	(25.764)	(128.286)
Impairment ¹	-	-	(267.815)	475.406
Provisão para depósitos judiciais	-	-	-	(233.908)
Outras	(22.241)	15.903	(163.783)	(137.460)
	(3.501.113)	(12.254.011)	(6.928.425)	(14.922.063)

¹ Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

(a) A constituição da provisão para litígios no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente, às atualizações monetárias de processos cíveis e trabalhistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a constituição da provisão para litígios foi impactada, principalmente, por uma provisão de R\$ 10.896.956 referente aos processos relacionados ao empréstimo compulsório. Vide nota 34;

(b) A constituição de PECLD sobre financiamentos e empréstimos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente, à provisão dos saldos de empréstimos a receber com a Amazonas Energia. Vide nota 10;

(c) A constituição de PECLD sobre consumidores e revendedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente, à provisão de 100% dos Instrumentos de Confissão de Dívida da Amazonas Energia. Vide nota 09.

	CONSOLIDADO		
	Conta de Desenvolvimento Energético ¹	Revitalização das Bacias Hidrográficas ²	Total
2023	597.722	874.940	1.472.662
2024	1.103.180	826.989	1.930.169
2025	1.537.907	782.611	2.320.518
2026	1.905.729	740.615	2.646.344
2027	2.213.929	700.873	2.914.802
Após 2027	22.397.026	2.977.933	25.374.959
	29.755.493	6.903.961	36.659.454

¹ Final em 2047; e

² Final em 2032.

Na nota 43.3.4, é demonstrado o fluxo de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

As taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento. Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 36 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra e venda de energia elétrica são:

A ação preferencial de classe especial, conhecida como *Golden Share*, é de titularidade obrigatória do governo brasileiro que dá à União o poder de veto nas deliberações sociais que visem à modificação do Estatuto Social com a finalidade de remoção ou modificação da limitação ao exercício do direito de voto de celebração de acordo de acionistas.

ACIONISTA	31/12/2021										CAPITAL TOTAL									
	ORDINÁRIAS	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%	VALOR	%	ORDINÁRIAS	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%	VALOR	%
União	667.888.884	51,82	-	-	494	0,00	667.889.378	42,56	16.626.568	42,57										
BNDESPAR	141.757.951	11,00	-	-	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23	3.994.250	10,23										
BNDES	74.545.264	5,78	-	-	18.262.671	6,52	92.807.935	5,92	2.310.379	5,92										
FIA Dinâmica e																				
Banclass	65.536.875	5,09	-	-	-	-	65.536.875	4,18	1.631.488	4,18										
Fundos 3G Radar	-	-	-	-	30.890.676	11,03	30.890.676	1,97	768.999	1,97										
American Depositary																				
Receipts – ADRs	52.065.112	4,04	-	-	5.340.887	1,91	57.405.999	3,66	1.429.076	3,66										
Outros	287.048.510	22,27	146.920	100,00	206.755.564	73,86	493.950.994	31,48	12.296.512	31,48										
	1.288.842.596	100,00	146.920	100,00	279.941.394	100,00	1.568.930.910	100,00	39.057.271	100,00										

NOTA 39 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLDADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Geração				
Suprimento (a)	-	-	14.104.623	11.836.975
Fornecimento	-	-	3.925.510	3.334.527
CCEE (b)	17.708	1.426.062	1.159.158	3.090.100
Receita de operação e manutenção	-	-	4.676.630	4.220.474
Receita de construção	-	-	7.324	82.205
Repasse Itaipu	287.610	65.831	287.610	65.831
	305.318	1.491.893	24.160.855	22.630.112
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	-	-	6.379.321	5.967.866
Receita de construção	-	-	1.494.307	1.535.840
Receita financeira contratual (c)	-	-	7.901.256	9.946.627
	-	-	15.774.884	17.450.333
Outras receitas	219.770	145.773	1.018.171	925.455
	525.088	1.637.666	41.037.556	41.005.900
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) IGMS	-	-	(1.103.091)	(1.124.432)
(-) PIS e COFINS	(147.367)	(271.841)	(3.327.175)	(3.325.144)
(-) Encargos societários	-	-	(2.322.369)	(1.919.555)
(-) Outras Deduções (inclusive IUS)	(147.367)	(271.841)	(10.688)	(9.936)
Receita operacional líquida	377.721	3.385.825	34.074.323	34.626.834



(c) Efeitos da Lei nº 14.182/2021

Os valores residuais das novas concessões foram baixados contra o resultado do período em razão da irrecoverabilidade apurada pelo CNPE, líquido do resultado das indenizações. Vide nota 1.2.2.

NOTA 43 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

43.1 - Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A alavancagem financeira, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, vide nota 26, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - TVM (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito), vide notas 6 e 8. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	59.106.522	44.015.645
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(12.611.302)	(15.873.853)
(-) Caixa e equivalente de caixa	(10.739.126)	(192.659)
Exposição líquida	35.756.094	27.949.133
(+) Total do Patrimônio Líquido	111.028.636	76.416.764
Total do Capital	146.784.730	104.365.897
Índice de Alavancagem Financeira	24%	27%

43.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		21.874.736	21.126.404
Caixa e equivalentes de caixa		10.739.126	192.659
Clientes		5.497.979	6.088.056
Direitos de Ressarcimento		2.952.397	6.396.234
Valores a receber - ENBPar		1.264.059	–
Financiamentos e Empréstimos		1.021.645	5.843.527
Ativo Financeiro - Itaipu		389.438	428.865
Títulos e Valores Mobiliários		10.092	4.901
Ativo Financeiro - Geração		–	2.172.162
Valor justo por meio do resultado		13.588.072	19.268.020
Títulos e Valores Mobiliários	2	12.601.210	15.868.952
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	986.862	1.343.355
Fundo de descomissionamento	2	–	2.055.713
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.761.258	1.878.609
Investimentos (Participações Societárias)	1	1.761.258	1.878.609
PASSIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		103.279.464	51.898.760
Empréstimos, financiamentos e debêntures		59.106.522	44.015.645
Obrigações da Lei nº 14.182/2021		36.659.454	–
Fornecedores		3.517.173	4.048.087
Obrigações de ressarcimento		1.912.423	859.003
Remuneração aos acionistas		924.644	1.406.890
Arrendamentos		753.168	903.484
Concessões a Pagar UBP		406.080	87.025
Passivo Financeiro - Itaipu		–	578.626

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Eletrobras e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

• O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e

• O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

43.3 - Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Eletrobras definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

43.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

A Companhia possui uma Política de Hedge Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Eletrobras e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade.

	CONSOLIDADO	
	Saldo em 31/12/2022	Efeito no resultado
	Moeda Estrangeira	Reais
	Provável 2023¹	Cenário II (+25%)¹
	Cenário III (+50%)¹	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(1.400.514)	(7.307.464)
Valores a receber - ENBPar	242.264	1.264.059
Financiamentos e Empréstimos a Receber	16.125	84.133
Ativo financeiro - Itaipu	74.638	389.438
Impacto no resultado	(1.067.487)	(5.569.834)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(42.077)	(234.343)
Impacto no resultado	(42.077)	(234.343)
Impacto no resultado em caso de apreciação das taxas de câmbio	50.329	(1.388.134)
(¹) Premissas adotadas:	31/12/2022	Provável
USD	5,22	5,17
EURO	5,57	5,58

43.3.2 - Risco de taxa de juros

a) Indexadores nacionais

	CONSOLIDADO	
	Saldo em 31/12/2022	Efeito no resultado
	Cenário I - Provável 2023¹	Cenário II (+25%)¹
	Cenário III (+50%)¹	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.787.505)	(2.083.277)
Impacto no resultado	(1.787.505)	(2.083.277)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.329.336)	(508.697)
Ressarcimento AIC	505.992	59.454
Impacto no resultado	(3.823.344)	(449.243)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.500.325)	(107.229)
Impacto no resultado	(1.500.325)	(107.229)
IGPM Arrendamentos	(753.168)	(33.238)
Financiamentos e empréstimos a receber	270.158	11.922
Impacto no resultado	(483.010)	(21.316)
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	(36.659.454)	(1.737.174)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.649.296)	(1.168.051)
Direito de ressarcimento	2.446.405	115.927
Financiamentos e empréstimos a receber	10.961	519
Impacto no resultado	(58.851.384)	(2.788.779)
Impacto no resultado em caso de apreciação nos indexadores nacionais	(5.449.844)	(6.812.303)
(¹) Premissas adotadas:	31/12/2022	Provável
CDI	13,65%	11,65%
SELIC	13,75%	11,75%
TULP	720%	715%
IGPM	5,44%	4,41%
IPCA	5,58%	4,74%

43.3.3 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Eletrobras e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes e demais créditos.

A Eletrobras, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados nos ambientes regulado e livre de energia. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

A Companhia possui a norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a *porte*, *rating* e *expertise* no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a instituições financeiras. A exposição da Companhia corresponde ao valor máximo que deverá ser pago caso a garantia seja executada. Vide nota 26.2.

43.3.4 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONSOLIDADO	
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos
	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos
	Total	
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	19.407.655	23.277.701
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	1.486.080	2.094.252
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.305.856	20.906.210
Fornecedores	3.517.173	–
Obrigações de Ressarcimento	1.912.423	–
Remuneração aos Acionistas	924.644	–
Arrendamentos	227.819	239.099
Concessões a Pagar UBP	33.660	38.140
CONSOLIDADO	14.802.340	9.068.371
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.674.220	8.693.204
Fornecedores	4.031.532	16.555
Obrigações de Ressarcimento	859.003	–
Arrendamentos	232.215	351.395
Concessões a Pagar UBP	5.370	7.217

43.4 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam os instrumentos financeiros derivativos.

• Provável: O cenário provável foi definido como o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2022;

• Cenário I e II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas; e

• Cenário III e IV: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas.

Derivativo embutido	Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Fornecimento de energia elétrica	986.862	740.147	493.431	1.233.578	1.480.293

As análises de sensibilidade foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

43.4.1 – Fornecimento de energia elétrica

Este instrumento financeiro derivativo refere-se a um contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás, a receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* – (LME), este cálculo inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME, cujo quais foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos.

O prêmio decorrente do contrato de venda de energia, avaliados suas características, pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga. Esse prêmio faz parte do contrato principal e possui características

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

	31/12/2022				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	379.988	20.252.000	14.001.392	(559.147)	34.074.233
Intersegmentos	–	244.761	314.386	(559.147)	–
Terceiros	379.988	20.007.239	13.687.006	–	34.074.233
Custos operacionais	(16.685)	(11.156.832)	(5.208.891)	524.798	(15.857.610)
Despesas operacionais	(4.643.816)	(3.573.826)	(5.234.404)	34.349	(13.417.697)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	–	–	365.178	–	365.178
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(4.280.513)	5.521.342	3.923.275	–	5.164.104
Resultado financeiro	–	–	–	–	(4.373.595)
Resultado de participações societárias	–	–	–	–	2.369.777
Outras receitas e despesas	–	–	–	–	186.924
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	–	–	–	–	(695.613)
Lucro líquido das operações continuadas	–	–	–	–	2.651.597
Lucro líquido das operações descontinuadas	–	–	–	–	986.785
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	3.638.382

	31/12/2021				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	1.366.364	17.994.908	15.713.987	(448.425)	34.626.834
Intersegmentos	18.989	222.010	207.426	(448.425)	–
Terceiros	1.347.375	17.772.898	15.506.561	–	34.626.834
Custos operacionais	(1.273.156)	(5.714.997)	(3.119.712)	429.435	(9.678.430)
Despesas operacionais	(13.164.099)	(3.863.853)	(3.014.899)	18.990	(20.023.861)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	–	–	4.858.744	–	4.858.744
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(13.070.891)	8.416.058	14.438.120	–	9.783.287
Resultado financeiro	–	–	–	–	(1.441.954)
Resultado de participações societárias	–	–	–	–	1.507.418
Outras receitas e despesas	–	–	–	–	1.210.754
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	–	–	–	–	(5.260.642)
Lucro líquido das operações continuadas	–	–	–	–	5.798.863
Lucro líquido das operações descontinuadas	–	–	–	–	(85.230)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	5.713.633

A coluna de eliminação apresenta os ajustes ocorridos entre os segmentos da Companhia, conciliando os saldos divulgados por cada segmento. Não existem reconciliações provenientes de diferenças de prática contábil.

específicas de correção associadas à flutuação do preço do alumínio no mercado internacional e ainda pela variação na cotação do dólar. Assim, o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

O contrato celebrado com a Albrás possui data inicial em 01 de julho de 2004 e seu vencimento está para 31 de dezembro de 2024. O volume médio contratado era de 750 MW e passou para 800MW após janeiro de 2007.

O cálculo do prêmio do contrato inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, vide item 43.4. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI.

O prêmio calculado para o exercício de 2022 é de R\$ 986.862, uma desvalorização de R\$ 356.493 com relação ao exercício de 2021 que teve o prêmio calculado de R\$ 1.343.355 e pode ser explicado principalmente pela redução na expectativa do preço do LME para os próximos 24 meses (média do preço do LME projetado: (12-2022: US\$ 2.480,86 / 12-2021: US\$ 2.815,36).

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Eletrobras, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

• Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado – VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes – VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes – ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para



44.1 - Receita operacional líquida, após eliminações, por segmento

	31/12/2022				31/12/2021			
	Admi-nistração	Geração	Trans-missão	Total	Admi-nistração	Geração	Trans-missão	Total
Suprimento	–	14.104.623	–	14.104.623	–	11.836.975	–	11.836.975
Fornecimento	–	3.925.510	–	3.925.510	–	3.334.527	–	3.334.527
OCCE	17.708	1.141.450	–	1.159.158	1.426.062	1.664.038	–	3.090.100
Receita de O&M	–	4.676.630	6.379.321	11.055.951	–	4.220.474	5.967.866	10.188.340
Receita de construção	–	7.324	1.494.307	1.501.631	–	82.205	1.535.840	1.618.045
Repasse Itaipu	287.610	–	–	287.610	65.831	–	–	65.831
Receita contratual	–	–	7.901.256	7.901.256	–	–	9.946.627	9.946.627
Outras receitas operacionais	222.037	173.774	706.006	1.101.817	146.312	462.762	316.381	925.455
Deduções Receitas operacionais	(147.367)	(4.022.072)	(2.793.884)	(6.963.323)	(271.841)	(3.847.074)	(2.260.151)	(6.379.066)
	379.988	20.007.239	13.687.006	34.074.233	1.366.364	17.753.907	15.506.563	34.626.834

44.2 - Ativos não circulantes por segmento

	31/12/2022				31/12/2021			
	Adminis-tração	Geração	Trans-missão	Total	Adminis-tração	Geração	Trans-missão	Total
Intangível	648.677	79.250.508	81.396	79.980.581	644.176	4.345.908	2.092	4.992.176
Ativo Contratual	–	–	51.703.084	51.703.084	–	–	52.158.612	52.158.612
Imobilizado	1.748.211	32.991.494	24.739.705	1.830.502	31.537.479	–	–	33.367.981
	2.396.888	112.242.002	51.784.480	166.423.370	2.474.678	35.883.387	52.160.704	90.518.769

Prática contábil

A Companhia segmenta os seus resultados entre Geração e de Transmissão, pois a maior parte das suas receitas e despesas são originadas por essas atividades.

No resultado do segmento de Administração é evidenciado somente o resultado obtido pela Eletrobras e Eletropar, entidades que não desenvolvem as atividades de geração e transmissão de energia Elétrica.

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

NOTA 45 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia:

45.1 – Principais transações ocorridas em 2022

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Chef e Fundação Chef de Assistência e Seguridade Social (Fachest)	01/01/2022	Segundo Aditivo ao Convênio: Compartilhamento da estrutura necessária à oferta dos serviços assistenciais, de saúde e de medicina do trabalho, decorrentes do PAF, de responsabilidade da Chef, e do Fachesf-Saúde, de responsabilidade da Fachesf, bem como dos serviços médicos ambulatoriais.	57.875
SPE São Manoel e BNDES	30/01/2022	Trata-se de aditivo ao Contrato de Financiamento com o objetivo de formalizar a adesão da Beneficiária às condições do programa de Standstill promovido pelo BNDES.	526.000
Eletrobras, CGT Eletrosul e SPE UHE Teles Pires	21/02/2022	Trata-se de aditivo ao Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, celebrado junto ao Banco do Brasil, com o objetivo de formalizar a adesão da Beneficiária às condições do programa de Standstill promovido pelo BNDES.	561.000
Eletrobras e Indústrias Nucleares do Brasil (INB)	24/02/2022	Fornecimento do Concentrado de U3O8 para a execução da conversão e enriquecimento de urânio e para a fabricação de elementos combustíveis, relativos ao fornecimento de combustível para as 28ª à 32ª Recargas de Angra 1 e para as 19ª à 23ª Recargas de Angra 2.	6.553.463
Eletrobras e Eletrobrasil	08/06/2022	Trata-se de contratação de operação de crédito de longo prazo pela Eletrobrasil, junto ao banco Santander, com garantia prestada pelo US Eximbank, tendo como contragarantidora a Eletrobras. A contragarantia corporativa a ser prestada pela Companhia equivale ao montante da operação de crédito concedida à Parte Relacionada. A contragarantia equivale ao montante da operação de crédito, compreendendo assim um total de até US\$ 22.262 e taxa de juros SOFR + 1,05%a.a. Vide nota 23.2.	116.143
Eletrobras e Eletrobrasil	23/06/2022	A Eletrobrasil reconheceu a confissão e consolidação da dívida oriunda decorrente dos processos judiciais da El Paso, que eram de responsabilidade da Amazonas GT e foi efetivamente pago pela Eletrobras, na condição de garantidora. O Juros remuneratórios da confissão de dívida correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,50% ao ano e o saldo será amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas.	567.000
Eletrobras e Chapada do Piauí	12/07/2022	Emissão de fiança bancária por instituição financeira de mercado (Fiador) como uma garantia a ser prestada em favor dos credores dos Contratos de Dívida da SPE Chapada do Piauí I. A contragarantia corporativa a ser prestada pela Eletrobras equivale ao montante da fiança bancária correspondente à participação acionária da Companhia no empreendimento, qual seja, 49%, compreendendo assim um total de R\$ 71.322, de acordo com o contrato celebrado. O instrumento contratual e a respectiva garantia fiduciária provida terão duração de 24 meses.	71.322
Eletrobras e SPE Rouar	26/08/2022	Formalização de prestação de garantia pela Companhia, por meio do penhor de suas ações detidas na SPE, de maneira a viabilizar a celebração de financiamento de longo prazo pela parte relacionada junto a uma instituição financeira. A garantia a ser prestada pela Eletrobras, equivale ao montante correspondente à sua participação acionária na SPE, ponderado pelo montante da dívida contratada, compreendendo uma garantia total de até US\$ 20 milhões.	104.342
Eletrobras, Furnas, MESA e SAESA	03/11/2022	Formalização de instrumentos aditivos aos contratos de Dívidas e Garantias providas dentro da Estrutura de Financiamento da SPE SAESA, de modo a refletir a alteração do quadro societário da SPE Madeira Energia S/A (MESA) resultante do recente aumento, em 07/06/2022, da participação acionária de Furnas para 72,36% nesta Sociedade. Faz parte do escopo deste Comunicado o 3º Aditivo ao Instrumento Particular de escritura da 1ª (Primeira) emissão de debêntures da SAESA, o qual conta com Garantia de Furnas.	3.690.000
Eletrobras, Furnas, MESA e BNDES	04/11/2022	Em complemento ao Comunicado de 03/11/2022, fazem parte do escopo deste contrato os instrumentos aditivos aos contratos nos quais a Companhia é Garantidora das operações da SAESA, conforme listados a seguir: (i) 11º Aditivo ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 08.2.1120.1 (BNDES Direto); (ii) 6º Aditivo ao Contrato nº 12.2.1307.1 (BNDES Direto Suplementar); (iii) 11º Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse nº 01/2009 (BNDES Repasse); (iv) 6º Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Suplementar nº 01/2013 (BNDES Repasse Suplementar); (v) 7º Aditivo ao Contrato Financiamento com Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNC; (vi) 3º Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Fiança da 2ª (Segunda) emissão de debêntures da SAESA; (vii) 3º Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Fiança da 3ª (Terceira) emissão de debêntures da SAESA.	10.830.000

45.2 - Transações com entidades governamentais

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu a oferta pública de ações e, consequentemente, deixou de ser uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Porém, a União Federal ainda possui influência significativa sobre a Companhia. Desta forma, das entidades governamentais, apenas a União Federal atende aos requisitos de classificação como parte relacionada. O resultado das principais transações com estas entidades até junho de 2022 está resumido a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2022			31/12/2021		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Direito de Ressarcimento - Poder Público Federal	–	–	–	6.396.234	–	–
Cauções e depósitos vinculados - Poder Público Federal	–	–	–	29.323	–	–
FIDC Infinity DI	–	–	–	–	–	–
Empréstimos e Financiamentos a Pagar - Poder Público Federal	–	–	–	–	–	–
Banco do Brasil	–	–	–	2.036.300	–	–
Caixa Econômica Federal	–	–	–	3.878.939	–	–
BNDES	–	–	–	5.126.501	–	–
Reserva Global de Reversão	–	–	–	1.950.629	–	–
BNB	–	–	–	1.053.997	–	–
Petrobras	–	–	–	5.527.830	–	–
FINEP	–	–	–	52.465	–	–
BASA	–	–	–	357.049	–	–
FIDC Infinity DI	–	–	–	28.269	–	–

45.5 - Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	10.485	8.894	41.302	37.921
Benefícios pós-emprego	756	436	756	436
Outros benefícios de longo prazo	2.055	1.296	2.055	1.296
	13.296	10.626	44.113	39.653

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estas benéficos.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão – Benefício definido”); (ii) plano de previdência complementar (“Plano de pensão – Contribuição definida”) e (iii) Plano de saúde pós emprego.

45.5.1 Plano de remuneração baseado em opções de ações (“Stock Options”)

Em dezembro de 2022, foi aprovado na 184ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o plano de remuneração baseado em opções de compras de ações (“Stock Options”). O plano possibilita a incorporação de incentivos de longo prazo, associados ao cumprimento de metas previamente definidas, no pacote remuneratório dos beneficiários, transformando-os em potenciais acionistas da Companhia, alinhando assim, os interesses da Companhia, seus acionistas e os beneficiários.

O número total de opções a serem outorgadas aos beneficiários do plano de opções não poderá resultar na efetiva entrega de ações que excedam o limite de 1,10% do capital social total da Companhia, conforme deliberado na AGE.

Prática contábil

A Companhia elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre Eletrobras e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negociais e decisórios devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

NOTA 46 – ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA

O quadro abaixo demonstra os investimentos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2022:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Chapada Piauí I	144.574	124.484	144.574	124.484
Chapada Piauí II	176.117	164.847	176.117	164.847
Livramento Holding S.A.	–	–	80.317	98.359
Energética Águas da Pedra S.A.	–	–	286.774	–
Neoenergia Coelba	–	–	468	–
Neoenergia Cosern	–	–	63	–
Neoenergia Afluente T	–	–	45	–
Total Ativo	320.691	289.331	688.359	387.690
Livramento Holding S.A.	–	–	170.448	168.381
Total Passivo	–	–	170.448	168.381

Em fevereiro de 2022, a Eletrobras e a Contour Global do Brasil Holding Ltda, sócias das companhias Chapadas do Piauí I e II, incluíram no acordo de acionistas a cláusula direito de preferência à aquisição de ações, títulos ou direitos e direito de venda conjunta (Tag Along). A Eletrobras se mantém comprometida com o plano de desinvestimento desses ativos.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO			31/12/2021		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Remuneração aos acionistas	–	146.971	–	–	570.712	–
União Federal	–	–	–	–	–	–
Obrigações de Ressarcimento - Poder Público Federal	–	–	–	–	–	–
Tesouro Nacional - Itaipu	–	1.349.308	–	–	4.151.585	–
Despesas Financeiras - Poder Público Federal	–	–	–	–	–	–
Banco do Brasil	–	–	(64.512)	–	–	(60.629)
Caixa Econômica Federal	–	–	(14.812)	–	–	(32.667)
BNDES	–	–	(24.029)	–	–	(45.665)
BNB	–	–	–	–	–	(63.225)
Petrobras	–	–	585.021	–	–	(262.797)
BASA	–	–	(12.993)	–	–	(5.968)
FINEP	–	–	(1.066)	–	–	(2.342)
FIDC Infinity DI	–	–	–	–	–	(17.678)
Outras receitas /(despesas)	–	–	–	–	–	–
Petrobras	–	–	(346.070)	–	–	–
FIDC Infinity DI	–	–	–	–	–	3.215
Outras receitas	–	–	6.109	–	–	–
Outras despesas	–	–	(578)	–	–	–
	1.496.279	127.070	6.425.557	24.734.276	(487.756)	

A seguir, identifica-se a principal transação com outras entidades governamentais:

(a) Tesouro Nacional – Itaipu: O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023. Maiores informações, vide nota 17.

45.3 - Transações com partes relacionadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

Patrimonial	31/12/2022			31/12/2021		
	Controla-ladas	Controladas em conjunto	Coli-gadas	Entidades benefício pós-emprego	Controla-ladas	Controla-ladas em conjunto
Ativos						
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)	20.596.029	–	–	–	3.932.463	–
Dividendos / JCP a receber	2.527.551	–	508.803	–	4.823.947	2.790
Empréstimos e financiamentos a receber (b)	3.868.903	–	587.067	–	4.612.380	688.883
Créditos com Controladas	1.894.051	–	–	–	1.974.022	–
Outros ativos	70.549	–	79.148	–	16.312	41.281
Total Ativo	28.957.083	–	1.175.018	–	15.359.124	732.954
Passivos						
Provisões¹	–	–	–	620.691	–	–
Fundo de Descomissionamento	–	–	–	2.055.713	–	–
Outros passivos	–	–	–	62.556	–	–
Total Passivo	–	–	–	620.691	2.118.269	–

¹ Fundação Eletrobras de Seguridade Social – Eletros: em 31 de dezembro de 2022, o saldo das provisões de benefícios aos empregados totaliza R\$ 620.691 (R\$ 849.766 em 31 de dezembro de 2021).

Resultado	31/12/2022			31/12/2021		
	Controla-ladas	Controladas em conjunto	Coli-gadas	Entidades benefício pós-emprego	Controla-ladas	Controla-ladas em conjunto
Fundo de Descomissionamento	–	–	–	–	–	(78.680)
Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variações Cambiais	839.163	(38.071)	180.134	–	273.365	372.736
Perdas estimadas em investimentos	(250.553)	–	–	–	–	90.274
Outras Receitas (Despesas)	968	–	–	(2.650)	3.050	–
	589.578	(38.071)	180.134	(2.650)	276.415	11.594

(a) Adiantamento para futuro aumento de capital: a Companhia definiu que os pagamentos em contrapartida aos ativos adquiridos no processo de capitalização (bônus de outorga) fossem realizados por suas controladas. Em razão disso, o valor arrecadado na oferta de ações foi transferido às controladas, por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital. Maiores detalhes, vide nota 19.

(b) Empréstimos e financiamentos a receber: Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e com recursos externos. As controladas Eletrobrasil e CGT Eletrosul possuem os empréstimos mais relevantes, no montante de R\$ 2.140.388 e R\$ 1.273.880, respectivamente. Maiores detalhes, vide nota 10.

45.4 - Transações com partes relacionadas – Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do consolidado:

Patrimonial	31/12/2022			31/12/2021		
	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Ativos						
Clientes	37.741	23.970	–	52.308	20.057	–
Contas a Receber	14.725	17.064	932	1.436	66	934
Dividendos / JCP a receber	180.213	615.740	–	216.728	209.160	–
Empréstimos e financiamentos a receber	–	587.067	–	688.884	–	–
Outros ativos	–	78.147	136.375	49.549	57.075	55
Total Ativo	232.679	1.321.988	137.307	1.008.905	286.358	989
Passivos						
Fornecedores	17.268	9.273	231	37.437	8.683	231
Provisões	–	–	620.691	–	–	849.766
Contribuições previdenciárias	–	–	32.991	–	–	18.797
Contratos de dívidas atuariais	–	–	71.668	–	–	891.726
Obrigações diversas	–	–	11.079	–	–	9.933
Empréstimos e financiamentos	–	–	4.892	–	–	17.310
Compra de Energia Elétrica	20.379	9.273	–	–	9.222	–
Contas a Pagar	39.400	–	137.718	18.017	–	123.897
Outros passivos	–	–	124.354	15	–	201
Total Passivo	77.047	18.546	1.003.624	55.469	17.905	1.911.861
Resultado	31/12/2022		Entidades benefício pós-emprego	31/12/2021		
	Controladas em conjunto	Coligadas		Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Receita de uso de Energia Elétrica	161.651	142.852	–	76.820	175.467	–
Receitas de prestação de serviços	100.981	3.223	–	107.196	906	–
Outras Receitas	551.180	–	84.103	296.759	–	81.216
Receitas de Juros, Comissões e Taxas e Variações cambiais	(38.071)	180.134	–	372.736	90.274	–
Receitas Financeiras	–	–	–	692	–	–
Compra/Venda de Energia Elétrica	(659.912)	(70.650)	–	(579.303)	(95.333)	–
Encargos de Uso da Rede	(102.805)	(29)	–	(96.243)	–	–
Taxas	–	–	(2.850)	–	–	(3.094)
Outras Despesas	(311.396)	(209)	(557.258)	(84.255)	(1.247)	(550.789)
Fundo de Descomissionamento	–	–	–	–	(78.680)	–
Despesas atuariais	–	–	–	–	–	(56.712)
Despesas Financeiras	–	–	(140.730)	(626)	(850)	(10.203)
	(298.372)	255.321	(616.535)	93.776	90.537	(539.582)



NOTA 49 – EVENTOS SUBSEQUENTES

49.1 - Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão

O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Eletrobras. A Companhia poderá utilizar as ações em tesouraria para atender aos Planos de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações e Remuneração Baseado em Ações Restritas, até o limite de 1,10% e 0,20%, respectivamente, aprovadas na 184ª AGE. Adicionalmente, a Companhia poderá, observados os limites referidos no art. 4º, incisos I e II da Resolução CVM 77, utilizar as ações em tesouraria para saldar obrigações decorrentes de seus passivos relativos a demandas judiciais que discutam diferença de correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório de Energia (ECE) ou constitucionalidade do tributo.

A quantidade máxima de ações que poderão ser adquiridas são 202.111.946 ações ordinárias e 27.552.681 ações preferenciais B, que representam 10% do total de ações em circulação de cada classe e espécie.

O prazo máximo para liquidação das operações com ações emitidas pela Companhia no âmbito deste Plano de Recompra é de até 18 meses, contados a partir de 03 de janeiro de 2023, e encerrando-se em 02 de julho de 2024. A recompra de ações somente será realizada se compatível com a situação financeira da Companhia e se houver recursos disponíveis, conforme disposto na Resolução CVM nº 77/2022.

49.2 – Incorporação de ações

Em março de 2023, após a aprovação das Incorporações de Ações pela 185ª AGE e nas assembleias gerais das Subsidiárias, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas titulares de ações preferenciais classe “A” de emissão da Companhia exerceram o direito de retirada de 4.361 ações PNA. O montante total desembolsado pela Companhia a título de reembolso aos Acionistas Dissidentes titulares de Ações PNA foi de R\$ 212.

Wilson Ferreira Júnior Presidente
Elvira Cavalcanti Presta Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira Diretor de Gestão e Sustentabilidade
Camila Gualda Sampaio Araújo Diretora de Governança, Riscos e Conformidade
Márcio Szechtman Diretor de Transmissão
Pedro Luiz de Oliveira Jatobá Diretor de Geração
Rodrigo Limp Nascimento Diretor de Regulação e Relações Institucionais
Marcos José Lopes Contador – CRC-RJ 100854/O

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as demonstrações financeiras, com o parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers - PwC Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31.12.2022 e, encontrando-se corretas e em ordem, DECIDE submeter à matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Eletrobras.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

Ivan de Souza Monteiro
Presidente do Conselho de Administração

Daniel Alves Ferreira Conselheiro	Carlos Eduardo Rodrigues Pereira Conselheiro
Marcelo de Siqueira Freitas Conselheiro	Felipe Villela Dias Conselheiro
Marisete Fátima Dadald Pereira Conselheira	Marcelo Gasparino Da Silva Conselheiro
Vicente Falconi Campos Conselheiro	Pedro Batista de Lima Filho Conselheiro

Declaração da Diretoria Executiva sobre Parecer dos Auditores

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – PWC, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

Diretoria Executiva Eletrobras Wilson Ferreira Júnior – Presidente
Elvira Cavalcanti Presta – Diretora Financeira e de Relações com Investidores Camila Gualda Sampaio Araújo – Diretora de Governança, Risco e Conformidade Pedro Luiz de Oliveira Jatobá – Diretor de Geração Márcio Szechtman – Diretor de Transmissão
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Diretor de Gestão e Sustentabilidade Rodrigo Limp Nascimento – Diretor de Regulação e Relações Institucionais

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das demonstrações financeiras individuais e consolidada da Eletrobras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das notas explicativas às demonstrações financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Este Conselho Fiscal, considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa, controladora e consolidado, as informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, a análise da documentação apresentada e o Relatório dos Auditores Independentes – PWC, entende que os referidos documentos, destacada a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

ANTÔNIO EMILIO BASTOS DE AGUIAR FREIRE Presidente do Conselho Fiscal	RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU Conselheiro
CARLOS EDUARDO TEIXEIRA TAVEIROS Conselheiro	RAFAEL REZENDE BRIGOLINI Conselheiro
INGRID PALMA ARAÚJO Conselheira	

Declaração da Diretoria Executiva sobre Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023. Diretoria Executiva Eletrobras Wilson Ferreira Júnior – Presidente
Elvira Cavalcanti Presta – Diretora Financeira e de Relações com Investidores Camila Gualda Sampaio Araújo – Diretora de Governança, Risco e Conformidade Pedro Luiz de Oliveira Jatobá – Diretor de Geração Márcio Szechtman – Diretor de Transmissão
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Diretor de Gestão e Sustentabilidade Rodrigo Limp Nascimento – Diretor de Regulação e Relações Institucionais

RELATÓRIO ANUAL CIRCUNSTANCIADO - EXERCÍCIO SOCIAL MARÇO 2022 A MARÇO 2023

COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS ESTATUTÁRIO DAS EMPRESAS ELETROBRAS

- Base legal:**
 - artigo 31-E da Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021
 - artigo 10º, parágrafo único da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022
 - item 5.1, inciso “II” do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (RICAE)
- Escopo e período de abrangência:**
 - trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), de forma unificada e mediante assessoramento aos Conselhos de Administração (CAs) da Eletrobras e de suas subsidiárias, no período de 19.03.2022 a 13.03.2023, equivalente ao ciclo de acompanhamento, monitoramento e análise das demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Eletrobras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31.12.2022.
- Principais focos de atuação:**
 - Controles internos e *Compliance* com a legislação norte-americana (Sarbanes-Oxley);
 - Segurança da Informação, Gestão de riscos, Conformidade/Integridade e ética;
 - Auditoria interna;
 - Manifestações e Canal de denúncias;
 - Transações com partes relacionadas;
 - Operações societárias e financeiras;
 - Processo de elaboração das demonstrações financeiras;
 - Auditoria independente; e
 - Saúde e Previdência Complementar.
- Composição atual**
 - 5 (cinco) membros, todos independentes, sendo: 2 (dois) conselheiros e 3 (três) membros externos – item 2.1 RICAE.

Composição do CAE – março/2022 a março/2023

Nome	Qualidade	19/mar/22 a 13/mar/23
Jerônimo Antunes	Membro externo independente e Coordenador do CAE	✓ (primeiro mandato)
Felipe Villela Dias	Conselheiro independente e coordenador substituto	✓ (primeira recondução)
Daniel Alves Ferreira	Conselheiro independente	✓ (primeira recondução)
Luiz Carlos Nannini	Membro externo independente	✓ Eleito (primeira recondução) em 11.05.2022
Luís Henrique Bassi Almeida	Membro externo independente	✓ Eleito (segunda recondução) em 22.02.2023

- Todos os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 31-C, §2º, da Resolução CVM n.º 23, de 25.02.2021, bem como aos critérios de independência do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e da legislação norte-americana, no que são aplicáveis à Eletrobras.
- Regimento Interno**
 - Disponível em <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Estatuto-Politicas-e-Manuais.aspx>
 - Plano de Trabalho**
 - Anualmente, o CAE submete ao Conselho de Administração (CA) da Eletrobras sua agenda anual de trabalho para o exercício social, abrangendo sua atuação perante a holding e suas subsidiárias.
 - Comunicação do CAE com os CAs da holding e de suas subsidiárias**
 - A atuação profícua e proativa do Comitê proporcionou maior segurança e confiabilidade ao processo decisório dos CAs, notadamente em matérias envolvendo riscos corporativos e transações com partes relacionadas.
 - O Comitê reportou mensalmente nas reuniões do Conselho de Administração da *holding* os temas abordados em suas reuniões.
 - O CAE também emitiu recomendações e opiniões prévias sobre temas submetidos à deliberação dos CAs da *holding* e de subsidiárias que sejam afetos às suas atribuições.
 - Estrutura da Superintendência e da Secretaria de Governança**
 - A Eletrobras tem constantemente aprimorado seu sistema de governança corporativa e a aderência de seus documentos aos ambientes legal, regulatório e voluntário, fruto do comprometimento da alta administração com uma cultura ética e transparente.
 - Nesse sentido, a Eletrobras criou em 2022 a Superintendência de Governança (“Governance Officer”), composta pela Secretaria de Governança como agente interno que lida diretamente com os órgãos colegiados no adequado exercício de suas funções, prestando todo o suporte de governança, comunicação, técnico-administrativo, interação e acompanhamento necessários.
 - O Superintendente de Governança, Bruno Klapper Lopes, e o Secretário de Governança, Fernando Khoury Francisco Junior, são os responsáveis por auxiliar o CAE sob as óticas de governança, técnica e jurídica, inclusive na comunicação com a administração das empresas Eletrobras.
 - Reuniões**
 - De 19.03.2022 a 13.03.2023, o CAE realizou 49 reuniões, o que equivale a aproximadamente 4,1 reuniões por mês e a 140 horas totais de reunião (sem contabilizar reuniões em circuito de deliberação eletrônica).
 - Incidência de temas em reuniões – março/2022 a março/2023**

Incidência temática na ordem do dia



- Os 10 (dez) itens de maior incidência no período foram:

- Top 10 temas**
 - Fechamento contábil e ITRs
 - Operações Financeiras, Societárias e temas correlatos
 - Auditoria Interna
 - Auditores Independentes
 - TPRs – Transação com Partes Relacionadas
 - SOx – Controles Internos
 - SPEs e empreendimentos - Riscos
 - Gestão de Riscos
 - Manifestações e Denúncias
 - Integridade
- Planhilha de Acompanhamento de Demandas e Pendências**
 - No período, o CAE formalizou 25 demandas às áreas técnicas e órgãos de direção superior da Eletrobras e de suas subsidiárias.
- Descritivo das Atividades e Recomendações**
 - O CAE deu enfoque ao monitoramento e acompanhamento de temas relacionados à elaboração de demonstrações financeiras anual e trimestrais, contingências e passivos contenciosos, auditoria interna, controles internos, gestão de riscos envolvendo ativos e investimentos, transações com partes relacionadas, operações societárias e financeiras, manifestações e denúncias, segurança da informação, conformidade e integridade, revisão de políticas e normativos, bem como atuou em diversificadas frentes relevantes para a Companhia, sob a ótica do risco.
 - Abaixo, seguem elencadas as principais atividades e recomendações do Comitê no período:
- Acompanhou, discutiu e manifestou opinião sobre informações trimestrais e demonstrações financeiras consolidadas– exercício social 2022 (1ITR, 2ITR, 3ITR e DFS).**
- Realizou acompanhamento periódico sobre gestão dos passivos contenciosos, com enfoque em empréstimos compulsórios e trabalhista e aprimoramento dos controles internos.**

Solicitou à Auditoria Interna realização de levantamento executivo dos achados de auditoria contidos em trabalhos pretéritos sobre os riscos priorizados de empréstimos compulsórios e “depósitos judiciais”.

Analisou e assessorou o CA da Eletrobras em matérias envolvendo propostas de acordo judicial e extrajudicial.

- Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos, relatórios e planos de trabalho da auditoria interna da Eletrobras.**
- Monitorou fatores de risco afetos a controles internos (SOx).**
- Analisou operações financeiras e societárias das empresas Eletrobras.**
- Analisou concessão de empréstimos e garantias intragrupo.**
- Auditores Independentes**
 - Realizou reuniões periódicas com os auditores independentes, com enfoque no plano de trabalho anual, demonstrações financeiras trimestrais e anual e monitoramento dos apontamentos de deficiências dos controles internos, sob a ótica da lei Sarbanes-Oxley (SOx). Conheceu e opinou sobre contratação de serviços a serem executados pelos auditores independentes (“permitted services” – PCAOB). Procedeu à avaliação retrospectiva dos serviços prestados pelos auditores independentes em relação ao exercício findo em 31.12.2022.
- Acompanhou e emitiu recomendações qualitativas sobre o projeto de otimização tributária**
- Acompanhou os principais riscos associados aos maiores projetos – segmentos de geração, transmissão e SPEs**
- Acompanhou trabalhos e relatórios de gestão e apuração de denúncias, incluindo reporte da Comissão de Ética.**
- Acompanhou o processo de desestatização da Eletrobras.**
- Monitorou trabalhos e reportes da área de gestão de riscos.**
- Monitorou questões afetas à segurança de barragens.**
- Acompanhou trabalhos e reportes periódicos de integridade.**
- Acompanhou trabalhos e reportes periódicos de segurança da informação.**
- Acompanhou oportunidades de negócio e de investimento.**
- Acompanhou e analisou Transações com Partes Relacionadas – TPRs.**
- Acompanhou temas afetos a fundos de pensão e planos de saúde.**
- Tomou ciência e analisou previamente propostas de contratação de firmas de auditoria “Big Four” (EY, Deloitte, KPMG e PwC).**
- Acompanhou e assessorou o CA no Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG 22-26.**
- Conheceu o trabalho de auditoria interna sobre os resultados do Plano Diretor de Negócios e Gestão 2021-2025.**
- Acompanhou a confecção, a programação e a reprogramação do orçamento de custeio e de investimento da Eletrobras.**
- Assessorou os Conselhos de Administração da Eletrobras e Eletronuclear em operação de crédito de longo prazo pela Eletronuclear no âmbito do Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1.**
- Acompanhou a redefinição do modelo de negócios de comercialização de energia e solicitou a realização de trabalhos de auditoria interna sobre o tema.**
- Acompanhou temas regulatórios com potencial e eventual impacto sobre as demonstrações financeiras.**
- Acompanhou e formulou sugestões de melhoria envolvendo a confecção do Formulário 20-F, bem como conheceu o Annual Written Affirmation – AWA – exercício 2021.**
- Acompanhou o processo de confecção do Formulário de Referência – exercício social 2021.**
- Opinou sobre o Relatório Anual da Eletrobras – exercício social 2021**
- Acompanhou a confecção/revisão de normativos envolvendo temas sob sua atribuição.**
- Opinou sobre a Carta Anual de Política Pública e Governança da Eletrobras – exercício social 2021.**
- Conheceu e formulou sugestões de melhoria ao Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas (Anexo “D” da Resolução CVM n.º 81/2022).**
- Conheceu relatórios de auditoria interna envolvendo Participação nos Lucros/Resultados – PLR e se manifestou sobre o tema.**
- Conheceu relatórios de auditoria interna envolvendo Remuneração Variável Anual – RVA e se manifestou sobre o tema.**
- Conheceu e se manifestou sobre relatórios de auditoria interna sobre a remuneração paga aos administradores das empresas Eletrobras CGT-Eletrosul, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear e Furnas – abril/2021 a março/2022.**
- Atuou em temas afetos à governança do próprio CAE (planilha de acompanhamento de demandas, orçamento do colegiado, avaliação do colegiado, revisão de seu regimento interno e proposição de calendário anual e agenda temática anual).**
- Validou metas e avaliou competência dos gestores vinculados ao Conselho de Administração da Eletrobras.**
- Realizou reuniões específicas com órgãos colegiados e equipes das subsidiárias.**

- Do Monitoramento dos Trabalhos das Informações Trimestrais – 1ITR, 2ITR e 3ITR – exercício social findo em 31.12.2022**
 - O Comitê recebeu reportes periódicos sobre o andamento dos trabalhos de finalização das demonstrações financeiras trimestrais e anuais consolidadas, com vistas a nivelar as informações e proporcionar adequada interação entre o CAE e a gestão da companhia, notadamente, quanto ao fluxo de informações e ao atendimento ao esclarecimentos relacionados ao processo de fechamento contábil. O Comitê acompanhou *pari passu* o assunto relativo aos respectivos fechamentos contábeis trimestrais do 1ITR, 2ITR e 3ITR de 2022 da Eletrobras, tendo: (a) formulado sugestões de aprimoramento nas Notas Explicativas; (b) constatado evoluções positivas no processo de fechamento a partir da atuação do Comitê; (c) opinado pela autorização da publicação Demonstrações Financeiras intermediárias da Eletrobras (1ITR, 2ITR e 3ITR), relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.
- Parecer do Comitê sobre as Demonstrações Financeiras – exercício social findo em 31.12.2022**
 - O Comitê acompanhou *pari passu* os trabalhos e principais pontos críticos relativos ao fechamento das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, do exercício social de 2022, incluindo reuniões com auditores independentes e reunião com o Conselho Fiscal da Eletrobras.
 - No dia 13 de março de 2022, o Comitê se reuniu para analisar de forma final as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
- Conclusão da manifestação opinativa**
 - Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - CAE, no exercício de suas atribuições, procederam às análises das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais da Eletrobras, acompanhadas da minuta de relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.
 - Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões de trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE sobre a qualidade, adequação e integridade das informações, estimativas e mensurações divulgadas nas demonstrações financeiras, assim como baseando-se nas informações e esclarecimentos prestados pela gestão da Companhia e nas discussões com os auditores independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE da Eletrobras, observado o seu escopo de atuação e o relatório dos auditores independentes sem ressalvas, por unanimidade, recomendou a aprovação de sua divulgação pelo Conselho de Administração da Eletrobras e seu consequente arquivamento pela Companhia na Comissão de Valores Mobiliários — CVM.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

JERÔNIMO ANTUNES Coordenador e Membro externo	DANIEL ALVES FERREIRA Conselheiro de Administração
FELIPE VILLELA DIAS Conselheiro de Administração	LUIS HENRIQUE BASSI ALMEIDA Membro externo
LUIZ CARLOS NANNINI Membro externo	



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

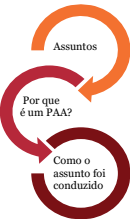
Ênfase

Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota 20.7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - EletroNorte, a controlada Indreta Madeira Energia S.A. e as controladas em conjunto Norte Energia S.A., Teles Pires Participações S.A., Paulista Lajeado S.A., Enerpeixe S.A., Vamorzul I Participações S.A., Chapecoense e Foz do Chapeco Energia S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2022. As circunstâncias das controladas e controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado, intangível (Notas 21, 22 e 23) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 20)

O ativo imobilizado consolidado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas e termoeletrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

O intangível consolidado é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das unidades geradoras de caixa e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas projetadas e despesas por UGC.

Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontado ou seu valor de mercado, dos dois o maior. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativa-mente os valores recuperáveis apurados pela Companhia e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 16)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfaitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro desejadas é formada com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras, nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração. Essas taxas são a melhor representação do componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros e também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração, afetando a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Provisões para litígios e passivos contingentes (Nota 34)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais de natureza civil, trabalhista e tributária, originados no curso normal dos negócios.

A determinação das probabilidades de perda e, consequentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos nas diversas instâncias judiciais e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e tributários e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como aos testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Benefício pós emprego (Nota 33)

Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela Companhia e suas controladas, líquidas dos ativos do plano, totalizam R\$ 5.194 milhões. A Companhia e suas controladas possuem planos de benefício pós emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos substancialmente a complemento previdenciário. Certos planos, que possuem características de “benefício definido”, “contribuição variável” e “benefício saldaado”, geram passivos relevantes, líquidos dos ativos do plano. Os cálculos das obrigações são efetuados com suporte de atuário independente e consideram premissas atuariais que incluem taxa de desconto, aumento salarial esperado, mortalidade, entre outros, aplicadas sobre a base de assistidos total dos referidos planos. Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos, bem como aos testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos este assunto relevante para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos, do intangível e do ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como perspectivas de crescimento da economia brasileira, receitas projetadas e despesas por UGC, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos. Com base na legislação societária vigente, também avaliamos a existência e valor das obrigações legais nos casos em que a Companhia constitui provisão para perdas adicionais para os investimentos em coligadas cujo saldo contábil de participação é reduzido a zero.

Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis dos preços dos contratos.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida (“RAP”) nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como a definição das taxas de remuneração utilizadas e as margens dos contratos.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e das discussões em andamento.

Obtivemos confirmações de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos opiniões legais de consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação dos benefícios pós-emprego.

Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial de 2022 e avaliamos os principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados.

Também avaliamos as hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábuas de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado.

Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós emprego são consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Combinação de negócios (Nota 20.2)

Em julho de 2022, a Companhia concluiu o processo de aquisição de controle da Madeira Energia S.A., através da sua controlada Furnas Centrais Elétricas.

O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Administração da Companhia.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade inerente ao processo de combinação de negócios, que envolve a determinação da data de obtenção de controle e da contraprestação paga na transação, bem como na identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na mensuração dos valores justos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação da combinação de negócios.

Efetuamos a leitura dos contratos e atas de reunião relacionados com a aquisição, bem como obtivemos evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle da Madeira Energia S.A. pela Companhia.

Também contamos com o envolvimento de nossos especialistas em avaliação de ativos para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Companhia, para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com as informações obtidas em nossa auditoria.

Reconhecimento do intangível – Novos contratos de concessão (Nota 1.2.1 e 22)

Em 17 de junho de 2022, a Companhia, através das suas controladas, celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em substituição aos contratos de concessão vigentes para as vinte e duas usinas hidroelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021 que permitiu e determinou as condições para a desestatização da Eletrobras.

Os novos contratos concederam o direito de explorar os potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidroelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos, tendo como contraprestação, a obrigação de compromissos de pagamentos à conta de desenvolvimento energético (CDE) e para desenvolvimento de projetos determinados pela Lei nº 14.182/2021; a compensação dos créditos da aquisição de combustível e das indenizações de lucros e CDEs-Una; e o pagamento de bônus de outorga que totalizam o custo de aquisição do ativo intangível referente aos contratos de concessão no montante de R\$ 75.021 milhões.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido a sua relevância e pelos aspectos da formação do custo de aquisição no reconhecimento do ativo intangível destes novos contratos de concessão.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalho.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5
Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

